

Saúde do Brasil Holding S.A.
CNPJ/ME nº 22.932.773/0001-49 – NIRE 35.300.480.210
Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Reunião Digital – Acesso pelo link: <https://teams.microsoft.com/join/19%3ameeting-Y2VmNGZHTgTYTYYS00OWI3LTIIMTUyZl1M2EzJmJwNTJh%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%221b4f8a1-90f8-4ca6-854d-c5c61aff2ecb%22%2c%22Oid%22%3a%22679f73c-5-1584-49a6-9e4e-d7bd89d05d43%22%7d> Ficam convocados os acionistas da **Saúde do Brasil Holding S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("Assembleia"), a ser realizada no dia 15 de março de 2023, às 12h00, em 1ª (primeira) convocação, por meio de videoconferência, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020 ("IN DREI 81"), nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte **Ordem do Dia:** (1) a aprovação da celebração do 1º Aditamento ao Protocolo de Incorporação da **GD Participações Ltda.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.477.162/0001-65, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cláudio Soares, nº 72, conjunto 719, Pinheiros, CEP 05.422-030 ("Incorporada") pela Companhia ("1º Aditamento ao Protocolo de Incorporação"); (2) a ratificação do item 6.6 e seus subitens da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada no dia 30 de setembro de 2021 e arquivada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUICESP") sob o nº 328.877/22-0 ("AGE de Incorporação"), para fins de retificar a quantidade total e o preço de emissão unitário das ações emitidas pela Companhia em decorrência da incorporação do patrimônio líquido da Incorporada, bem como a retificação dos Boletins de Subscrição da AGE de Incorporação, para fins de consignar o preço unitário e a quantidade correta de ações subscritas pelos Srs. Mônica Melo da Silva e Carlos Eduardo Borges Souza na Companhia; (3) a consignação da renúncia de Marcelo Siqueira de Freitas e Maria Mônica Ribeiro Siqueira de Freitas como membros do Conselho de Administração da Companhia, cujos cargos permanecerão vagos, devendo ser preenchidos oportunamente por deliberação dos acionistas titulares da maioria do capital social da Companhia, nos termos da **Cláusula 4.2.2.2** do Acordo de Acionistas da Companhia; e (4) a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas nos **itens (1) a (3)** da Assembleia Geral. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados da Sra. Vanessa Coelho (Jurídico) – vanessa.coelho@grupohmaisbrasil.com.br, com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro representante acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais e jurídicas acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, consoante previsto no art. 126, § 1º da Lei das S.A. Alternativamente, os acionistas poderão participar da Assembleia por meio do envio de boletim de voto a distância ("Boletim"), o qual conterá, na forma da IN DREI 81, (i) todas as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, (ii) orientações sobre o seu envio à Companhia, (iii) indicação dos documentos que devem acompanhar para verificação da identidade do sócio, bem como de eventual representante e (iv) orientações sobre as formalidades necessárias para que o voto seja considerado válido. O Boletim deverá ser devolvido à Companhia, devidamente preenchido e assinado pelo acionista, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência à data de realização da Assembleia, nos termos da IN DREI 81. A Companhia deve, em até 2 (dois) dias úteis do recebimento do Boletim, comunicar (a) o recebimento do boletim de voto a distância, bem como que o Boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido e (b) a necessidade de retificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, São Paulo/SP, 07 de março de 2023. **Fernando Henrique de Aldemundo Pereira** – Presidente do Conselho de Administração. (07, 08 e 09/03/2023)

Companhia Brasileira de Cartuchos
CNPJ/ME nº 57.494.031/0001-63 – NIRE 35.300.025.083
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de fevereiro de 2023

Data, Hora e Local: 20 de fevereiro de 2023, às 08:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Bocaina, CEP 09426-900, na Cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo. **Presença:** Presentes os Acionistas representando mais de 2/3 do capital social votante, conforme assinaturas constantes da Lista de Presença de Acionistas arquivada em livro próprio na sede da Companhia e constante na presente Ata como Anexo I. **Convocação:** Edital de Convocação publicado no jornal "Data Mercantil", nas versões impressa e eletrônica, nos dias 11, 14 e 15 de fevereiro de 2023. **Mesa:** Presidente: Fabio Luiz Munhoz Mazzaro; Secretário: Sandro Morais Nogueira. **Ordem do Dia:** (i) deliberar acerca da proposta de aprovação do contrato nº FOL/2023/001 a ser celebrado pela CBC com o First Abu Dhabi Bank USA N.V. para a contratação da Facility Standby Letter of Credit no valor limite de USD 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares); e (ii) autorização da Diretoria Executiva para adotar as providências necessárias relacionadas ao referido contrato, bem como a ratificação de todos os atos praticados inerentes à referida operação. **Deliberações:** Os acionistas deliberaram e ratificaram, por unanimidade, em observância às regras de votação previstas no Artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, aprovar: (i) a contratação nº FOL/2023/001 a ser celebrado pela CBC com o First Abu Dhabi Bank USA N.V. para a contratação da Facility Standby Letter of Credit no valor limite de USD 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares), a ser firmado com a mencionada instituição, cuja cópia fiel foi apresentada e lida por todos os presentes, os quais não apresentaram nenhuma objeção quanto à sua forma e suas disposições; (ii) a autorização da Diretoria Executiva para adotar todas as providências que se fizerem necessárias, relacionadas ao referido contrato, bem como ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria Executiva, inerentes à referida operação. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente da Mesa ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Presidente: Fabio Luiz Munhoz Mazzaro; Secretário: Sandro Morais Nogueira. Acionistas: CBC Global Ammunition LLC; Bernardo Simões Birmann, representado por Mariele Aparecida Nonis Munhoz. "A presente ata é cópia fiel da mantida na sede da Companhia." Ribeirão Pires, 20 de fevereiro de 2023. **Fabio Luiz Munhoz Mazzaro** – Presidente da Mesa; **Sandro Morais Nogueira** – Secretário da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 88.416/23-9 em 01/03/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Ufinet Brasil S.A.
CNPJ/ME 06.288.154/0001-07 – NIRE 35.300.535.138
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de janeiro de 2023

Data, Hora e Local: Aos 31 dias do mês de janeiro de 2023, às 11:00 horas, na sede social da **Ufinet Brasil S.A.**, sociedade por ações, localizada na Alameda Araguaia, nº 3.972, 1º andar, Alphaville Industrial, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06455-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 06.288.154/0001-07 ("Companhia"), com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUICESP ("JUICESP") sob o NIRE 35.300.535.138, em sessão de 26/04/2019 ("Estatuto Social"). **Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, em razão da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do Estatuto Social e de acordo com o artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), conforme assinaturas apostas no Livro Registro de Presença de Acionistas. Presente ainda, na qualidade de acionista ingressante: **Ufinet Brasil Participações Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Alameda Araguaia, nº 3.972, 2º andar, bairro Alphaville Industrial, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06455-00, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 34.170.619/0001-66, com seus atos constitutivos arquivados na JUICESP sob o NIRE 35.231.636.953; **Mesa:** Sr. **Wagner Kato Rapchan**, Presidente da Mesa; Sr. **Alvaro Luiz Melges Britto**, Secretário. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a convocação do Protocolo e Justificação de Incorporação pela Companhia das seguintes companhias: (i.a) **Net Botanic Internet Inteligente S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua José Eugênio, nº 29, no bairro de São Cristóvão, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20941-140, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.570.207/0001-40, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA ("JUCERJA") sob o NIRE 33.300.339.221 ("Net Botanic"); (i.b) **Moebius Tecnologia em Informática S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua José Eugênio, nº 29, no bairro de São Cristóvão, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20941-140, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 04.158.380/0001-48, com seus atos societários arquivados na JUCERJA sob o NIRE 33.207.108.029 ("Moebius"); e (i.c) **Ufinet Brasil Telecomunicações Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Alameda Araguaia, nº 3.972, 3º andar, Alphaville Industrial, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06455-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 34.253.669/0001-07 ("UBT") e, em conjunto com Net Botanic e Moebius, as "Incorporadas" celebrado na presente data pela administração da Companhia e das Incorporadas ("Protocolo e Justificação" e "Incorporações", respectivamente); (ii) a ratificação da contratação da empresa especializada **BDO RCS Auditores Independentes**, sociedade inscrita perante o CNPJ/ME sob o nº 54.276.936/0001-79, com sede na Rua Major Quedinho, nº 90, 3º andar, Consolação, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01050-030 ("Empresa Avaliadora"), responsável pela avaliação do patrimônio líquido das Incorporadas e elaboração dos laudos de avaliação de cada uma das Incorporadas ("Laudos de Avaliação"); (iii) a aprovação dos Laudos de Avaliação; (iv) a aprovação das Incorporações, na forma dos artigos 223 a 227 da Lei das Sociedades por Ações, com o consequente aumento do capital social da Companhia; (v) a alteração de endereço da sede da Companhia; (vi) a aprovação da reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (vii) a ratificação dos atos praticados pela administração da Companhia e a autorização para a prática de todos os atos e providências necessários à implementação das Incorporações. **Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes na ordem do dia, preliminarmente, foi aprovado pela unanimidade dos acionistas que a ata desta assembleia fosse lavrada na forma sumária e publicada com a omissão das assinaturas dos presentes. Ato subsequente, os acionistas decidiram, por unanimidade e sem quaisquer restrições e/ou ressalvas: (i) aprovar os termos e condições do Protocolo e Justificação, o qual integra a presente ata como **Anexo I**; (ii) ratificar a contratação da Empresa Avaliadora; (iii) aprovar os Laudos de Avaliação, os quais avaliaram o acervo líquido total, a valor contábil, das Incorporadas, com base no seu valor contábil em 31/12/2022, nos montantes de: **a. Net Botanic:** R\$ (+) 341.881,00; **b. Moebius:** (+) 71.610,00; e **e. UBT:** R\$ (+) 77.645.048,00, sendo que o valor contábil do patrimônio líquido a ser considerado para fins da incorporação reversa é de R\$ (+) 18.688.935,00, após a eliminação do investimento que a UBT possui na UBSA. (iv) aprovar as Incorporações, conforme detalhado nos Laudos de Avaliação e nos termos do Protocolo e Justificação, com o consequente aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 18.418.664,00, mediante emissão de R\$ 5.778.781,485976183 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 5,778.781,485976183 cada, fixado conforme o artigo 170, I, da Lei de Sociedades por Ações, a serem subscritas pela Ufinet Brasil Participações Ltda., nos termos do Boletim de Subscrição que integra a presente ata como **Anexo II**, passando este de R\$ 51.766.147,00, dividido em 51.766.147 ações ordinárias nominativas, para R\$ 70.184.811,00, dividido em 54.953.439 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pela Ufinet Brasil Participações Ltda. Em decorrência do aumento de capital aprovado no item (iv) acima, o caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação: "**Artigo 5º.** O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional e bens, e de R\$ 70.784.817,00, dividido em 54.953.439 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal." (v) alterar o endereço da sede da Companhia para incluir o 2º andar, passando este de "Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, nº 3.972, 1º andar, Alphaville Industrial, CEP 06455-000" para "Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, nº 3.972, 1º e 2º andares, Alphaville Industrial, CEP 06455-000". Em decorrência da alteração de endereço da sede da Companhia, o caput do Artigo 3º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação: "**Artigo 3º.** A Companhia tem sede e foro na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, nº 3.972, 1º e 2º andares, Alphaville Industrial, CEP 06455-000." (vi) aprovar a reformulação e consolidação do Estatuto Social da Companhia, que integra a presente ata como **Anexo III**, o qual passa a refletir as novas redações dos Artigos 3º e 5º do Estatuto Social da Companhia, bem como outras alterações menores de percentuais de aprovações decorrentes de alterações no Acordo de Acionistas da Companhia e de renumeração de artigos; (vii) ratificar os atos praticados pela administração da Companhia no âmbito das Incorporações, inclusive a assinatura do Protocolo e Justificação, e autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos e providências necessários à implementação das Incorporações. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata, que lida, conferida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes, por meio eletrônico via plataforma DocuSign, sendo as assinaturas consideradas válidas, nos termos do artigo 10, § 2º da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e artigo 36, I, da Instrução Normativa DREI nº 81/2020. Barueri, 31/01/2023. **Mesa:** **Wagner Kato Rapchan** – Presidente; **Alvaro Luiz Melges Britto** – Secretário. **Acionistas:** **Wagner Kato Rapchan; Ufinet Brasil Telecomunicações Ltda.** Alvaro Luiz Melges Britto – Administrador; **Ufinet Brasil Participações Ltda.** Alvaro Luiz Melges Britto – Administrador. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 73.254/23-0 em 15/02/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 07/03/2023

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



GPS Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 09.229.201/0001-30 – NIRE 35.300.350.120 – Companhia Aberta
Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 5 de abril de 2023
 Convocamos os senhores acionistas da **GPS Participações e Empreendimentos S.A.**, companhia aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Miguel Frias e Vasconcelos, nº 1.215, 2º andar, Jaguaré, CEP 05345-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.350.120 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 09.229.201/0001-30, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como companhia aberta categoria “A” sob o código 02571-2 (“Companhia”), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e dos artigos 4º e 6º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 81”), a se reunirem, **de modo exclusivamente à distância e digital**, em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 5 de abril de 2023, às 9hs (“AGO”), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) tomada das contas dos administradores da Companhia, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, incluindo as respectivas notas explicativas, o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes; (ii) aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (iii) definição do número de membros do Conselho de Administração da Companhia; (iv) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e (v) fixação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023. **Instruções e Informações Gerais:** A AGO será realizada de modo exclusivamente à distância e digital, podendo os senhores acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia ou exercer o direito de voto mediante uso do Boletim de Voto (conforme abaixo definido), em ambos os casos nos termos previstos na Resolução CVM 81. O sistema de participação à distância adotado pela Companhia permitirá que seus acionistas participem da AGO ao acessarem a plataforma digital, desde que observadas as condições abaixo resumidas. **As informações detalhadas relativas à participação na AGO por meio do sistema eletrônico estão disponíveis na proposta da administração para a AGO (“Proposta da Administração”) que poderá ser acessada por meio dos websites da Companhia (ri.gpssa.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (www.b3.com.br).** Para participarem, os acionistas deverão enviar solicitação por e-mail à Companhia para o endereço marita.bernhoefft@gpssa.com.br, até às 9 horas do dia 3 de abril de 2023, o qual deverá conter toda a documentação necessária (conforme indicada na Proposta da Administração) para permitir a participação do acionista na AGO. Os acionistas que não enviarem a solicitação de cadastramento no prazo acima referido não poderão participar da AGO, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81. Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança na participação à distância, a Companhia enviará, por e-mail, as instruções, o link e a senha necessários para participação do acionista por meio da plataforma digital somente àqueles acionistas que tenham apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições apresentadas na Proposta da Administração, e após ter verificado, de forma satisfatória, os documentos de sua identificação e representação (conforme indicados na Proposta da Administração). **O link e senha recebidos serão pessoais e não poderão ser compartilhados sob pena de responsabilização.** Ainda, o acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância poderá: (i) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantêm suas posições em custódia, conforme instruções estabelecidas na Proposta da Administração; (ii) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações da Companhia, qual seja, o Itaú Corretora de Valores S.A., conforme instruções estabelecidas na Proposta da Administração; ou (iii) preencher o boletim de voto à distância disponível nos endereços indicados abaixo (“Boletim de Voto”) e enviá-lo diretamente à Companhia, conforme instruções contidas na Proposta da Administração. Para mais informações, observar as regras previstas na Resolução CVM 81, na Proposta da Administração e no Boletim de Voto. Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar na AGO, conforme instruções contidas neste Edital de Convocação e na Proposta da Administração, **a Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência ao Boletim de Voto** para fins de participação na AGO, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na AGO. A eleição dos membros do Conselho de Administração será realizada em observância às disposições dos artigos 141 e 147 da Lei das Sociedades por Ações, e da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, sendo necessário nos termos da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante para que os acionistas possam requerer a adoção do processo de voto múltiplo. A requisição do processo de voto múltiplo deve ser realizada por meio de notificação por escrito entregue à Companhia com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da AGO. Estarão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e nos websites da Companhia (ri.gpssa.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br), nos termos da Resolução CVM 81, a Proposta da Administração e cópia dos demais documentos relacionados às matérias constantes da ordem do dia da AGO. São Paulo, 6 de março de 2023. José Caetano Paula de Lacerda – **Presidente do Conselho de Administração.** (04, 07 e 08/03/2023)

FCBPC Holding S.A.

CNPJ/MF nº 45.240.072/0001-44 – NIRE 35.300.586.239
Edital de Convocação Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 20 de março de 2023, às 11h
FCBPC Holding S.A. (“Companhia”) vem, pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), convocar os acionistas da Companhia para reunirem-se em assembleia geral extraordinária (“Assembleia”), a ser realizada, em primeira convocação, em 20 de março de 2023, às 11h00, de forma semipresencial (parcialmente digital), na sede da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Continental Tower, 9º andar, conj. 91, sala 17, Cidade Jardim, CEP 05676-120, podendo os acionistas que assim optarem, participar por videoconferência, conforme autorizado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10 de junho de 2020 (“IN-DREI 81”), nos termos do art. 124, § 2º-A, da Lei das S.A., para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** a proposta de aumento do capital social da Companhia, conforme apreciada no âmbito de reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de fevereiro de 2023, dentro do limite do capital autorizado, conforme autorizado pelo art. 8º, item (ii), do Estatuto Social da Companhia, e nos termos do art. 168 da Lei das S.A., no montante de, no mínimo, R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e, no máximo, de R\$ 29.542.098,00 (vinte e nove milhões, quinhentos e quarenta e dois mil e noventa e oito reais), mediante a emissão de, pelo menos, 200.000.000 (duzentas milhões) de novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal (“Aumento de Capital Autorizado”) a um preço de emissão de R\$ 0,10 (dez centavos de real) por ação, fixado nos termos do art. 170, § 1º, inciso II, da Lei das S.A.; **(ii)** a divulgação de aviso aos acionistas para estabelecer o procedimento de exercício do direito de preferência pelos acionistas da Companhia, no prazo de 30 (trinta) dias previsto no art. 171, § 4º da Lei das S.A.; **(iii)** consignar a renúncia dos Srs. Gustavo de Souza Lacerda, Marcel Vitor Santos e Leonardo de Souza Carvalho aos cargos de membros do Conselho de Administração, conforme termos de renúncia recebidos pela Companhia, bem como a ratificação da composição do Conselho de Administração da Companhia; **(iv)** consignar o cancelamento dos Bônus de Subscrição nº 27, 28 e 29, respectivamente, de titularidade dos acionistas Innova Globaltech Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Innova”), Inovação Paulista Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“SP Ventures”) e Salônica FIP Multiestratégia Investimento no Exterior (“Fundo Salônica”), conforme emitidos em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de julho de 2022, nos termos da ata arquivada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o nº 407.924/22/0 em 11 de agosto de 2022. **1. Documentos e Modalidades para Participação da Assembleia.** A Assembleia será realizada na modalidade semipresencial (parcialmente digital) e os acionistas da Companhia poderão optar por participar da Assembleia por uma das seguintes formas: (i) pessoalmente ou por videoconferência; ou (ii) por procurador devidamente constituído, conforme regras abaixo: **1.1 Documentos.** As pessoas naturais acionistas da Companhia deverão apresentar documentação que comprove a sua identidade, com foto. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro representante acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e § 2º da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. **1.2 Modalidades e Forma de envio dos Documentos.** Os acionistas que optem por participar da Assembleia por videoconferência deverão, além de apresentar por e-mail à Companhia para o endereço eletrônico juridico@souqista.com.br com 2 (dois) dias úteis de antecedência da data designada para realização, em primeira convocação, da Assembleia, ou seja, 15 de março de 2023, os documentos do item 1.1 acima, conforme aplicável, seu interesse de participar da Assembleia por videoconferência; A Companhia enviará, por e-mail, o link necessário para a participação do acionista por meio de plataforma digital somente para aqueles acionistas que tenham apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições acima. O link recebido será pessoal e não poderá ser compartilhado sob pena de responsabilização. Não obstante os prazos para encaminhamento dos documentos de representação indicados nos itens acima, os acionistas da Companhia poderão participar presencialmente da Assembleia desde que apresentem os documentos até o horário de início da Assembleia, ainda que tenha deixado de enviá-los previamente, nos termos da regulamentação aplicável. Para todos os feitos legais, considerar-se-á presente na Assembleia, o acionista que, pessoalmente, por videoconferência ou por meio de seu procurador, registre presencialmente sua presença na data e horários da Assembleia. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. São Paulo/SP, 02 de março de 2023. **Eduardo Dal Sasso Mendonça Cruz** – Presidente do Conselho de Administração. (03, 04 e 07/03/2023)

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 07/03/2023

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



GPS Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 09.229.201/0001-30

Relatório da Administração

São Paulo, 02 de março de 2023.

A GPS Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia") em conjunto com suas controladas ("Grupo GPS") anunciam seus resultados do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Sobre o Grupo GPS

O Grupo GPS é líder no setor de serviços terceirizados – facilities, segurança, logística indoor, engenharia de utilidades, serviços industriais, alimentação, mão de obra temporária, field marketing e serviços de infraestrutura. Atuamos em todo o Brasil com um abrangente portfólio de soluções, servindo a 3.956* Clientes e contando com mais de 140 mil colaboradores diretos. Em 2022 completamos 60 anos de atuação e seguimos em um processo constante e robusto de crescimento, sustentado por um modelo de negócio ágil e sólidos princípios de gestão empresarial. Nossa estratégia de crescimento combina a vertical orgânica, focada no desenvolvimento de novos Clientes e na ampliação dos serviços e soluções junto à base atual de Clientes, com a vertical inorgânica, através da aquisição e integração de empresas que favoreçam o ganho de escala e a maior penetração em regiões ou serviços convergentes com o nosso modelo de gestão empresarial.

1. Destaques de 2022



* Os números de colaboradores, Clientes e gerentes de contrato não consideram as empresas Global Serviços, Engie Serviços e Facilities e Compart. O ano de 2022 foi marcado pela retomada do crescimento orgânico e ampliação do nosso portfólio de serviços através das empresas adquiridas. Seguimos com um ritmo positivo de conquistas de novos contratos e foco no estreitamento do relacionamento comercial com nossos Clientes, buscando continuamente a geração de novas oportunidades de crescimento orgânico. Divulgamos a aquisição de nove companhias durante o ano de 2022, que, de forma consolidada, realizaram R\$1,7 bilhão de receita bruta nos 12 meses anteriores a assinatura dos contratos de compra e venda. Já concluímos a integração de sistemas de sete empresas – Comau, Force, Ormec, Sulzer, Motus, E-Vertical e Global Serviços, com prazo médio de 119 dias. Também anunciamos a conclusão da aquisição da Engie Serviços e Facilities, em 16 de janeiro de 2023, e da Compart, em 31 de janeiro de 2023. Ambas já estão em processo de integração e serão consideradas nos resultados do Grupo GPS a partir de 2023.

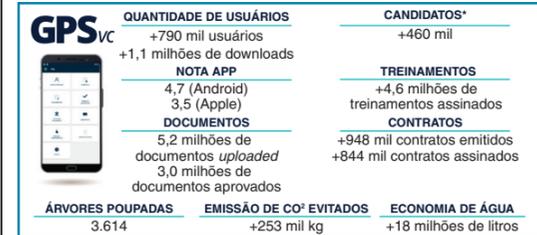
2. Capacidade operacional, portfólio de serviços e Clientes

Somos mais de 140 mil* colaboradores diretos, servindo a 3.956* Clientes em todo o território nacional. Nossos 493* gerentes de contrato estão concentrados na entrega dos serviços e no aprimoramento do relacionamento com os nossos Clientes, para assegurar um elevado nível de satisfação, refletido em nosso índice de 74% de NPS*, apurado até 31 de dezembro de 2022, considerando que essa pesquisa é atualizada semestralmente.



Os números de colaboradores, Clientes e gerentes de contrato não consideram as empresas Global Serviços, Engie Serviços e Facilities e Compart.

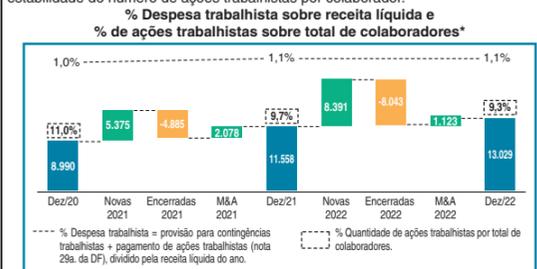
Nosso desafio é evoluir nosso modelo de gestão e desenvolver nossos colaboradores reforçando nossa cultura de empresariamento. Desta forma, priorizamos a capacitação das nossas equipes e a contratação e retenção de profissionais comprometidos com o "espírito de servir" aos nossos Clientes. Uma ferramenta essencial para atingir este objetivo é o nosso aplicativo de gestão de pessoas – GPSvc*. Através dele mantemos o treinamento das equipes atualizado e frequente, somos capazes de atrair e recrutar profissionais para suportar a expansão dos contratos e oferecemos a cada colaborador a gestão do seu dia a dia na "palma da mão". Através desta estratégia de digitalização, reforçamos nosso compromisso de uso consciente dos recursos naturais e contribuimos para a economia de uso de papel.



* Base dezembro/22

* Cada 10 mil folhas A4 = 1 árvore; 1 folha A4 = emissão de cerca de 0,007KG de CO2 e consumo de cerca de 0,5 litros de água.

Prezamos também por monitorar o risco trabalhista, que é essencial tanto para nossos negócios como para nossos Clientes. Garantir boas práticas de gestão nos permite manter nossa despesa trabalhista sob controle, em torno de 1% da receita líquida, e estabilidade do número de ações trabalhistas por colaborador.

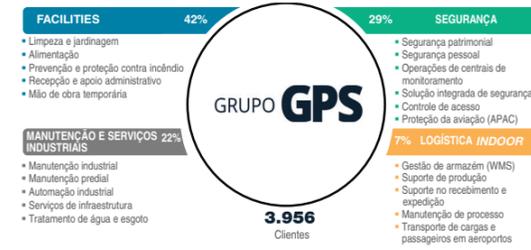


* Os números de ações trabalhistas e colaboradores não consideram as empresas Global Serviços, Engie Serviços e Facilities e Compart. Nossa base de Clientes se mantém bastante diversificada e com baixo nível de concentração de receita.



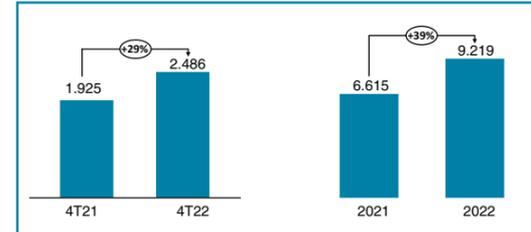
Temos evoluído cada vez mais para um conceito "one stop shop" em serviços, alinhado com a nossa estratégia de construir relações duradouras e consistentes com nossos Clientes. Ao oferecer ao Cliente várias soluções, aprofundamos nossa relação comercial e operacional e criamos oportunidades variadas de crescimento dentro da nossa própria carteira de Clientes.

Distribuição de receita líquida por linha de solução (dezembro/2022)



3. Receita líquida

Receita líquida no 4T22 de R\$ 2.486 milhões, 29% superior a receita do 4T21; Receita líquida do ano de 2022 de R\$ 9.219 milhões, 39% superior a receita de 2021; Os gráficos abaixo apresentam a evolução da receita líquida trimestral e anual. Os valores estão representados em milhões de reais.



No 4T22, aceleramos o ritmo de implantação de novos contratos, o que resultou em um crescimento de 12% de receita líquida orgânica, frente ao 4T21, e de 11%, quando comparamos 2022 com 2021. As tabelas abaixo apresentam a evolução da receita líquida trimestral e anual, com abertura por receita orgânica e inorgânica. Os valores estão representados em milhões de reais.

Receita líquida R\$ mi	Empresas	4T22 (a)	4T21 (b)	Δ (a)/(b)
Orgânica*	Grupo GPS	1.807	1.615	12%
Inorgânica (2021)	Global/Loghis/Vivante/Alis/Rudder/Unica	301	310	-3%
Inorgânica (2022)	Comau/Force/Ormec/Sulzer/Motus/E-Vertical/Global Serv.	377	-	-
Receita líquida total		2.486	1.925	29%

Receita líquida R\$ mi	Empresas	2022 (c)	2021 (d)	Δ (c) / (d)
Orgânica*	Grupo GPS	6.894	6.204	11%
Inorgânica (2021)	Global/Loghis/Vivante/Alis/Rudder/Unica	1.330	411	223%
Inorgânica (2022)	Comau/Force/Ormec/Sulzer/Motus/E-Vertical/Global Serv.	995	-	-
Receita líquida total		9.219	6.615	39%

* A receita líquida orgânica inclui as satras até 2020 (inclusive), conforme detalhado na N.E. 28 (c).

4. Programa de Aquisições

Concluímos sete aquisições no ano de 2022 e os resultados do 4T22 incluem a performance integral da Comau, Force, Ormec, Sulzer, Motus, E-Vertical e Global Serviços. No início de 2023 concluímos as aquisições da Engie Serviços e Facilities e Compart que deverão ter seus resultados refletidos a partir do 1T23. Relacionamos abaixo o total de aquisições, que somam R\$ 1,7 bilhão de receita bruta, apurada nos 12 meses anteriores a assinatura dos contratos de compra e venda, sendo R\$ 1,4 bilhão considerada receita que integra o programa de M&A de 2022 e R\$ 258 milhões considerada como receita integrante do programa de M&A de 2023.

Empresa	Data	Receita 12 meses (R\$mi)	Situação	Detalhes	Programa M&A
COMAU	Assinatura 23/07/21 Fechamento 15/12/21 Go live 01/05/22	339	Sistemas integrados	Manutenção industrial	2022
FORCE	Assinatura 12/01/22 Fechamento 24/02/22 Go live 01/06/22	142	Sistemas integrados	Segurança e Facilities	2022
ORMEC	Assinatura 17/02/22 Fechamento 13/04/22 Go live 01/07/22	210	Sistemas integrados	Logística, Manutenção e Limpeza Industrial	2022
SULZER	Assinatura 15/03/22 Fechamento 03/06/22 Go live 01/08/22	135	Sistemas integrados	Manutenção Industrial	2022
MOTUS	Assinatura 29/03/22 Fechamento 29/06/22 Go live 01/10/22	107	Sistemas integrados	Logística	2022
E-VERTICAL	Assinatura 13/04/22 Fechamento 24/06/22 Go live 01/11/22	87	Sistemas integrados	Segurança Eletrônica	2022
GLOBAL SERVIÇOS	Assinatura 20/04/22 Fechamento 13/07/22 Go live 01/02/23	412	Sistemas integrados	Mão de obra temporária	2022
ENGIE SERVIÇOS E FACILITIES	Assinatura 08/11/22 Fechamento 16/01/23 Go live 01/04/23	113	Em integração de sistemas	Manutenção Predial e Facilities	2023
COMPART	Assinatura 14/12/22 Fechamento 31/01/23 Go live 01/05/23	145	Em integração de sistemas	Field marketing	2023

5. EBITDA e EBITDA ajustado

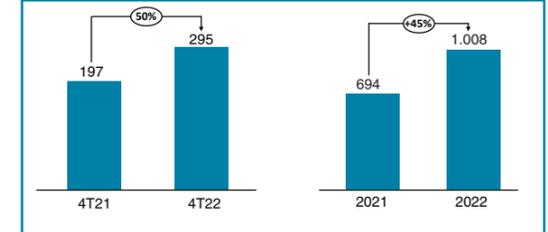
A tabela abaixo apresenta a composição do cálculo do EBITDA, conforme Instrução CVM 527/2012 e o EBITDA ajustado.

EBITDA R\$ mi	4T22 (a)	4T21 (b)	Δ (a)/(b)	2022 (c)	2021 (d)	Δ (c)/(d)
Lucro líquido	203	143	42%	517	400	29%
IR/CSLL	104	72	44%	257	170	51%
Resultado Financeiro	27	(10)	-362%	157	40	295%
Depreciação de ativos	25	17	50%	86	59	46%
Amortização – carteira de clientes, marcas e ativo fixo	15	20	-28%	105	67	56%
EBITDA (cf. ICMV 527)	373	242	54%	1.122	736	53%
Resultado com alienação de investimento	-	-	-	-	(1)	-
Provisão riscos fiscais	-	-	-	1	9	-92%
Provisão para contingências não trabalhista	(2)	4	-147%	-	1	-66%
Despesas com aquisição de controladas	(1)	8	-109%	9	30	-69%
Atualização e baixas de ativos indenizatórios e passivos contingentes	(25)	-	-	(69)	(4)	1731%
Conta gráfica de dívida de aquisição	-	-	-	-	(4)	-
Atualização/Baixa earn out	19	1	1348%	22	(13)	-262%
Reversão FAP Adquiridas	-	-	-	(10)	-	-

EBITDA R\$ mi	4T22 (a)	4T21 (b)	Δ (a)/(b)	2022 (c)	2021 (d)	Δ (c)/(d)
Reversão de Tributo Sub Judice	(57)	(41)	38%	(57)	(41)	39%
Indébito da Selic sobre atualização do IR e CSLL	-	(17)	-	-	(17)	-
Conciliação de saldos de adquiridas	(16)	-	-	(16)	-	-
(Constituição) Reversão de débito tributário*	4	(1)	-625%	4	(1)	-625%
Conciliação de saldos a receber	-	-	-	2	-	-
EBITDA ajustado	295	197	50%	1.008	694	45%

* A conta de (Constituição) Reversão de débito tributário estava dentro da conta de "outros" em 2021. A partir deste ano, passamos a destacar este valor e tivemos o efeito relativo a 2021 no cálculo do EBITDA ajustado.

EBITDA ajustado de R\$ 295 milhões no 4T22, 50% superior ao resultado do 4T21; Margem EBITDA ajustada no 4T22 de 11,9%, com acréscimo de 1,7 p.p. comparativamente ao 4T21; EBITDA ajustado de R\$ 1.008 milhões no ano de 2022, 45% superior ao resultado de 2021; Margem EBITDA ajustada de 10,9% em 2022, com acréscimo de 0,4 p.p. comparativamente a 2021; Os gráficos abaixo apresentam a evolução do EBITDA ajustado trimestral e anual. Os valores estão representados em milhões de reais.



O EBITDA ajustado considera apenas três tipos de eventos:

- Eventos com características não operacionais, a exemplo de reversão de contingências cíveis e tributárias de períodos anteriores e provisões para riscos fiscais;
- Eventos relacionados a aquisição de controladas, incluindo os valores gastos com diligências legais e financeiras e com perdas incorridas que são objeto de indenização pelos vendedores das empresas adquiridas;
- Outras receitas ou despesas não relacionadas com a operação.

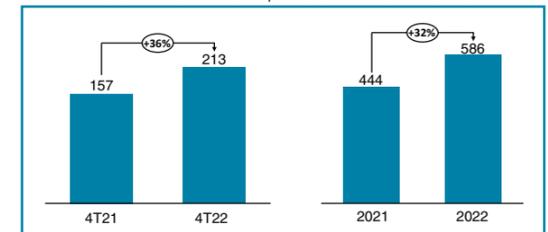
6. Lucro líquido e Lucro líquido ajustado*

Lucro líquido ajustado R\$ mi	4T22 (a)	4T21 (b)	Δ (a)/(b)	2022 (c)	2021 (d)	Δ (c)/(d)
Lucro líquido do período	203	143	42%	517	400	29%
Amortização – carteira de clientes, marcas e ativo fixo (líquido)**	10	14	-29%	69	44	57%
Lucro líquido ajustado	213	157	36%	586	444	32%
LL (ajustado)/receita líquida	8,5%	8,1%	0,4pp	6,4%	6,7%	-0,3pp

* Lucro líquido ajustado não é base para distribuição de dividendos

** Valor líquido do IR (34%)

Lucro líquido ajustado no 4T22 de R\$ 213 milhões, 36% superior ao lucro líquido ajustado do 4T21; Margem líquida ajustada do 4T22 de 8,5%, 0,4p.p. superior à margem do 4T21; Lucro líquido ajustado em 2022 de R\$ 586 milhões, 32% superior ao lucro líquido ajustado de 2021; Margem líquida ajustada em 2022 de 6,4%, 0,3p.p. inferior à margem líquida ajustada de 2021, em função do incremento da despesa financeira resultante do aumento de juros no período; Os gráficos abaixo apresentam a evolução do lucro líquido ajustado trimestral e anual. Os valores estão representados em milhões de reais.



7. Fluxo de caixa

O gráfico abaixo apresenta o demonstrativo de fluxo de caixa contábil. Os valores estão representados em milhões de reais.



Geração de caixa das atividades operacionais em 2022 no valor de R\$ 748 milhões, representando 74% do EBITDA ajustado, 1 p.p. acima do ano anterior; Pagamento de Juros e IR no valor total de R\$ 345 milhões, superior ao valor pago em 2021, em função do aumento da Selic no período; Caixa líquido das atividades de financiamento positivo em R\$ 1 bilhão resultante da emissão das debêntures não conversíveis, no valor de R\$ 1,5 bilhão, e integralização de capital da emissão de ações referente ao programa de opções de compra de ações 2022, no valor de R\$ 33 milhões. No sentido contrário, tivemos as amortizações de empréstimos e debêntures no valor de R\$ 307 milhões e exercício das opções de compra das parcelas remanescentes no valor de R\$ 110 milhões de oito empresas controladas; Fluxo das atividades de investimento negativo em R\$ 1,2 bilhão, resultante da realização de aplicações financeiras no valor de R\$ 823 milhões, pagamento das aquisições das empresas Force, Ormec, Motus, Sulzer, E-Vertical e Global Serviços, no valor total de R\$ 297 milhões e de gastos líquidos com a compra de ativos imobilizados operacionais, no montante de R\$ 95 milhões.

8. Alavancagem

Endividamento R\$ mi	4T22 (a)	3T22 (b)	2T22 (c)	1T22 (d)	4T21 (e)	Δ (a)/(e)
Caixa	2.700	1.300	1.420	1.590	1.669	62%
Caixa e equivalente de caixa	889	846	787	694	652	36%
Aplicações e Instrumentos financeiros	1.811	453	633	895	1.017	78%
Dívida bruta	3.645	2.204	2.195	2.234	2.304	58%
Empréstimos	635	668	702	718	813	-22%
Debêntures	2.661	1.202	1.224	1.244	1.252	113%
Aquisição de controladas	281	267	208	213	177	59%
Parcelamento de tributos	68	67	61	59	63	9%
Dívida líquida	(945)	(904)	(775)	(644)	(635)	49%
EBITDA ajustado (últimos 12 meses)	1.008	911	814	742	694	45%
Dívida líquida/EBITDA ajustado (últimos 12 meses)	0,9	1,0	1,0	0,9	0,9	2%

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 07/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

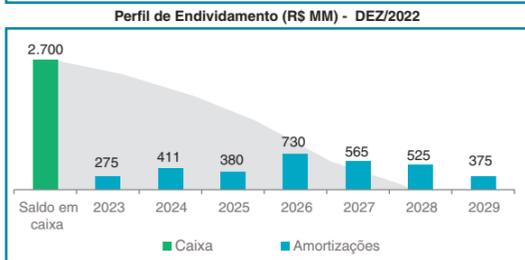
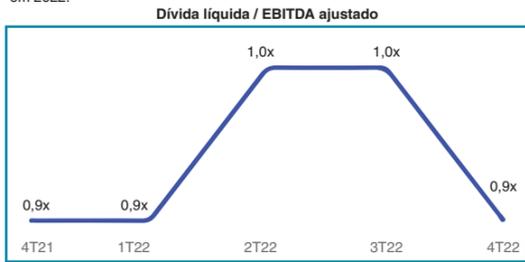


... continuação

Encerramos o 4T22 com índice de alavancagem em 0,9x EBITDA ajustado, mantendo um índice de alavancagem bastante estável no ano, a despeito do total de aquisições realizadas;

Importante destacar que o EBITDA ajustado (últimos 12 meses) consolida parcialmente o resultado das seguintes empresas: Force a partir de abril; Ormec a partir de maio; Sulzer, Motus, E-vertical e Global Serviços a partir de julho. A não consolidação integral dos resultados das empresas adquiridas em 2022 aumenta o indicador Dívida líquida/EBITDA ajustado, na medida em que, o valor da Dívida bruta já considera integralmente o investimento na aquisição das empresas;

Abaixo demonstramos a evolução do índice de alavancagem e do perfil da dívida do Grupo GPS, que se mantém estável com duração total da carteira de 44 meses em 2022.



9. Retorno sobre capital

O Retorno sobre Capital Investido (ROIC), atingiu 19,7% em 2022, com redução de 0,5 p.p. em relação ao ano de 2021. Obtivemos um crescimento de 45% do lucro operacional (NOPAT), e 49% do Capital investido. A manutenção dos patamares de rentabilidade demonstra a nossa capacidade de crescimento orgânico sustentável e rápida captura de valor das companhias adquiridas.

RS mi	2022 (a)	2021 (b)	Δ (a)/(b)
EBITDA ajustado	1.008	694	45%
Depreciação	(86)	(59)	46%
EBITA ajustado	922	635	45%
Alíquota IR/CS	34%	34%	0%
NOPAT	609	419	45%
Dívida líquida (média ponderada)*	733	677	8%
Patrimônio líquido (médio ponderado)**	2.350	1.396	68%
Capital investido (dívida líquida + patrimônio líquido)	3.083	2.073	49%
ROIC (NOPAT/Capital investido)	19,7%	20,2%	-0,5pp

* Média simples da dívida líquida na data de início e de encerramento de cada trimestre, ponderada pela representatividade de cada trimestre no exercício social;

** Média simples do patrimônio líquido na data de início e de encerramento de cada trimestre, ponderada pela representatividade de cada trimestre no exercício social.

O Retorno sobre Patrimônio (ROE) atingiu 25%, 6,8 p.p. inferior ao resultado de 2021, reflexo do aumento das despesas financeiras e do incremento do patrimônio líquido ponderado em função do efeito da integralização da oferta primária do IPO.

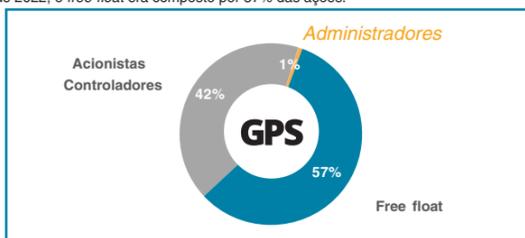
RS mi	2022 (a)	2021 (b)	Δ (a)/(b)
Lucro líquido ajustado *	586	444	32%
Patrimônio líquido (médio ponderado)**	2.350	1.396	68%
ROE	25,0%	31,8%	-6,8pp

* O Lucro líquido ajustado de 2021 considera exclusivamente o efeito da amortização líquida.

** Média simples do patrimônio líquido na data de início e de encerramento de cada trimestre, ponderada pela representatividade de cada trimestre no exercício social.

10. Desempenho GGPS3

A ação da Companhia (GGPS3) encerrou o ano cotada a R\$11,91, registrando uma desvalorização de 21,6% desde 03 de janeiro de 2022. O volume médio diário negociado no ano foi de R\$ 20,3 milhões e a média de 1.594 negócios por dia. Em 31 de dezembro de 2022, o free-float era composto por 57% das ações.



GGPS3 na B3	2022
Ações existentes - fim do período	669.708.835
Preço de fechamento (R\$) - fim do período	11,91
Preço médio (R\$)	12,83
Volume médio diário (R\$ milhões)	20,32
Média diária da # de negócios	1.594
Valor de Mercado (R\$ milhões) - fim do período	7.976

11. Considerações finais

Os resultados alcançados no ano de 2022 reforçam nossa convicção de que o modelo de gestão da Companhia, pautado pela descentralização, delegação planejada, foco na geração de resultados e o exercício da meritocracia, é o fator mais relevante para o sucesso da nossa estratégia de crescimento. É através da nossa competência em reter e engajar pessoas com espírito empreendedor que ampliaremos a nossa capacidade de construir relações de longo prazo com os Clientes e a sustentabilidade dos nossos resultados. Trabalhamos para aprimorar nossas ferramentas de motivação e retenção de curto, médio e longo prazos e propiciar para nossa equipe um ambiente empresarial cada vez mais eficiente e produtivo. Acreditamos que o ano de 2023 ainda será desafiador e, por isso, estamos preparados para seguir na direção do crescimento, combinando o esforço das equipes comerciais com novas oportunidades de aquisição de empresas, assegurando uma gestão equilibrada dos riscos que envolvem o nosso ambiente empresarial.

Considerações legais: As informações financeiras são apresentadas em milhões de Reais, exceto quando indicado o contrário. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS - International Financial Reporting Standards) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Este relatório pode incluir declarações sobre eventos futuros que estão sujeitos a riscos e incertezas. Tais declarações têm como base crenças e suposições da Administração do Grupo GPS tomadas dentro do melhor conhecimento e informações a que o Grupo GPS atualmente tem acesso. As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Este relatório pode incluir métricas não contábeis, o que será indicado onde for pertinente. Tais métricas são inseridas por serem consideradas pela Administração como relevantes para o entendimento do negócio, mas não necessariamente passaram pelo mesmo critério de elaboração das demonstrações financeiras. Os dados não contábeis não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes do Grupo GPS. Auditoria independente: Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal consultar os auditores independentes KPMG Auditores Independentes Ltda. (KPMG), no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a KPMG prestou somente serviços de auditoria das demonstrações financeiras com honorários de R\$ 3.780 mil (valores líquidos), não houve nenhuma outra prestação de serviço no período.

Demonstrações dos resultados - R\$ mi (exceto lucro por ação)	Nota	Consolidado	
		De 01/01/2022 a 31/12/2022	De 01/01/2021 a 31/12/2021
Receita líquida dos serviços prestados e mercadorias vendidas	28	9.219	6.615
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	29	(7.693)	(5.500)
Lucro bruto		1.525	1.115
Despesas gerais e administrativas	29	(630)	(554)
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	29	(10)	9
Outras receitas operacionais	29	72	98
Outras despesas operacionais	29	(26)	(58)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, resultado de equivalência patrimonial e impostos		931	609
Receitas financeiras	30	269	151
Despesas financeiras	30	(426)	(191)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(157)	(40)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		774	569
Imposto de renda e contribuição social correntes	22 (c)	(280)	(198)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22 (c)	24	28
Lucro líquido do período		517	400
Lucro atribuído aos:			
Acionistas controladores		517	400
Acionistas não controladores		-	-
Resultado básico e diluído por ação	31	0,77	0,62

Demonstrações dos resultados - R\$ mi (exceto lucro por ação)	Nota	Consolidado	
		De 01/10/2022 a 31/12/2022	De 01/10/2021 a 31/12/2021
Receita líquida dos serviços prestados e mercadorias vendidas	28	2.486	1.925
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	29	(2.034)	(1.603)
Lucro bruto		451	322
Despesas gerais e administrativas	29	(225)	(210)
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	29	56	44
Outras receitas operacionais	29	59	94
Outras despesas operacionais	29	(7)	(45)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, resultado de equivalência patrimonial e impostos		334	205
Receitas financeiras	30	80	11
Despesas financeiras	30	(107)	(0)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(27)	10
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		307	216
Imposto de renda e contribuição social correntes	22 (c)	(91)	(59)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22 (c)	(13)	(14)
Lucro líquido do período		203	143
Lucro atribuído aos:			
Acionistas controladores		203	143
Acionistas não controladores		-	-
Resultado básico e diluído por ação	31	0,30	0,22

Balço Patrimonial	Nota	Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021
Ativo - R\$ mi			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	10	889	652
Aplicações financeiras	11	1.810	988
Instrumentos financeiros derivativos	27	8	5
Contas a receber	12	1.949	1.381
Empréstimos a receber	15.3	4	4
Estoques		12	7
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	13	196	125
Tributos a recuperar	14	302	236
Outras créditos		28	36
Total do ativo circulante		5.199	3.435
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	11	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	27	3	24
Contas a receber	12	73	58
Empréstimos a receber	15.3	27	22
Depósitos judiciais	24 (c)	192	137
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	13	20	17
Tributos a recuperar	14	12	-
Ativo indenizatório	24 (d)	136	127
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22 (a)	504	402
Total do realizável a longo prazo		967	787
Investimentos	16	3	106
Imobilizado	17	407	273
Direito de uso em arrendamentos		69	40
Intangível	18	2.352	1.964
Total do ativo não circulante		3.798	3.168
Total do ativo		8.996	6.603
Passivo - R\$ mi			
Circulante			
Fornecedores		125	101
Empréstimos	19	199	199
Debêntures	20	130	108
Instrumentos financeiros derivativos	27	10	-
Arrendamentos a pagar		28	17
Salários e encargos sociais	21	968	802
Imposto de renda e contribuição social a receber		66	43
Obrigações tributárias		155	110
Parcelamento de tributos	23	22	15
Aquisição de controladas	25	97	85
Dividendos a pagar	15.2	123	
Outras contas a pagar	15.5	40	36
Total do passivo circulante		1.961	1.516
Não circulante			
Empréstimos	19	436	613
Debêntures	20	2.532	1.144
Arrendamentos a pagar		42	25
Parcelamento de tributos	23	46	48

Aquisição de controladas	25	184	92
Provisão para contingências e tributos sub judice	24 (a)/(b)	1.198	960
Outras contas a pagar		6	8
Total do passivo não circulante		4.443	2.890
Patrimônio líquido			
Capital social	26 (a)	1.649	1.615
Reserva de lucros	26 (c)	932	538
Outros resultados abrangentes		6	8
Ajustes de avaliação patrimonial	26 (e)	3	34
Patrimônio líquido atribuído a acionistas controladores		2.590	2.195
Participação dos não controladores		2	1
Total do patrimônio líquido		2.592	2.197
Total do passivo e patrimônio líquido		8.996	6.603

Fluxo de Caixa - R\$ mi	Nota	Consolidado	
		De 01/01/2022 a 31/12/2022	De 01/01/2021 a 31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período		517	400
Ajustes para:			
Resultado na alienação de bens do ativo imobilizado		(6)	(13)
Constituição (reversão) de provisão para perda esperada dos serviços faturados	29	3	(12)
Constituição de provisão para perda esperada dos serviços a faturar	29	7	4
Depreciação de imobilizado	17(c)	61	40
Amortização de intangível	18(c)	1	-
Amortização do ativo de direito de uso		24	19
Amortização de mais valia - carteira de clientes, marcas e acordo de não concorrência	18(c)	97	61
Amortização de mais valia - ativos fixos	17(c)	8	7
(Reversão) de provisão para tributos sub judice	24(b)	(72)	(59)
Reversão FAP adquiridas	24(b)	(10)	-
Indébito da Selic sobre atualização do IRPJ e CSLL	13	-	(17)
Imposto de renda e contribuição social	22(c)	257	170
Constituição de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	24(a)	4	17
Atualização monetária do Sistema "S"	24(a)	30	3
Atualização de ativos indenizatórios e passivos contingentes	29	(69)	(4)
Atualização de parcela contingente - dívida de aquisição	25(a)	29	(13)
Baixa de parcela contingente - dívida de aquisição	25(a)	(7)	-
Compensação de dívida de aquisição	25(a)	-	(4)
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	30	33	(0)
Atualização monetária indébito da Selic	13	(2)	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	24(c)	(14)	(4)
Atualização monetária de empréstimos a receber - contratos de mútuo	15.3	(3)	(2)
Ajuste de saldo a receber de empréstimos - contratos de mútuo	15.3	2	-
Pagamento do prêmio do plano de opção de compra de ações	15.3.1	3	-
Variação cambial, juros e encargos sobre empréstimos	19(b)	62	107
Juros e encargos sobre debêntures	20(c)	167	31
Encargos financeiros sobre parcelamentos	23	8	4
Encargos financeiros sobre arrendamento	30	3	4
Atualização monetária sobre tributos sub judice	24(b)	30	9
Atualização monetária de aquisição de controladas	25(a)	1	3
Apropriação de custo incorrido com emissão de debêntures	20(c)	2	-
Variáveis em:		1.168	749
Contas a receber		(372)	(234)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(181)	(86)
Tributos a recuperar		(43)	(76)
Depósitos judiciais		(16)	(9)
Ativo indenizatório		(1)	-
Fornecedores		(2)	1
Salários e encargos sociais		206	144
Outras obrigações tributárias		13	15
Variáveis em outros ativos e passivos		(24)	4
Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais		748	507
Juros pagos sobre empréstimos	19(b)	(77)	(46)
Juros pagos sobre debêntures	20(c)	(143)	(24)
Juros pagos sobre parcelamentos (*)	23	(2)	(1)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(122)	(63)
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais		404	373
Aplicações financeiras		(823)	(885)
Recebimento de empréstimos - contratos de mútuo	15.3	5	2
Concessão de empréstimos - contratos de mútuo	15.3	(10)	(12)
Recebimento pela venda de imobilizado		9	18
Aquisição de imobilizado	17 (b)	(104)	(71)
Aquisição de intangível	18 (b)	(2)	-
Aquisição de controladas não consolidadas	16 (ii)	(3)	(106)
Aquisição de controladas, líquido do caixa obtido na aquisição	3	(294)	(280)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento		(1.221)	(1.333)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Integralização de capital por emissão de ações	26(a)	33	1.133
Gastos com emissões de ações	26(a)	-	(58)
Pagamento de parcelamentos de tributos (*)	23	(16)	(6)
Pagamento de arrendamentos		(26)	(21)
Dividendos pagos (controladores e vendedores de adquiridas)	15.5	(1)	(539)
Recursos provenientes da liquidação de derivativos	28 (a)	(2)	23
Captação de empréstimos	19 (b)	-	154
Captação de debêntures	22 (b)	1.500	750
Custos incorridos com a emissão de debêntures		(17)	(8)
Am			

GPS Participações e Empreendimentos S.A.											
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)					Demonstrações dos Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)						
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo Circulante	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021	2022	2021
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	10	33	30	889.159	652.434	Fornecedores		49	124.732	100.877	
Aplicações financeiras	11	-	-	-1.810.414	987.526	Empréstimos	19	-	199.243	199.405	
Instrumentos financeiros derivativos	27	-	-	7.519	5.178	Debêntures	20	-	129.568	107.734	
Contas a receber	12	-	-	1.948.832	1.381.045	Instrumentos financeiros derivativos	27	-	10.344	-	
Dividendos a receber	15.4	122.899	-	-	-	Arrendamentos a pagar		-	28.081	17.131	
Empréstimos a receber	15.3	1.275	2.059	4.019	3.707	Salários e encargos sociais	21	-	967.540	802.100	
Estoques		-	-	12.047	6.920	Imposto de renda e contribuição social a recolher		32	65.896	42.561	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	13	-	-	196.291	124.950	Obrigações tributárias		52	20	154.702	110.322
Tributos a recuperar	14	87	-	301.974	236.440	Parcelamento de tributos	23	16	14	21.862	14.908
Outros créditos	37	101	28.492	36.459	36.459	Aquisição de controladas	25	-	96.749	85.295	
Total do ativo circulante		124.331	2.190	5.198.747	3.434.659	Total do passivo circulante		122.813	20.753	1.960.993	1.516.012
Não circulante						Circulante					
Aplicações financeiras	11	-	-	366	252	Empréstimos	19	-	435.681	613.293	
Instrumentos financeiros derivativos	27	-	-	2.684	23.740	Debêntures	20	-	2.531.632	1.144.473	
Contas a receber	12	-	-	73.294	57.642	Arrendamentos a pagar		-	41.814	24.814	
Empréstimos a receber	15.3	7.648	10.206	26.858	21.741	Parcelamento de tributos	23	31	44	46.008	47.603
Empréstimos a receber de partes relacionadas	15.2	14.882	-	-	-	Aquisição de controladas	25	-	184.336	91.606	
Depósitos judiciais	24 (c)	-	-	191.885	136.702	Provisão para contingências e tributos sub judice	24 (a)/(b)	1.305	1.371	1.197.720	960.284
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	13	-	-	19.593	17.043	Outras contas a pagar		-	6.050	8.223	
Tributos a recuperar	14	-	-	12.328	308	Total do passivo não circulante		1.336	1.415	4.443.241	2.890.296
Ativo indenizatório	24 (d)	-	-	135.983	126.966	Patrimônio líquido					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22 (a)	411	72	504.120	402.165	Capital social	26 (a)	1.648.808	1.615.382	1.648.808	1.615.382
Total do realizável a longo prazo		22.941	10.278	967.111	786.559	Reservas de lucros	26 (c)	931.849	537.878	931.849	537.878
Investimentos	16	2.567.261	2.204.812	2.500	105.537	Outros resultados abrangentes		6.461	8.294	6.461	8.294
Imobilizado	17	-	-	407.474	272.633	Ajustes de avaliação patrimonial	26 (e)	3.266	33.558	3.266	33.558
Direito de uso em arrendamentos		-	-	68.846	39.866	Patrimônio líquido atribuível a acionistas controladores		2.590.384	2.195.112	2.590.384	2.195.112
Intangível	18	-	-	2.351.821	1.963.659	Participação dos não controladores		-	1.881	1.493	
Total do ativo não circulante		2.590.202	2.215.090	3.797.752	3.168.254	Total do patrimônio líquido		2.590.384	2.195.112	2.592.265	2.196.605
Total do ativo		2.714.533	2.217.280	8.996.499	6.602.913	Total do passivo e patrimônio líquido		2.714.533	2.217.280	8.996.499	6.602.913

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)											
Em 1º de janeiro de 2021	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Custo de transação	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Ajustes patrimonial	Patrimônio líquido dos controladores	Participação dos não controladores	Total
		540.453	43.780	226.684	(809)	-	-	(71.400)	738.708	(1)	738.707
Emissão de ações ordinárias	26(b)	1.133.397	-	-	-	-	-	-	1.133.397	-	1.133.397
Transações de capital	26(e)	-	-	(6.452)	-	-	-	-	(6.452)	1.421	(5.031)
Atualizações de call options	26(f)	-	-	-	-	-	-	104.958	104.958	-	104.958
Gasto com emissão de ações	26(a)	(58.468)	-	-	-	-	-	-	(58.468)	-	(58.468)
Resultado líquido sobre hedge	27(c)	-	-	-	-	8.294	-	-	8.294	-	8.294
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	399.675	-	-	399.675	73	399.748
Reserva legal	26(c)	-	19.984	-	-	(19.984)	-	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	26(c)	-	-	-	-	(94.923)	-	-	(94.923)	-	(94.923)
Dividendos adicionais propostos	26(c)	-	-	(30.077)	-	-	-	-	(30.077)	-	(30.077)
Retenção de lucros	26(d)	-	-	284.768	-	(284.768)	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021		1.615.382	63.764	474.923	(809)	8.294	33.558	2.195.112	2.195.112	1.493	2.196.605
Emissão de ações ordinárias	26(b)	33.426	-	-	-	-	-	-	33.426	-	33.426
Atualizações de call options	26(f)	-	-	-	-	-	-	(30.292)	(30.292)	-	(30.292)
Transações de capital	26(e)	-	-	-	-	-	-	-	-	39	39
Resultado líquido sobre hedge	27(c)	-	-	-	-	(1.833)	-	-	(1,833)	-	(1,833)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	516.683	-	-	516.683	349	517.032
Reserva legal	26(c)	-	25.834	-	-	(25.834)	-	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	26(c)	-	-	-	-	(122.712)	-	-	(122,712)	-	(122,712)
Retenção de lucros	26(d)	-	-	368.137	-	(368,137)	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022		1.648.808	89.598	843.060	(809)	6.461	3.266	2.590.384	2.590.384	1.881	2.592.265

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método indireto – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)											
Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora		Consolidado		Variações em:	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício		516.683	399.675	517.032	399.748	Contas a receber		-	-	(371.839)	(234.280)
Ajustes para:						Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-	(181.153)	(86.300)
Resultado de equivalência patrimonial	16(a)	(517.471)	(399.464)	-	-	Tributos a recuperar	(87)	157	(43.327)	(76.221)	
Resultado na alienação de bens do ativo imobilizado		-	-	(5.958)	(12.729)	Depósitos judiciais		-	-	(16.286)	(8.986)
Constituição (reversão) de provisão para perda esperada dos serviços faturados	29	-	-	3.325	(12.212)	Ativo indenizatório		-	-	(1.318)	434
Constituição de provisão para perda esperada dos serviços a faturar	29	-	-	6.869	3.507	Fornecedores	(49)	49	(1.600)	639	
Depreciação de imobilizado	17(c)	-	-	61.080	39.742	Salários e encargos sociais		-	(7)	206.250	143.810
Amortização de intangível	18(c)	-	-	678	388	Empréstimos com partes relacionadas	(20.669)	20.669	-	-	-
Amortização do ativo de direito de uso		-	-	24.264	18.820	Outras obrigações tributárias	39	(77)	12.995	14.775	
Amortização de mais valia – carteira de clientes, marcas e acordo de não concorrência	18(c)	-	-	97.421	60.599	Variações em outros ativos e passivos	(14.820)	60.962	(23.933)	3.653	
Amortização de mais valia – ativos fixos	17(c)	-	-	7.820	6.858	Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	(36.301)	81.027	748.091	506.889	
(Reversão) de provisão para tributos sub judice	24(b)	(66)	110	(72.015)	(58.721)	Juros pagos sobre empréstimos	19(b)	-	(77.359)	(45.662)	
Reversão FAP adquiridas	24(b)	-	-	(10.339)	-	Juros pagos sobre debêntures	20(c)	-	(143.190)	(24.023)	
Indébito da Selic sobre atualização do IRPJ e CSLL	13	-	-	-	(17.043)	Juros pagos sobre parcelamentos	23	(3)	(2.368)	(968)	
Imposto de renda e CSLL	22(c)	(224)	89	256.641	169.720	Imposto de renda e contribuição social pagos	(90)	(269)	(121.633)	(63.209)	
Constituição de provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	24(a)	-	-	4.359	16.931	Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	(36.394)	80.756	403.541	373.027	
Atualização monetária do Sistema "S"	24(a)	-	-	30.411	3.058	Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Atualização de ativos indenizatórios e passivos contingentes	29	-	-	(68.517)	(3.743)	Integralização de capital por emissão de ações	26(b)	33.426	1.133.397	33.426	1.133.397
Atualização de parcela contingente – dívida de aquisição	25(a)	-	-	28.747	(13.428)	Gastos com emissões de ações	26(a)	-	(58.468)	-	(58.468)
Atualização de parcela contingente – dívida de aquisição	25(a)	-	-	(6.954)	-	Pagamento de parcelamentos de tributos	23	(13)	(12)	(15.887)	(5.673)
Compensação de dívida de aquisição	25(a)	-	-	-	(4.235)	Pagamento de arrendamentos		-	-	(26.378)	(20.726)
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	30	-	-	32.807	(457)	Dividendos pagos (controladores e vendedores de adquiridas)	15.5	-	(525.000)	(1.400)	(539.314)
Atualização monetária indébito da Selic	13	-	-	(2.031)	-	Recursos provenientes da liquidação de derivativos	27(c)	-	-	(2.253)	23.209
Atualização monetária de depósitos judiciais	24(c)	-	-	(13.502)	(3.962)	Captação de empréstimos	19(b)	-	-	-	154.027
Atualização monetária de empréstimos a receber – contratos de mútuo	15.3	(1.081)	(1.138)	(3.286)	(2.316)	Captação de debêntures	22(b)	-	-	1.500.000	750.000
Ajuste de saldo a receber de empréstimos – contratos de mútuo	15.3	1.439	-	2.033	-	Custos incorridos com a emissão de debêntures		-	-	(16.864)	(8.409)
Pagamento do prêmio do plano de opção de compra de ações	15.3.1	-	-	3.326	-	Amortização de empréstimos	19 (b)	-	-	(206.827)	(409.875)
Variação cambial, juros e encargos sobre empréstimos	19(b)	-	-	62.041	106.941	Amortização de debêntures	20 (c)	-	-	(100.000)	-
Juros e encargos sobre debêntures	20(c)	-	-	167.260	31.393	Exercício de opção de compra e parcela adicional de aquisição	25 (a)	-	-	(109.802)	(137.414)
Encargos financeiros sobre parcelamentos	23	5	2	8.314	4.438	Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	33.413	549.917	1.054.015	880.754	
Encargos financeiros sobre arrendamento	30	-	-	3.428	3.926	Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	3	(12)	236.725	(79.235)	
Atualização monetária sobre tributos sub judice	24(b)	-	-	30.054	9.003	Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	30	42	652.434	731.669	
Atualização monetária de aquisição de controladas	25(a)	-	-	1.207	3.139	Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	33	30	889.159	652.434	
Apropriação de custo incorrido com emissão de debêntures	20(c)	-	-	1.787	-						
		(715)	(726)	1.168.302	749.365						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



... continuação

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

CPC 15/IFRS 3. O mesmo aplica-se aos valores justos de ativos intangíveis (carteira de clientes, marcas, ativos fixos, ativos indenizatórios e passivos contingentes), que foram determinados de forma provisória. Se novas informações forem apuradas dentro do prazo de período de mensuração (um ano), conforme determinado do CPC 15/IFRS 3, a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data de aquisição, eventuais ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer necessidade de provisão adicional, a contabilização da aquisição será revista. **3.1. Loghis:** Em 8 de julho de 2021, o Grupo, por meio de sua controlada indireta In-Haus Serviços Industriais e Logística Ltda., adquiriu 100% do capital social, que também compreende 100% do capital votante da empresa Loghis Logística e Serviços Ltda., obtendo assim seu controle, sendo a Loghis Logística e Serviços Ltda. com sede na cidade de Taubaté, estado de São Paulo. **a. Contraprestação transferida:** A aquisição foi efetivada pelo montante de R\$ 30.262, sendo: (i) R\$ 1.043 pago via transferência bancária na data da assinatura do contrato de compra e venda; (ii) Parcela fixa de R\$ 22.005, paga na data de assinatura do termo de fechamento ao contrato de compra e venda, em julho de 2021; (iii) R\$ 7.214 como valor adicional (*earn-out*), mensurado a valor justo, a ser pago de acordo com cláusulas contratuais estabelecendo os critérios a serem cumpridos pelas partes (com base em múltiplos de EBITDA). Uma vez que o gatilho é atingido, o montante necessita ser pago pelo Grupo. Em dezembro de 2022 foi pago R\$ 19.682 por *earn-out* aos vendedores. **b. Receitas e resultados incorporados:** O Grupo consolidou no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 os montantes de receita e lucro líquido do período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021 decorrentes da aquisição de R\$ 53.933 e R\$ 2.300, respectivamente (se a data da aquisição fosse no início do período de reporte, tais valores seriam de R\$ 108.905 e R\$ 3.392, respectivamente). **c. Custos de aquisição:** O Grupo incorreu em custos relacionados à aquisição no montante de R\$ 424 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e custos de *due diligence* foram registrados como "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. **3.2. Grupo Global:** Em 6 de agosto de 2021, o Grupo, por meio de sua controlada indireta Graber Sistemas de Segurança Ltda., adquiriu 100% do capital social, que também compreende 100% do capital votante das empresas do Grupo Global, obtendo assim seu controle, sendo a Global Segurança Ltda. e a Globalização Empresa de Serviços Gerais e Tecnologia Ltda. com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal. **a. Contraprestação transferida:** A aquisição foi efetivada pelo montante de R\$ 88.090, sendo: (i) R\$ 3.500 pago via transferência bancária na data da assinatura do contrato de compra e venda; e (ii) Parcela fixa de R\$ 84.590, paga na data de assinatura do termo de fechamento ao contrato de compra e venda, em agosto de 2021. **b. Receitas e resultados incorporados:** O Grupo consolidou no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 os montantes de receita e lucro líquido do período de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2021 decorrentes da aquisição de R\$ 117.184 e R\$ 14.105, respectivamente (se a data da aquisição fosse no início do período de reporte, tais valores seriam de R\$ 240.013 e lucro líquido de R\$ 23.956, respectivamente). **c. Custos de aquisição:** O Grupo incorreu em custos relacionados à aquisição no montante de R\$ 390 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e custos de *due diligence* foram registrados como "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. **3.3. Grupo Vivante:** Em 31 de agosto de 2021, o Grupo, por meio de sua controlada direta Top Service Serviços e Sistemas S.A., adquiriu 100% do capital social, que também compreende 100% do capital votante da Vivante S.A., que é a controladora das empresas do Grupo Vivante, obtendo assim seu controle, sendo a Vivante S.A., Vivante Serviços de Facilities Ltda. e Vivante Serviços de Instalação e Manutenção S.A. com sede na cidade de São Paulo, São Paulo, Vivante Norte S.A. com sede na cidade de Manaus, Amazonas, e Serviços de Cogeração Carioca Ltda. com sede na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. **a. Contraprestação transferida:** A aquisição foi efetivada pelo montante de R\$ 128.374, sendo: (i) R\$ 6.815 pago via transferência bancária na data da assinatura do contrato de compra e venda; e (ii) Parcela fixa de R\$ 121.559, paga na data de assinatura do termo de fechamento ao contrato de compra e venda, em agosto de 2021. **b. Receitas e resultados incorporados:** O Grupo consolidou no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 os montantes de receita e lucro líquido do período de 1º de setembro a 31 de dezembro de 2021 decorrentes da aquisição de R\$ 113.587 e R\$ 10.292, respectivamente (se a data da aquisição fosse no início do período de reporte, tais valores seriam de R\$ 330.203 e R\$ 16.489, respectivamente). **c. Custos de aquisição:** O Grupo incorreu em custos relacionados à aquisição no montante de R\$ 514 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e custos de *due diligence* foram registrados como "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. **3.4. Grupo Allis:** Em 28 de setembro de 2021, o Grupo, por meio de sua controlada direta Top Service Serviços e Sistemas S.A., adquiriu 100% do capital social, que também compreende 100% do capital votante da Allis Soluções em Trade, Pessoas e Participações S.A., que é a controladora das empresas do Grupo Allis, obtendo assim seu controle a partir de 01 de outubro de 2021, sendo a Allis Soluções em Trade, Pessoas e Participações S.A., Allis Agrícola Ltda., Alpen Consultoria, Recrutamento e Seleção de Executivos Ltda., Allis Comunicação em Trade Ltda., Allis Soluções Inteligentes S.A. e Allis Soluções em Trade e Pessoas Ltda. com sede na cidade de São Paulo, São Paulo. **a. Contraprestação transferida:** A aquisição foi efetivada pelo montante de R\$ 1,00 (um real), sendo: (i) Parcela fixa de R\$ 1,00, paga na data de assinatura do termo de fechamento ao contrato de compra e venda, em setembro de 2021. **b. Receitas e resultados incorporados:** O Grupo consolidou no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 os montantes de receita e lucro líquido do período de 1º de outubro a 31 de dezembro de 2021 decorrentes da aquisição de R\$ 80.890 e R\$ 8.538, respectivamente (se a data da aquisição fosse no início do período de reporte, tais valores seriam de R\$ 294.332 e R\$ 15.420, respectivamente). **c. Custos de aquisição:** O Grupo incorreu em custos relacionados à aquisição no montante de R\$ 373 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e custos de *due diligence* foram registrados como "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. **3.5. Grupo Rudder:** Em 21 de setembro de 2021, o Grupo, por meio de sua controlada indireta GPS Predial Sistemas de Segurança Ltda., adquiriu 100% do capital social, que também compreende 100% do capital votante da Rudder Segurança Ltda., que é a controladora das empresas do Grupo Rudder, obtendo assim seu controle a partir de 01 de dezembro de 2021, sendo a Rudder Equipamentos e Sistemas de Segurança Ltda. e Rudder Serviços Gerais Ltda., com sede na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. **a. Contraprestação transferida:** A aquisição foi efetivada pelo montante de R\$ 108.188, sendo: (i) R\$ 4.500 pago via transferência bancária na data da assinatura do contrato de compra e venda; (ii) Parcela fixa de R\$ 103.688, paga na data de assinatura do termo de fechamento ao contrato de compra e venda, em novembro de 2021. **b. Receitas e resultados incorporados:** O Grupo consolidou no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 os montantes de receita e lucro líquido do período de 1º a 31 de dezembro de 2021 decorrentes da aquisição de R\$ 21.038 e R\$ 1.669, respectivamente (se a data da aquisição fosse no início do período de reporte, tais valores seriam de R\$ 245.279 e R\$ 32.641, respectivamente). **c. Custos de aquisição:** O Grupo incorreu em custos relacionados à aquisição no montante de R\$ 442 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e custos de *due diligence* foram registrados como "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. **3.6. Grupo Unica:** Em 18 de outubro de 2021, o Grupo, por meio de sua controlada indireta Graber Sistemas de Segurança Ltda., adquiriu 100% do capital social, que também compreende 100% do capital votante da Ávila Participações Eireli, que é a controladora das empresas do Grupo Unica, obtendo assim seu controle a partir de 01 de novembro de 2021, sendo a Ávila Participações Eireli, Unicaop Prestação de Serviços de Limpeza e Manutenção Ltda., Unicaop Soluções em Segurança Eireli e Unica Gourmet Fornecimento de Refeições Ltda., com sede na cidade de Barueri, São Paulo. **a. Contraprestação transferida:** A aquisição foi efetivada pelo montante de R\$ 12.652, sendo: (i) R\$ 1,00 (um real) pago via transferência bancária na data da assinatura do contrato de compra e venda; e (ii) R\$ 12.652 como valor adicional (*earn-out*), mensurado a valor justo, a ser pago de acordo com cláusulas contratuais estabelecendo os critérios a serem cumpridos pelas partes (com base em múltiplos de EBITDA). Uma vez que o gatilho é atingido, o montante necessita ser pago pelo Grupo. Em setembro de 2022 o valor a pagar foi baixado devido ao não cumprimento das cláusulas contratuais. **b. Receitas e resultados incorporados:** O Grupo consolidou no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 os montantes de receita e prejuízo do período de 1º de novembro a 31 de dezembro de 2021 decorrentes da aquisição de R\$ 27.863 e (R\$ 4.607), respectivamente (se a data da aquisição fosse no início do período de reporte, tais valores seriam de R\$ 161.675 e de prejuízo líquido de (18.195), respectivamente). **c. Custos de aquisição:** O Grupo incorreu em custos relacionados à aquisição no montante de R\$ 390 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e custos de *due diligence* foram registrados como "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. **3.7. Grupo Comau:** Em 1º de janeiro de 2022 obteve o controle das empresas Eleva In-Haus Manufatura Industrial Ltda. (anteriormente denominada Comau do Brasil Indústria e Comércio Ltda.), que é a controladora da Eleva Facilities Ltda. (anteriormente denominada Comau Facilities Ltda.), conforme Contrato de Compra e Venda assinado em 15 de dezembro de 2021, onde o Grupo, por meio de sua controlada direta Top Service Serviços e Sistemas S.A., adquiriu 100% do capital social, que também compreende 100% do capital votante das empresas adquiridas. **a. Contraprestação transferida:** A aquisição foi efetivada pelo montante de R\$ 136.935, sendo: (i) R\$ 105.537 pago via transferência bancária internacional na data da assinatura do contrato de compra e venda, em 15 de dezembro de 2021; e (ii) R\$ 31.398 como reembolso de ativos supervenientes, referente a créditos tributários em recuperação, conforme relacionados no contrato de compra e venda, a serem pagos à medida que tais créditos forem utilizados pela compradora mediante pedido de compensação ou forem creditados na conta corrente da compradora em função de pedidos de restituição. **b. Receitas e resultados incorporados:** O Grupo consolidou

no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 os montantes de receita líquida e lucro líquido do exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022 decorrentes da aquisição de R\$ 389.083 e R\$ 37.668, respectivamente. **c. Custos de aquisição:** O Grupo incorreu em custos relacionados à aquisição no montante de R\$ 1.124 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e custos de *due diligence* foram registrados como "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. **3.8. Grupo Force:** Em 24 de fevereiro de 2022, o Grupo, por meio de sua controlada indireta Graber Sistemas de Segurança Ltda., adquiriu 100% do capital social, que também compreende 100% do capital votante da Force Vigilância Ltda. e Force Serviços Terceirizados Eireli, obtendo assim seu controle a partir de 1º de abril de 2022. **a. Contraprestação transferida:** A aquisição foi efetivada pelo montante de R\$ 26.187, sendo: (i) R\$ 1.000 pago via transferência bancária, na data da assinatura do contrato de compra e venda, a título de sinal, em 12 de janeiro de 2022; e (ii) R\$ 25.187 pago através de transferência bancária, na data do termo de fechamento ao contrato de compra e venda, em 24 de fevereiro de 2022. **b. Receitas e resultados incorporados:** O Grupo consolidou no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 os montantes de receita líquida e lucro líquido do período de 1º de abril a 31 de dezembro de 2022 decorrentes da aquisição de R\$ 102.379 e R\$ 4.386, respectivamente (se a data de aquisição fosse no início do período de reporte, tais valores seriam de R\$ 135.568 e R\$ 1.945, respectivamente). **c. Custos de aquisição:** O Grupo incorreu em custos relacionados à aquisição no montante de R\$ 406 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e custos de *due diligence* foram registrados como "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. **3.9. Ormec:** Em 13 de Abril de 2022, o Grupo, por meio de sua controlada direta Top Service Serviços e Sistemas S.A., adquiriu 100% do capital social, que também compreende 100% do capital votante da Ormec Engenharia Ltda., obtendo assim seu controle a partir de 1º de Maio de 2022. **a. Contraprestação transferida:** A aquisição foi efetivada pelo montante de R\$ 109.512, sendo: (i) R\$ 4.423 pago via transferência bancária, na data da assinatura do contrato de compra e venda, a título de sinal, em 17 de fevereiro de 2022; (ii) R\$ 58.769 pago através de transferência bancária, na data do termo de fechamento ao contrato de compra e venda, em 13 de abril de 2022; e (iii) R\$ 46.320 como valor adicional (*earn-out*), mensurado a valor justo, a ser pago até 120 dias após o encerramento do exercício de 2022, de acordo com cláusulas contratuais estabelecendo os critérios a serem cumpridos pelas partes (com base em múltiplos de EBITDA, acrescido ou diminuído do capital de giro, dívida bruta e caixas e equivalentes, apurados pela variação ocorrida entre o balanço do fechamento e o balanço encerrado em 31 de dezembro de 2022). Uma vez que o gatilho é atingido, o montante necessita ser pago pelo Grupo; **b. Receitas e resultados incorporados:** O Grupo consolidou no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 os montantes de receita líquida e lucro líquido do período de 1º de maio a 31 de dezembro de 2022 decorrentes da aquisição de R\$ 168.819 e R\$ 4.527, respectivamente (se a data de aquisição fosse no início do período de reporte, tais valores seriam de R\$ 238.017 e R\$ 5.259, respectivamente). **c. Custos de aquisição:** O Grupo incorreu em custos relacionados à aquisição no montante de R\$ 412 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e custos de *due diligence* foram registrados como "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. **3.10. Sulzer:** Em 02 de junho de 2022, o Grupo, por meio de sua controlada indireta In-Haus Indústria e Serviços de Logística Ltda., adquiriu 100% do capital social, que também compreende 100% do capital votante da Sulzer Brasil Indústria e Comércio Ltda., obtendo assim seu controle a partir de 1º de julho de 2022. **a. Contraprestação transferida:** A aquisição foi efetivada pelo montante de R\$ 42.461, sendo: (i) R\$ 40.388 pago através de transferência internacional, na data do termo de fechamento ao contrato de compra e venda, em 02 de junho de 2022; (ii) R\$ 2.073 como reembolso de ativos supervenientes relacionados às atividades da filial de Jundiaí/SP não adquiridas na transação, a serem pagos à medida que tais ativos supervenientes forem convertidos em caixa ou equivalentes. **b. Receitas e resultados incorporados:** O Grupo consolidou no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 os montantes de receita líquida e lucro líquido do período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2022 decorrentes da aquisição de R\$ 102.938 e R\$ 15.172, respectivamente (se a data de aquisição fosse no início do período de reporte, tais valores seriam de R\$ 179.745 de receita líquida e R\$ 3.590 de prejuízo). **c. Custos de aquisição:** O Grupo incorreu em custos relacionados à aquisição no montante de R\$ 233 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e custos de *due diligence* foram registrados como "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. **3.11. Grupo Evertical:** Em 24 de junho de 2022, o Grupo, por meio de sua controlada indireta GPS Tec Sistemas Eletrônicos de Segurança Ltda., adquiriu 55% do capital social, que também compreende 55% do capital votante da Evertical Tecnologia Ltda. e Evertical Comércio de Máquinas e Equipamentos de Informática Ltda., obtendo assim seu controle a partir de 1º de julho de 2022, sendo ambas as sociedades sediadas na cidade de São Paulo/SP. **a. Contraprestação transferida:** A aquisição foi efetivada pelo montante de R\$ 97.793, sendo: (i) R\$ 2.042 pago via transferência bancária, na data de assinatura do contrato de compra e venda, a título de sinal, em 13 de abril de 2022; (ii) R\$ 35.769 pago através de transferência bancária, na data do termo de fechamento ao contrato de compra e venda, em 24 de junho de 2022; (iii) R\$ 12.758 como valor adicional (*earn-out*), mensurado a valor justo, a ser pago até 150 dias após o encerramento do exercício de 2022, de acordo com cláusulas contratuais estabelecendo os critérios a serem cumpridos pelas partes (com base em múltiplos de EBITDA apurado no período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022). Uma vez que o gatilho é atingido, o montante necessita ser pago pelo Grupo; (iv) *Call option* no valor de R\$ 47.224, baseada no contrato de compra e venda de quotas firmado entre as partes que prevê uma opção de compra detida pela GPS Tec Sistemas Eletrônicos de Segurança Ltda. e uma opção de venda detida pelos detentores dos 45% remanescentes, de forma a finalizar a aquisição de 100% do Grupo Evertical, sendo que durante toda a vigência do contrato qualquer uma das partes pode antecipar o exercício da respectiva opção, que pode ser calculada considerando a utilização do método de aquisição antecipada ("*Anticipated Acquisition Method*"). As opções poderão ser exercidas pelos seus respectivos titulares, durante o prazo de 90 (noventa) dias, contados da entrega de cada balanço anual, tendo início a partir da entrega do balanço anual referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, até o término da vigência do contrato. Em virtude dessa cláusula, o Grupo por meio da controlada indireta GPS Tec Sistemas Eletrônicos de Segurança Ltda. registrou o equivalente ao valor presente do preço do exercício da opção de compra e venda ("*Call*") ou ("*Put*") na determinação da contraprestação paga. O montante total registrado na contraprestação em aberto refere-se à adoção do método de aquisição antecipada ("*Anticipated Acquisition Method*") para os 45% remanescentes do Grupo Evertical. Veja nota explicativa nº 25; (v) As opções de compra e venda são válidas ao longo de 10 anos a partir de 24 de junho de 2022. **b. Receitas e resultados incorporados:** O Grupo consolidou no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 os montantes de receita líquida e lucro líquido do período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2022 decorrentes da aquisição de R\$ 41.414 e R\$ 6.039, respectivamente (se a data de aquisição fosse no início do período de reporte, tais valores seriam de R\$ 80.103 e R\$ 8.535, respectivamente). **c. Custos de aquisição:** O Grupo incorreu em custos relacionados à aquisição no montante de R\$ 296 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e custos de *due diligence* foram registrados como "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. **3.12. Grupo Motus:** Em 29 de junho de 2022, o Grupo, por meio de sua controlada indireta In-Haus Serviços Industriais e Logística Ltda., adquiriu 60% do capital social, que também compreende 60% do capital votante, da Motus Serviços Ltda., que é controladora da Wrapper Sistemas Ltda., obtendo assim seu controle a partir de 1º de julho de 2022. A Motus está sediada na cidade de São Paulo, SP e atua no segmento de prestação de serviços de logística. **a. Contraprestação transferida:** A aquisição foi efetivada pelo montante de R\$ 28.195, sendo: (i) R\$ 1.000 pago via transferência bancária, na data de assinatura do contrato de compra e venda, a título de sinal, em 29 de março de 2022; (ii) R\$ 15.674 pago através de transferência bancária, na data do termo de fechamento ao contrato de compra e venda, em 29 de junho de 2022; (iii) R\$ 6.285 como reembolso de ativos supervenientes, referente a créditos tributários a recuperar/em recuperação, conforme relacionados no contrato de compra e venda, a serem pagos a medida que tais créditos forem utilizados pela compradora mediante pedido de compensação ou forem creditados na conta corrente da compradora em função de pedidos de restituição. (iv) *Call option* no valor de R\$ 5.236, baseada no contrato de compra e venda de quotas firmado entre as partes que prevê uma opção de compra detida pela In-Haus Serviços Industriais e Logística Ltda. e uma opção de venda detida pelos detentores dos 40% remanescentes, de forma a finalizar a aquisição de 100% do Grupo Motus, sendo que durante toda a vigência do contrato qualquer uma das partes pode antecipar o exercício da respectiva opção, que pode ser calculada considerando a utilização do método de aquisição antecipada ("*Anticipated Acquisition Method*"). As opções poderão ser exercidas pelos seus respectivos titulares, durante o prazo de 90 (noventa) dias, contados da entrega de cada balanço anual, tendo início a partir da entrega do balanço anual referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, até o término da vigência do contrato. Em virtude dessa cláusula, o Grupo por meio da controlada indireta In-Haus Serviços Industriais e Logística Ltda. registrou o equivalente ao valor presente do preço do exercício da opção de compra e venda ("*Call*") ou ("*Put*") na determinação da contraprestação paga. O montante total registrado na contraprestação em aberto refere-se à adoção do método de aquisição antecipada ("*Anticipated Acquisition Method*") para os 40% remanescentes do Grupo Motus. Veja nota explicativa nº 25; (v) As opções de compra e venda são válidas ao longo de 10 anos a partir de 29 de junho de 2022. **b. Receitas e resultados incorporados:** O Grupo consolidou no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 os montantes de receita líquida e lucro líquido do período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2022 decorrentes da aquisição de R\$ 46.438 e R\$ 3.698, respectivamente (se a data de aquisição fosse no início do

período de reporte, tais valores seriam de R\$ 93.330 e R\$ 4.827, respectivamente). **c. Custos de aquisição:** O Grupo incorreu em custos relacionados à aquisição no montante de R\$ 248 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e custos de *due diligence* foram registrados como "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. **3.13. Grupo Global Empregos:** Em 13 de julho de 2022, o Grupo, por meio de sua controlada direta Top Service Serviços e Sistemas S.A., adquiriu 100% do capital social, que também compreende 100% do capital votante da Global Serviços Ltda., Global Administração e Serviços Aeroportuários Ltda., Global Serviços Empresariais e Mão de Obra Temporária Ltda., Global Treinamento e Desenvolvimento Profissional Ltda., Global Empregos Ltda. e Global Central de Estágios Ltda., obtendo assim seu controle a partir de 13 de julho de 2022, sendo as sociedades sediadas no estado de São Paulo, nos municípios de São Paulo e Santo André. **a. Contraprestação transferida:** A aquisição foi efetivada pelo montante de R\$ 159.457, sendo: (i) R\$ 10.000 pago via transferência bancária, na data de assinatura do contrato de compra e venda, a título de sinal, em 22 de abril de 2022; (ii) R\$ 149.457 pago através de transferência bancária, na data do termo de fechamento ao contrato de compra e venda, em 13 de julho de 2022. **b. Receitas e resultados incorporados:** O Grupo consolidou no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 os montantes de receita líquida e lucro líquido do período de 1º de julho a 30 de setembro de 2022 decorrentes da aquisição de R\$ 183.573 e R\$ 5.289, respectivamente (se a data de aquisição fosse no início do período de reporte, tais valores seriam de R\$ 329.268 e R\$ 8.671, respectivamente). **c. Custos de aquisição:** O Grupo incorreu em custos relacionados à aquisição no montante de R\$ 521 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e custos de *due diligence* foram registrados como "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. **4. Base de preparação – 4.1. Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e às normas International Financial Reporting Standards – IFRS):** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas identificadas como Controladora e Consolidado foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras (Controladora e Consolidado), e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas na nota explicativa nº 8. A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e de julgamento por parte da Administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são relevantes para as demonstrações financeiras estão divulgadas na nota explicativa nº 5. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 02 de março de 2023. Após a sua emissão, apenas os acionistas têm poderes para alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **4.2. Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é exigida pela legislação societária brasileira e pelas políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades anônimas de capital aberto. A DVA foi elaborada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". A IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. Consequentemente, para efeitos das IFRS, esta demonstração é apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **4.3. Consolidação:** O Grupo consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, ou seja, quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento com a investida e é capaz de dirigir as atividades relevantes da investida. As controladas incluídas na consolidação estão descritas na nota explicativa nº 2 e as políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na nota explicativa nº 8. **4.4. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4.5. Apresentação de informações por segmento:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal órgão tomador de decisões do Grupo, responsável pela definição da alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração. **5. Uso de estimativas e julgamentos –** Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Controladora e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **5.1. Julgamentos:** Não há informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **5.2. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa nº 12 – Contas a receber:** mensuração da perda de crédito esperada para o contas a receber; **• Nota explicativa nº 18 – Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio:** principais premissas em relação aos valores recuperáveis e valor em uso das unidades geradoras de caixa baseadas em fluxo de caixa descontado; **• Nota explicativa nº 22 – Imposto de renda e contribuição social diferidos –** reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; **• Nota explicativa nº 24 – Reconhecimento e mensuração de provisão para contingências e tributos sub-judice:** principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; **• Nota explicativa nº 25 –** Aquisição de controladas: valor justo da consideração transferida (incluindo contraprestação contingente) e dos ativos adquiridos e passivos assumidos; e **• Nota explicativa nº 27 –** Instrumentos financeiros: efetividade do hedge; determinada por meio de avaliações periódicas prospectivas de efetividade para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge. Valor justo de swap: o valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. **6. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022 –** O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)** Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que o Grupo não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos. As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. O Grupo adotou inicialmente as alterações ao CPC 25/IAS 37 sobre os custos de cumprimento de um contrato, a partir de 1º de janeiro de 2022. O Grupo aplicou as alterações prospectivamente a contratos existentes na data em que as alterações são aplicadas pela primeira vez. O Grupo analisou todos os contratos existentes em 1º de janeiro de 2022 e determinou que nenhum deles seria identificado como oneroso, ou seja, não há impacto nos saldos patrimoniais iniciais em 1º de janeiro de 2022 como resultado da alteração. **7. Base de mensuração –** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo; (ii) Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e (iii) Obrigações contingentes assumidas numa combinação de negócios são mensurados pelo valor justo. **Mensuração do valor justo:** O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso a que o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete seu risco de não desempenho. Diversas políticas e divulgações contábeis do Grupo exigem a avaliação dos valores justos, tanto para os ativos e passivos financeiros quanto para os não financeiros. Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado em um mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é considerado ativo se as transações de ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação em uma base contínua. Se não houver preço cotado em mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 07/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em consideração ao definir o preço de uma transação. Se um ativo ou passivo mensurado pelo valor justo tem um preço de compra e um preço de venda, o Grupo avalia os ativos com base nos preços de compra e os passivos com base nos preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial geralmente é o preço da transação, ou seja, o valor justo da contraprestação dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não for evidenciado por um preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico, ou com base em uma técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis sejam julgados como insignificante em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo para distinguir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado em uma base apropriada ao longo da vida do instrumento, ou até que a avaliação seja totalmente suportada por dados observáveis de mercado ou a transação seja fechada, o que ocorrer primeiro.

8. Principais políticas contábeis – O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com exceção a novos pronunciamentos aplicados pela primeira vez em 2022, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

8.1. Base de consolidação: a. Combinação de negócios: Combinações parciais de negócios (em que a participação adquirida representa menos de 100%) são contabilizadas usando o método de aquisição antecipada. Seguindo essa metodologia, na mesma data da aquisição, as partes alcançam mutuamente um instrumento de opção de compra e venda do capital residual ou quotas das empresas adquiridas. Esse instrumento determina os prazos de exercício. Assim, o Grupo registra todas as suas aquisições integralmente independentemente de sua participação nas aquisições. Exceto quando não há contrato de opção, conforme mencionado no item "C" dessa nota explicativa. O custo de uma aquisição é mensurado como a soma entre a contraprestação transferida, mensurada ao valor justo na data da aquisição e a parcela não adquirida mensurada ao valor justo até a data de elaboração do Laudo de Alocação de Preço (*Purchase Price Allocation* – PPA). Os custos de aquisição incorridos são tratados como despesa e incluídos nas outras despesas operacionais. Quando o Grupo adquire um negócio, ele avalia os ativos e os passivos financeiros assumidos para a apropriada classificação e designação segundo os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data da aquisição. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido, na conta de ajustes de avaliação patrimonial. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório, apresentada no balanço patrimonial em "Aquisição de controladas" e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas na demonstração de resultados, em "Outras receitas (despesas) operacionais". O ágio é mensurado pelo método de aquisição antecipada. Por este método a transação é contabilizada considerando a opção de venda como já 100% exercida, uma vez que, o controle já é adquirido no momento inicial da transação. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzidas eventuais perdas por recuperação. Para fins de teste de perda do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, desde a data da aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa (nota explicativa nº 8.9) que devem beneficiar-se da combinação de negócio realizada, independentemente, se outros ativos ou passivos da adquirida serão atribuídos a essas unidades. Passivos de aquisições são atualizados trimestralmente e as premissas mais relevantes utilizadas no cálculo da contraprestação contingente são baseadas em: • Valor justo na data de mensuração; • Múltiplos de EBITDA; • Acréscimos de preços com base em índices financeiros incluindo indicadores como capital de giro, dívida líquida e/ou retenções de contraprestações contingentes (passivos assumidos, mas não economicamente realizados); • Ajuste no valor justo de tais considerações e métricas de avaliação com base no método de fluxo de caixa descontado (quando aplicável). **b. Controladas:** O Grupo controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos, exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **c. Perda de controle:** Quando da perda de controle, o Grupo desreconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. **d. Participação de acionistas não controladores:** O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição, exceto quando de aquisições pelo método de aquisição antecipada, que não leva em consideração as participações dos não controladores. Mudanças na participação do Grupo em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **e. Investimentos em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial:** Os investimentos do Grupo em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida, até a data em que o controle deixa de existir. **f. Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que haja evidências de perda por redução ao valor recuperável. **8.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos pelo Grupo com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação e é mantido com o objetivo de custear as obrigações operacionais do Grupo. Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos negativos em conta movimento bancária. **8.3. Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **8.4. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O Grupo aplica a abordagem simplificada do CPC 48/IFRS 9 para a mensuração de seus instrumentos financeiros. Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Um ativo financeiro (a menos que seja um título a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequentes:** **Instrumentos financeiros:** O reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento

patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja nota explicativa nº 27). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:** O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo. **Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Veja nota explicativa nº 27 para derivativos designados como instrumentos de hedge. Para ajustar a dívida ao seu valor justo, o Grupo desenvolveu uma metodologia utilizando as taxas de mercado disponíveis na data de divulgação do balanço patrimonial. Cada fluxo de pagamento é calculado até o seu valor futuro e descontado a valor presente pelas taxas de mercado.

Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por teste de impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Mensurados subsequentemente ao valor justo, exceto as perdas por impairment, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, são reconhecidas em ORA e acumuladas na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido foram reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como um derivativo, uma contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios, ou for designado como VJR no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Demais passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Veja nota explicativa nº 27 sobre os passivos financeiros e derivativos designados como instrumentos de proteção. **(iii) Desreconhecimento:** **Ativos financeiros:** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida

	Software e licenças	Ágio	Marcas (a)	Marcas
Vida útil	Definida	Indefinida	Indefinida	Definida
Período de amortização	5 anos	–	–	2 a 5 anos
Método de amortização utilizado	Amortização linear	Não amortiza	Não amortiza	Amortização linear
		Adquiridos	Adquiridos	Adquiridos
		(combinação de negócios)	(combinação de negócios)	(combinação de negócios)
Origem		Adquiridos	Adquiridos	Adquiridos

(a) Marcas com vida útil indefinida possuem nomes conhecidos e consolidados no Mercado em suas localidades, sendo na época de sua aquisição considerada como relevante.

(i) Ágio: O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. O ágio é decorrente das operações de aquisição, registrado no grupo de investimentos na Controladora e como ativo intangível no Consolidado. Está segregado de acordo com a alocação obtida a partir da avaliação do *Purchase Price Allocation* e representa a diferença entre o valor pago na transação e o saldo líquido do valor justo de ativos e passivos adquiridos. **(ii) Mais valia de ativos e demais ativos intangíveis:** Substancialmente, os valores estão distribuídos entre os itens carteira de clientes, mais valia de ativos fixos, valor da marca e acordos de não concorrência. O valor atribuído à carteira de clientes sofre amortização de acordo com o método *Multi-Period Excess Earning* (MPEEM), para as marcas com vida útil definida a amortização é com base no método *Royalty Relief Method* e não concorrência com base na vida útil definida pelo método *With or Without Method*, os demais estão sujeitos a testes anuais de recuperabilidade. **(iii) Gastos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado. **8.9. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment) (i) Ativos financeiros não derivativos:** **Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e • Ativos de contrato: O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento financeiro, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • De acordo com a política contábil do Grupo para provisão para perda esperada de clientes faturados, aplica-se o percentual de cada faixa sobre o aging list dos títulos em aberto na data base de análise, em 31 de dezembro de 2022 os percentuais foram apurados conforme abaixo: • A vencer: 0,8%; • Vencido de 1 a 30 dias: 5,5%; • Vencido de 30 a 60 dias: 16,1%; • Vencido de 61 a 90 dias: 25,0%; • Vencido de 91 a 180 dias: 42,6%; • Vencido de 181 a 360 dias: 57,4%; e • Acima de 360 dias: 58,5%. De acordo com a política contábil do Grupo, a provisão para perda esperada de clientes a faturar é calculada considerando 0,8% sobre a receita operacional bruta mensal e eventuais complementos

no resultado. **Reforma da taxa de juros:** Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, o Grupo atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas: • a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e • a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior – ou seja, a base imediatamente anterior à mudança. Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, o Grupo atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, o Grupo aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio, além de determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de hedge de riscos cambiais de um investimento líquido em uma operação estrangeira. No início das relações de hedge designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente. **Hedges de fluxo de caixa:** Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de resultado líquido sobre hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. **8.5. Capital social: Ações ordinárias:** Quando aplicável, os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na sua aprovação pelos acionistas. **8.6. Impostos: a. Imposto de renda e contribuição social correntes:** O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados pela alíquota regular de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro excedente de R\$ 240 para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, sobre o lucro líquido do exercício e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, ajustado segundo critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **b. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O Grupo contabiliza dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não for mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de impostos diferidos são reconhecidos de acordo com as transações que os originaram, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **8.7. Imobilizado: a. Reconhecimento e mensuração:** É apresentado ao custo histórico de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O custo atribuído de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição para os CPCs foi determinado com base no seu valor justo naquela data. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído (a) na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. **b. Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. **c. Depreciação:** A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na nota explicativa nº 17 e que levam em consideração o prazo de vida útil econômica dos bens. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **8.8. Intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou no método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, sendo estes submetidos aos testes anuais de impairment para avaliação e validação da recuperabilidade destes. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. A tabela a seguir apresenta um resumo das políticas aplicadas aos ativos intangíveis do Grupo:

	Cláusula de não concorrência com ex-quotistas	Mais valia de ativos fixos	Ativo indenizatório	Passivo contingente	Carteira de clientes
	Definida	Definida	Indefinida	Indefinida	Definida
	5 anos	4 a 5 anos	–	–	3 a 18 anos
	Amortização linear	Amortização linear	Não amortiza	Não amortiza	Amortização linear
	Adquiridos	Adquiridos	Adquiridos	Adquiridos	Adquiridos
	(combinação de negócios)	(combinação de negócios)	(combinação de negócios)	(combinação de negócios)	(combinação de negócios)

(a) Marcas com vida útil indefinida possuem nomes conhecidos e consolidados no Mercado em suas localidades, sendo na época de sua aquisição considerada como relevante.

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 07/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

de casos pontuais decorrentes do processo de análise realizado no mês de novembro, o qual tem como objetivo avaliar a manutenção ou a baixa definitiva dos valores provisionados. Esses percentuais foram estimados com base na avaliação de risco e dados históricos do Grupo. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Devido às características das contas a receber, o Grupo adotou a abordagem simplificada de perda de crédito esperada, que consiste em reconhecer a perda de crédito esperada pela vida útil total do ativo usando dois métodos de análise, em bases coletivas e individuais. **Bases coletivas:** O Grupo adota o modelo de perdas esperadas, baseado no histórico de inadimplência por faixa de vencimento após 12 meses do reconhecimento, aplicando taxas nas faixas de vencimento do *aging list* apurado na data base de apresentação. **Bases individuais:** A cada fechamento de balanço, o Grupo avalia se houve ou não aumento significativo do risco de crédito para cada cliente ou características de recebíveis específicos através de análise qualitativa dos fatores que possam levar a uma expectativa alta de inadimplência. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; e • Para estes clientes ou classes de ativos, o Grupo determina a perda esperada a ser reconhecida. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e estoques, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente, usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **8.10. Arrendamentos: Determinando quando um contrato contém um arrendamento:** No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. O CPC 06 (R2)/IFRS 16 inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários que foram aplicadas pelo Grupo: arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, ou seja, com vigência de até 12 meses. **Como arrendatário:** O Grupo classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo do arrendamento que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo. Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento. **(i) Ativos de direito de uso:** Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial. O ativo de direito de uso inicialmente é mensurado ao custo, que compreende o valor de mensuração inicial do passivo do arrendamento, ajustado por quaisquer pagamentos do arrendamento feitos até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a incorrer pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando a localização em que se encontra o restaurando o ativo subjacente à condição exigida pelos termos e condições do arrendamento, deduzido de quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. Subsequentemente, ele é depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. **(ii) Passivo de arrendamento:** O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **Como arrendador:** O Grupo não definiu políticas contábeis quando atua como arrendador por entender que esses valores não são significativos. **8.11. Provisões: Geral:** As provisões são reconhecidas quando: O Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Tributos sub judice:** No processo de aquisição de empresas há riscos levantados em relatório de especialistas quanto aos riscos fiscais não provisionados pela Administração anterior. Tais riscos referem-se principalmente a débitos federais de exigibilidade suspensa, reduções na base de cálculo de tributos com precedentes nos tribunais desfavoráveis aos contribuintes, ausência de recolhimento de IOF em operações de mútuo e não cumprimento de alguns aspectos da Consolidação das Leis Trabalhistas, como passivo assumido na destinação da rubrica de tributos sub judice e tratado como tal. **8.12. Benefício a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. O reconhecimento de bônus a pagar aos empregados é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, segundo metas de desempenho individuais segundo critérios específicos. O Grupo não mantém benefícios de demissão, planos de pensão, previdência privada ou nenhum plano de aposentadoria ou benefícios para seus empregados e dirigentes pós sua saída do Grupo. **8.13. Plano de Opção de Compra de Ações:** O Grupo possui um Plano de Opções de Compra de Ações ("Plano de Opções"), aprovado em Assembleia Geral de Acionistas de 14 de abril de 2022, cujos objetivos são: (i) Proporcionar a determinados Colaboradores, selecionados pelo Conselho de Administração da Companhia ("CA-GPS"), a possibilidade de se tornarem acionistas da Companhia, propiciando, em consequência, um maior alinhamento de seus interesses com os interesses dos demais acionistas, e consequente compartilhamento dos riscos do mercado de capitais; (ii) Estimular a permanência e fidelização desses Colaboradores; e (iii) Compartilhar a criação de valor na Companhia entre tais Colaboradores e demais acionistas da Companhia. No contexto do Plano de Opções, conforme Programa anual aprovado pelo Conselho de Administração, os Colaboradores selecionados firmam Contrato de Opções e podem exercê-las conforme as regras estipuladas e, conforme deliberações constantes da Ata de Reunião Extraordinária do CA-GPS, em 18 de abril de 2022 foram aprovadas: • Emissão de 2.218.045 (dois milhões, duzentas e dezotoito mil e quarenta e cinco) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. • Preço de emissão com base na cotação média dos 5 (cinco) pregões correspondentes ao período entre 8 de abril de 2022 e 14 de abril de 2022, de R\$15,07 (quinze reais e sete centavos) por opção. • Desconto de 10% (dez por cento) a ser pago como prêmio, correspondente ao valor de R\$1,50 (um real e cinquenta centavos) por opção. Ainda pelo Programa Anual, as opções tiveram *vesting* imediato e prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para exercício pelos Colaboradores, e o preço de exercício foi pago à vista, simultaneamente à formalização da subscrição das ações, adquiridas pelos Colaboradores. As ações emitidas em decorrência do exercício das opções estão sujeitas a período de "Lock Up" e não implicam exigência de permanência do mesmo no Grupo. O Plano de Opções (assim entendidas as ações emitidas pela Companhia em decorrência do mesmo) é registrado, sob o ponto de vista contábil, de acordo com os termos CPC 10/IAS 2 e conforme a outorga de instrumentos patrimoniais adquiridos imediatamente. Dessa forma, o desconto aplicado teve seu reflexo contábil considerado como Prêmio, no valor de R\$ 3.326 (conforme nota explicativa nº 29) e a capitalização como patrimônio (aumento de capital, veja nota explicativa nº 26 (a)). **8.14. Receita de contrato com cliente:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. Informações sobre o cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas, estão detalhadas na nota explicativa nº 28 (d). **8.15. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem: • Receita de juros; • Despesas de juros; • Ganhos/perdas líquidas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda; • Ganhos/perdas líquidas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; • Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contas a receber) • Atualizações monetárias de depósitos judiciais. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo de receber o pagamento é estabelecido. O Grupo classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou • Ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **8.16. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** As novas normas e interpretações alteradas, mas não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor. **a) Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2)** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 *Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. O Grupo está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. **b) Definição de estimativas contábeis (alterações ao CPC 23/IAS 8)** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativa contábil". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo. **c) Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo: - Revisão anual das normas IFRS 2018-2020 - Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3); - Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1); - Contratos de Seguros (CPC 50/IFRS 17); - Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12). **9. Informações por segmento** – As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração de acordo com a aprovação anual do Plano de Negócios, também responsável pela tomada de decisões estratégicas do Grupo. A determinação dos segmentos operacionais do Grupo é baseada em sua estrutura de Governança Corporativa, que divide os negócios para fins de gestão e tomada de decisão em unidades regionais, nas áreas geográficas dos clientes. A receita e o custo são utilizados para definir as respectivas estruturas de gestão, com base nas unidades regionais. O Conselho de Administração acompanha os resultados de cada unidade de negócios pelo menos bimestralmente. As receitas e os custos do segmento são baseados na localização geográfica dos clientes, que é a mesma métrica utilizada para definir as respectivas estruturas de gestão, com base nas unidades regionais. Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Todas as receitas de contratos com clientes do Grupo estão concentradas em um único mercado geográfico (Brasil) e todos os produtos e serviços são transferidos em momento específico no tempo. A tabela a seguir contém informações financeiras resumidas relacionadas à distribuição geográfica das operações comerciais do Grupo em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Receita líquida		Custos		Lucro (prejuízo) bruto	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Sudeste	5.589.985	4.278.664	(4.581.111)	(3.496.197)	1.008.874	782.468
Nordeste	1.330.121	1.002.904	(1.119.514)	(828.264)	210.607	174.640
Sul	1.169.172	639.142	(931.195)	(520.043)	237.977	119.099
Centro-Oeste	585.721	316.724	(487.011)	(266.016)	98.710	50.708
Não alocado (i)	543.684	377.821	(574.618)	(389.537)	(30.934)	(11.717)
Total	9.218.683	6.615.255	(7.693.449)	(5.500.057)	1.525.234	1.115.198

(i) Esses montantes referem-se a saldos consolidados que ainda não fazem parte do sistema operacional do Grupo, como é o caso de empresas que foram adquiridas e ainda não foram totalmente integradas. Uma vez que essas aquisições ainda estão no período de mensuração, os valores estão sendo apresentados de maneira provisória nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, conforme CPC 15 (R1)/IFRS 3. Os registros contábeis de resultado são classificados por Centros de Resultado, que carregam informações como: segmento, região, estrutura de gestão, entre outras. Diferentemente dos registros contábeis patrimoniais, que são classificados apenas por contas contábeis, de modo que se torna impraticável a apresentação das rubricas patrimoniais por segmento regionalizado.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	33	30	93.065	91.499
Certificados de depósito bancário (a)	-	-	796.094	560.935
Total	33	30	889.159	652.434

(a) As aplicações em Certificados de depósito bancário referentes a caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2022 são remuneradas com base em taxas médias equivalentes a 104,79% a.a. (101,93% a.a. em 31 de dezembro de 2021) da variação dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI). Estes recursos possuem liquidez imediata, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, sendo utilizados para arcar com o pagamento de obrigações operacionais do Grupo, e estão sujeitos a um insignificante risco de mudanças de valor. O saldo de "Caixa e equivalentes de caixa" considera a média do faturamento mensal dos últimos 6 meses, desde que cumulativamente também atenda os critérios da CPC 03/IAS 7. O excedente de caixa será utilizado para fins estratégicos do Grupo, portanto, é classificado em "Aplicações financeiras" nos ativos circulante e não circulante. As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de mercado e de crédito estão incluídas na nota explicativa nº 27.

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Certificados de depósito bancário (i)	1.810.780	987.778
Circulante	1.810.414	987.526
Não circulante	366	252

(i) As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2022 são remuneradas com base em taxas médias equivalentes a 106,33% a.a. (107,24% a.a. em 31 de dezembro de 2021) da variação dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI). Estes recursos possuem liquidez imediata, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudanças de valor. Essas aplicações financeiras, mesmo que de liquidação imediata, foram separadas de caixa e equivalentes de caixa por não estarem destinadas a manutenção do fluxo de caixa operacional do Grupo. As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de mercado e de crédito estão incluídas na nota explicativa nº 27.

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Serviços faturados (a)	1.284.207	911.653
Serviços a faturar (a) (b)	757.304	531.667
Retenções contratuais (c)	72.491	55.208
Outras contas a receber	81	1.634
Subtotal	2.114.083	1.500.162
Provisão para perdas esperadas dos serviços faturados	(74.612)	(56.848)
Provisão para perdas esperadas dos serviços a faturar (b)	(17.345)	(4.627)
Total	2.022.126	1.438.687
Circulante	1.948.832	1.381.045
Não circulante	73.294	57.642

(a) Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2021, o saldo de serviços faturados e a faturar estava apresentado líquido da provisão para perda esperada advinda de empresa adquirida, porém, embora o CPC 15 (R1)/IFRS 3 instrua pelo reconhecimento líquido dos ativos e passivos assumidos numa combinação de negócios, apresentados ao valor justo na data de aquisição, a Administração entende que tal valor justo, no caso do contas a receber, deve ser apresentado em linhas próprias (para melhor entendimento das movimentações correntes e advindas de saldos de empresas adquiridas). Desta forma, o montante de perdas esperadas, advindo de combinações de negócios, foi:

	Consolidado	
	2022	2021
Provisão para perdas esperadas dos serviços faturados	(14.844)	(9.190)
Provisão para perdas esperadas dos serviços a faturar	(5.861)	-
Total	(20.705)	(9.190)

(b) De acordo com a política mencionada na nota explicativa nº 8.9, além do saldo advindo de empresas adquiridas, que em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 5.861 (zero em 31 de dezembro de 2021). (c) Refere-se a retenções efetuadas por clientes, previstas contratualmente, as quais serão devolvidas no final do prazo contratual. O *aging list* de contas a receber de serviços faturados está apresentado na nota explicativa nº 27. A movimentação do saldo da provisão para perdas esperadas dos serviços faturados está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2022	2021
Em 1º de janeiro	(56.848)	(59.870)
Provisão advinda de combinação de negócios	(14.844)	(9.190)
Constituição de provisão para perdas	(46.197)	(9.229)
Realização da provisão de perdas	42.872	21.441
Outros	405	-
Em 31 de dezembro	(74.612)	(56.848)

A movimentação do saldo da provisão para perdas esperadas dos serviços a faturar está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2022	2021
Em 1º de janeiro	(4.627)	(1.120)
Provisão advinda de combinação de negócios	(5.861)	-
Constituição de provisão para perdas	(98.888)	(43.000)
Realização da provisão de perdas	92.019	39.493
Outros	12	-
Em 31 de dezembro	(17.345)	(4.627)

Há cessões fiduciárias de recebíveis para os empréstimos da modalidade capital de giro, veja nota explicativa nº 19. As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito, de mercado e perdas esperadas relacionadas a "Contas a receber e outras contas a receber" estão divulgadas na nota explicativa nº 27. **13. Imposto de renda e contribuição social a recuperar**

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda de operações, líquido	118.513	53.878
Imposto de renda sobre rendimentos de aplicações financeiras, líquido	1.052	21.813
Contribuição social, líquida	76.726	49.259
Crédito de imposto de renda decorrente de atualização da Selic sobre indêbitos tributários	12.913	12.532
Crédito de contribuição social decorrente de atualização da Selic sobre indêbitos tributários	4.649	4.511
Atualização monetária de indêbitos da Selic	2.031	-
Total	215.884	141.993
Circulante	196.291	124.950
Não circulante	19.593	17.043

O saldo de imposto de renda e da contribuição social a recuperar referem-se aos valores retidos em fonte nas notas fiscais de venda/serviços prestados.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (i)	-	-	77.053	68.895
Contribuição do Programa de Integração Social (PIS) (i)	-	-	17.394	16.667
Contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (i)	-	-	133.485	98.187
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) (i)	-	-	51.338	34.965
Outros	87	-	35.032	18.034
Total	87	-	314.302	236.748
Circulante	87	-	301.974	236.440
Não circulante	-	-	12.328	308

(i) Tributos a recuperar são substancialmente impostos retidos em fonte dos serviços

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 07/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

prestados aos clientes, conforme Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003. Os pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas de direito privado, pela prestação de serviços de limpeza, conservação, manutenção, segurança, vigilância, transporte de valores e locação de mão-de-obra, pela prestação de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, bem como pela remuneração de serviços profissionais, estão sujeitos a retenção na fonte da COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP divulgada nesta nota explicativa e também retenção da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL divulgada na nota explicativa nº 13. Dessa forma, o Grupo possui em seu ativo a circulação de retenções em fonte nos tributos ISS (de 2 a 5%), PIS (0,65%), COFINS (3%), Imposto de Renda (de 1 a 4,8%), Contribuição Social (1%) e INSS (11%) que são utilizados como fonte redutora de seus impostos a pagar.

15. Partes relacionadas – 15.1. Controladora final: O controle do Grupo é exercido por um bloco de controle, constituído pelos seguintes acionistas: José Caetano Paula de Lacerda, Carlos Nascimento Pedreira, NP Participações S.A., Valora Participações Ltda., Luis Carlos Martinez Romero e Marcelo Niemeyer Hampshire. **15.2. Empréstimos a receber de partes relacionadas:** As empresas do Grupo realizam entre si operações com natureza de "conta corrente" e convênio de caixa único, por meio de débitos e créditos que envolvem as empresas correntistas e a empresa definida como a líder do convênio, a controlada Top Service Serviços e Sistemas S.A. Neste sentido, a Controladora registrou, em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 14.882 a receber (R\$ 20.669 a pagar em 31 de dezembro de 2021 em "Empréstimos a pagar com partes relacionadas", no passivo circulante), da controlada Top Service Serviços e Sistemas S.A. **15.3. Empréstimos a receber**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos a receber (i)	8.923	12.265	30.877	25.448
Total	8.923	12.265	30.877	25.448
Circulante	1.275	2.059	4.019	3.707
Não circulante	7.648	10.206	26.858	21.741

(i) Trata-se de empréstimos para executivos do Grupo. O prazo dos contratos de mútuo é de oito anos com pagamentos em oito parcelas anuais. A atualização dos valores é efetuada mensalmente (*pro rata temporis*) pela variação acumulada na remuneração do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Em 1º de janeiro
15.3.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da Administração inclui os executivos que estão no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia. A remuneração paga por serviços prestados está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Salários	16.649	15.117	15.117	15.117
Benefícios	1.883	1.746	1.746	1.746
Encargos sociais	2.702	2.387	2.387	2.387
Participação nos lucros e resultados (PLR)	101.062	78.973	78.973	78.973
Prêmio do plano de opção de compra de ações (i)	3.326	–	–	–
Total	125.622	98.223	98.223	98.223

(i) Veja nota explicativa nº 8.13. A remuneração do pessoal-chave da Administração do Grupo inclui salários e benefícios (assistência médica, vale refeição e vale alimentação). **15.4. Dividendos a receber:** Em 31 de dezembro de 2022, a Controladora possuía R\$ 122.899 de dividendos a receber (zero em 31 de dezembro de 2021) da sua controlada Top Service Sistemas e Serviços S.A.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Em 1º de janeiro	–	340.000	–	340.000
Dividendos mínimos obrigatórios declarados	122.899	94.873	94.873	94.873
Dividendos distribuídos	–	(399.873)	–	(399.873)
Reversão de dividendos provisionados (i)	–	(35.000)	–	(35.000)
Em 31 de dezembro	122.899	–	122.899	–

(i) Em Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 28 de abril de 2021, foi aprovada a reversão de saldo remanescente da provisão de dividendos a pagar da Top Service Serviços e Sistemas S.A., controlada direta da Companhia, retornando para a conta de reserva de lucros da controlada. **15.5. Dividendos a pagar:** A Controladora e o Grupo possuem valores a pagar de dividendos para seus acionistas em 31 de dezembro de 2022.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Em 1º de janeiro	122.712	400.000	122.712	400.000
Dividendos mínimos obrigatórios declarados	–	94.923	–	94.923
Dividendos adicionais aprovados (i)	–	30.077	–	30.077
Dividendos distribuídos	–	(525.000)	–	(525.000)
Em 31 de dezembro	122.712	–	122.712	–

(i) Distribuição adicional de dividendos sobre o resultado de 2021 no valor de R\$ 32.749, aprovada pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, em 10 de novembro de 2021. **Em 1º de janeiro**
15.6. Garantias, avais e fianças com partes relacionadas: O Grupo possui ainda transações em que a Controladora presta aval em contratos feitos pela controlada direta Top Service Serviços e Sistemas S.A. e pelas controladas indiretas Loghis Logística e Serviços Ltda. e Ormec Engenharia Ltda., sem custo para as controladas, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Natureza	3.287.231	2.047.471	3.287.231	2.047.471
Empréstimos (i)	626.031	795.264	795.264	795.264
Debêntures	2.661.200	1.252.207	1.252.207	1.252.207
Total	3.287.231	2.047.471	3.287.231	2.047.471

(i) Em 31 de dezembro de 2022, do valor total de R\$ 634.924 (R\$ 812.698 em 31 de dezembro de 2021) de empréstimos, R\$ 626.031 (R\$ 795.264 em 31 de dezembro de 2021) possuem garantia da Companhia em contratos feitos por controladas. **15.7. Outras transações com partes relacionadas:** O Grupo possui ainda transações com partes relacionadas operacionais com eliminação no Consolidado. Em 31 de dezembro de 2022 a eliminação entre receita e custo foi de R\$ 6.151 (R\$ 4.588 em 31 de dezembro de 2021), devido a serviços prestados pela GPS Tec Sistemas Eletrônicos de Segurança Ltda., Ecopolo Gestão de Águas, Resíduos e Energia Ltda., Top Service Serviços e Sistemas S.A., In-Haus Industrial e Serviços de Logística Ltda., Graber Sistemas de Segurança Ltda., LC Administração de Restaurantes Ltda., Online – Monitoramento Eletrônico S.A., Luandre Temporários Ltda., Top Service Facilities Ltda., Vivante S.A., Loghis Logística e Serviços Ltda., Everical Tecnologia Ltda., Eleva In-Haus Manutenções Industrial Ltda. e Allis Luandre Soluções em Trade e Pessoas Ltda. **16. Investimentos**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Investimento em sociedades controladas (i)	–	–	–	–
Investimento em processo de aquisição (ii)	–	–	2.500	105.537
Ágio na aquisição de investimento	68.129	68.129	–	–
Total	2.567.261	2.204.812	2.500	105.537

(i) Para as aquisições parciais das quotas de participação das empresas adquiridas, o Grupo adotou a metodologia de aquisição antecipada em que na mesma data de aquisição, outorga-se mutuamente entre as partes um instrumento de opção de compra e venda das quotas residuais do capital das empresas adquiridas. Em função da adoção do método de aquisição antecipada, para todas as empresas que possuem opção de compra e venda outorgada, o Grupo registra todas as suas aquisições, integralmente, independente da participação acionária adquirida. (ii) Em 14 de dezembro de 2022, foi realizada a aprovação da aquisição de 100% das quotas e assinatura do contrato de compra e venda, pela controlada direta Top Service Serviços e Sistemas S.A., da empresa Compart Marketing e Tecnologia Ltda. Ocorrendo também na mesma data, pagamento a título de sinal no montante de R\$ 2.500, com saldo acordado a ser pago na data do fechamento em moeda corrente nacional. A Compart presta serviços de field marketing, merchandising, promoções e eventos, com presença em 7 Estados e forte atuação na região Sudeste. A conclusão da aquisição está condicionada ao cumprimento de obrigações e condições precedentes usuais nesse tipo de operação, incluindo sua

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

submissão à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

a. Informações sobre investimentos

	Participação	Lucro do exercício	Equivalência patrimonial	Ativo		Passivo	Patrimônio líquido
				Ativo	Passivo		
Em 31/12/2022							
Controlada direta							
Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100%	517.471	517.471	7.673.407	5.174.275	2.499.132	2.499.132

Em 31/12/2021

	Participação	Lucro do exercício	Equivalência patrimonial	Ativo		Passivo	Patrimônio líquido
				Ativo	Passivo		
Controlada direta							
Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100%	399.464	399.464	5.320.870	3.184.187	2.136.683	2.136.683

b. Movimentação dos investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Em 1º de janeiro	2.204.812	725.421	2.204.812	725.421
Resultado de equivalência patrimonial	517.471	399.464	399.464	399.464
Distribuição de dividendos (iv)	(122.899)	(94.873)	(94.873)	(94.873)

c. Movimentação dos investimentos por controlada direta

	Saldo em 31/12/2021		Transações de capital com controladas indiretas		Distribuição de dividendos	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2022
	2021	2022	2021	2022			
Controlada direta							
Top Service Serviços e Sistemas S.A.	2.136.683	2.136.683	(32.123)	(32.123)	(122.899)	517.471	2.499.132
Total	2.136.683	2.136.683	(32.123)	(32.123)	(122.899)	517.471	2.499.132

Controlada direta

	Saldo em 31/12/2021		Transações de capital com controladas indiretas		Reversão de distribuição de dividendos	Distribuição de dividendos	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2022
	2021	2022	2021	2022				
Controlada direta								
Top Service Serviços e Sistemas S.A.	657.292	657.292	1.033.000	1.033.000	106.800	35.000	399.464	2.136.683
Total	657.292	657.292	1.033.000	1.033.000	106.800	35.000	399.464	2.136.683

17. Imobilizado – Consolidado – a. Composição do saldo de imobilizado

	Máquinas, utensílios e ferramentas		Imóveis e terrenos (i)		Equipamentos de informática		Veículos		Armadamentos		Benefeitorias em propriedades de terceiros		Estações de tratamento		Central de monitoramento		Imobilizado em andamento		Total
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	
Composição em 31 de dezembro de 2022																			
Custo total	399.580	399.580	43.126	43.126	79.942	79.942	222.408	222.408	21.178	21.178	23.995	23.995	11.093	11.093	12.589	12.589	31.358	31.358	845.269
Depreciação acumulada	(203.581)	(203.581)	(5.321)	(5.321)	(51.969)	(51.969)	(129.670)	(129.670)	(15.732)	(15.732)	(17.035)	(17.035)	(6.894)	(6.894)	(7.593)	(7.593)	–	–	(437.795)
Imobilizado líquido	195.999	195.999	37.805	37.805	27.973	27.973	92.738	92.738	5.446	5.446	6.960	6.960	4.199	4.199	4.996	4.996	31.358	31.358	407.474

Composição em 31 de dezembro de 2021

	Máquinas, utensílios e ferramentas		Imóveis e terrenos (i)		Equipamentos de informática		Veículos		Armadamentos		Benefeitorias em propriedades de terceiros		Estações de tratamento		Central de monitoramento		Imobilizado em andamento		Total
	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	
Custo total	291.126	291.126	28.602	28.602	67.699	67.699	138.652	138.652	17.404	17.404	20.104	20.104	10.836	10.836	9.767	9.767	7.441	7.441	591.631
Depreciação acumulada	(143.617)	(143.617)	(2.202)	(2.202)	(43.891)	(43.891)	(91.818)	(91.818)	(12.055)	(12.055)	(13.259)	(13.259)	(5.990)	(5.990)	(6.166)	(6.166)	–	–	(318.998)
Imobilizado líquido	147.509	147.509	26.400	26.400	23.808	23.808	46.834	46.834	5.349	5.349	6.845	6.845	4.846	4.846	3.601	3.601	7.441	7.441	272.633

(i) Em custo de imóveis e terrenos, R\$ 21.470 refere-se ao terreno adquirido em 2020 e R\$ 7.132 de alocação de mais valia pela aquisição da controlada Top Service Facilities Ltda. (anteriormente denominada ISS Servisystem do Brasil Ltda.). A mais valia tem vida útil de 4 anos, com depreciação de 25% ao ano. Os terrenos não sofrem depreciação.

b. Movimentação do custo do imobilizado

	Máquinas, utensílios e ferramentas		Imóveis e terrenos		Equipamentos de informática		Veículos		Armadamentos		Benefeitorias em propriedades de terceiros		Estações de tratamento		Central de monitoramento		Imobilizado em andamento		Total
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	224.116	224.116	28.994	28.994	40.625	40.625	121.521	121.521	11.320	11.320	15.433	15.433	11.817	11.817	8.258	8.258	1.173	1.173	463.257
Aquisições	32.585	32.585	–	–	10.221	10.221	13.402	13.402	329	329	4.641	4.641	–	–	5	5	9.847	9.847	71.030
Advinho de adquiridas	36.992	36.992	–	–	16.396	16.396	8.805	8.805	5.846	5.846	32	32	–	–	1.757	1.757	–	–	69.828
Mais valia de ativos fixos	842	842	–	–	252	252	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.094
Baixas	(4.662)	(4.662)	(392)	(392)	(5)	(5)	(5.677)	(5.677)	(156)	(156)	(754)	(754)	(981)	(981)	(253)	(253)	(698)	(698)	(13.578)
Transferências	1.253	1.253	–	–	210	210	601	601	65	65	752	752	–	–	–	–	(2.881)	(2.881)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	291.126	291.126	28.602	28.602	67.699	67.699	138.652	138.652	17.404	17.404	20.104	20.104	10.836	10.836	9.767	9.767	7.441		

GPS Participações e Empreendimentos S.A.										
Mais valia										
Incorporação de ações	Carteira de clientes		Acordo de não concorrência		Provisão mais valia e ágio			Total		
	Ágio	de clientes	Marcas	Software	Outros	Software	Outros	31/12/2021	31/12/2022	
66.970	1.364.770	577.352	156.733	16.740	2.649	8.821	573	1.158	2.195.766	
Em 31 de dezembro de 2021										
Global (i)	(2.190)	-	-	-	-	-	-	-	(2.190)	
Vivante (i)	(7.274)	8.129	-	480	-	-	-	-	1.335	
Allis (i)	2.074	774	-	-	-	-	-	-	2.848	
Rudder (i)	(1.328)	6.329	-	-	-	-	-	-	5.001	
Única (i)	(3.279)	4.601	-	-	-	-	-	-	1.322	
Comau	44.399	23.088	-	-	-	-	-	-	67.487	
Force	26.010	6.421	8.548	-	-	-	-	-	40.979	
Ormec	37.334	-	10.859	4.480	-	-	-	-	52.673	
Sulzer	9.827	6.427	-	-	-	-	-	-	16.254	
Evertical	63.354	36.919	6.703	-	-	880	-	-	107.856	
Motus	15.594	10.392	1.487	-	-	-	-	-	27.473	
Global Serviços	78.390	54.559	29.740	-	619	-	-	-	163.308	
Efeito de combinação de negócios	262.911	157.639	57.337	4.960	619	880	-	-	484.346	
Outras adições	-	-	-	-	-	1.995	109	-	2.104	
Outras baixas	-	-	-	-	-	(60)	-	-	(60)	
Em 31 de dezembro de 2022	66.970	1.627.681	734.991	214.070	21.700	3.268	11.636	682	2.682.156	
(i) As movimentações referem-se a ajustes nos balanços patrimoniais de empresas adquiridas no exercício de 2021, que estão dentro do período de mensuração, conforme instrução do CPC 15 (R1)/IFRS 3, e que ainda passam por avaliação e mensuração de alocação de mais valia.										
c. Movimentação das amortizações acumuladas										
Carteiras de clientes										
Acordo de não concorrência										
Softwares										
Outros										
Total										
Em 31 de dezembro de 2020										
Amortização	(145.159)	(18.271)	(127)	(7.033)	(530)	(170.120)			(170.120)	
Em 31 de dezembro de 2021										
Amortização	(56.324)	(3.360)	(915)	(388)	(60.987)	(60.987)			(60.987)	
Em 31 de dezembro de 2022										
Amortização	(88.097)	(3.009)	(6.315)	(678)	(118)	(98.099)			(98.099)	
Advindo de adquirida	-	-	-	-	(11)	(11)			(11)	
Reconciliação de saldo	(289.580)	(24.640)	(7.357)	(8.228)	(530)	(330.335)			(330.335)	
d. Teste de redução ao valor recuperável para UGCs que contém ágio: O Grupo avaliou a recuperabilidade do valor contábil dos ágios e demais ativos de vida útil indefinida, utilizando o conceito do "Valor em Uso", por meio de modelo de fluxo de caixa descontado, representativos dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados na produção e venda de produtos/serviços aos seus clientes. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio (ágio, marcas, incorporação de ações e acordo de não concorrência) foi alocado para as unidades geradoras de caixa (UGC) do Grupo (divisões operacionais) que se referem a aglutinação de empresas, por CNPJ e preponderância de negócios. A data-base do teste do <i>impairment</i> foi em 30 de junho de 2022 e não contemplou os ativos intangíveis adquiridos durante o exercício de 2022, que perfaz o montante de R\$ 274.908, divulgado na nota explicativa nº 3. Dessa forma, o referido valor não está alocado em nenhuma das UGCs. Apresentamos abaixo o quadro contendo resumo dos principais ativos intangíveis que foram submetidos ao teste de <i>impairment</i> realizado pelo Grupo durante o exercício:										
Vida útil										
Ágio, incorporação de ações e acordo de não concorrência										
Indefinida										
Definida										
Total										
Indefinida										
Definida										
Total										
Segurança										
Facilities										
Alimentação										
Manutenção										
Logística										
Segurança Eletrônica										
Recursos Humanos										
Marcas										
Segurança										
Facilities										
Segurança Eletrônica										
Logística										
Recursos Humanos										
Carteira de clientes										
Segurança										
Facilities										
Alimentação										
Manutenção										
Segurança Eletrônica										
Logística										
Recursos Humanos										
Ativo indenizatório e (Passivo contingente)										
Segurança										
Facilities										
Manutenção										
Logística										
Recursos Humanos										
Ativos fixos										
Facilities										
Manutenção										
Total										
As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.										
Em percentual – 2021										
Taxa WACC (a)										
Alavancagem da UGC										
Taxa de crescimento da perpetuidade (após 10 anos de fluxo de caixa projetado)										
Crescimento médio da receita líquida										
Margem EBITDA										
Capital de giro em % da receita líquida										
Em percentual – 2022										
Taxa WACC (a)										
Alavancagem da UGC										
Taxa de crescimento da perpetuidade (após 10 anos de fluxo de caixa projetado)										
Crescimento médio da receita líquida										
Margem EBITDA										
Capital de giro em % da receita líquida										
(a) A taxa de Custo Médio Ponderado de Capital WACC – <i>Weighted Average Cost of Capital</i> – é calculada com base na modelagem CAPM (<i>Capital Asset Pricing Model</i>) usando um beta de mercado, alavancagem, <i>risk free</i> , prêmio de mercado, risco de tamanho e o custo de financiamento do Grupo.										
Conforme premissas apresentadas acima, para aplicação da metodologia do fluxo futuro de caixa descontado, objetivando a verificação da eventual perda ao valor recuperável, foi elaborada uma projeção financeira para o período de julho de 2022 a junho de 2032. A Administração julga apropriada a utilização do período de dez anos com base em sua experiência passada em elaborar com acurácia projeções de seu fluxo de caixa. Tal entendimento está de acordo com o CPC 01 (R1)/IAS 36. Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos intangíveis, elaborado de acordo com as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2022, perspectivas de crescimento à época e acompanhamento das projeções e dos resultados operacionais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram identificadas possíveis perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor recuperável estimado de cada UGC supera o valor líquido contábil na data da avaliação. d.1. Atualização do teste de impairment: Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos intangíveis, foi realizado um teste de <i>stress</i> com o objetivo de analisar quais premissas fariam com que os valores contábeis dos ágios fossem iguais ao valor recuperável. O cálculo foi realizado considerando o <i>stress</i> de 2 premissas: a taxa de desconto (acréscimo na taxa de desconto frente a utilizada em teste oficial de <i>impairment</i>) e a margem EBITDA (redução do crescimento do EBITDA frente ao projetado em teste oficial de <i>impairment</i>), que foram as duas premissas principais para as quais alterações razoavelmente possíveis podem acarretar em <i>impairment</i> . No caso da taxa de desconto, foi adotado um acréscimo de 3,0% em quase todas as UGCs passando para a taxa de desconto sensibilidade de 14,94%, com exceção da UGC Alimentação, no qual a taxa foi para 15,17%. Na UGC Recursos Humanos foi adotado acréscimo de 0,9%, chegando ao seu estresse com esta premissa. No caso da margem EBITDA, foi reduzido o seu crescimento em relação ao EBITDA utilizado no teste de <i>impairment</i> oficial, até que o valor em uso atingisse o limite do valor do ágio contábil. Tal teste foi realizado exatamente com as mesmas premissas do teste de <i>impairment</i> oficial realizado sobre as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2022, com projeção de 10 anos, sendo os 5 primeiros com ajustes e os 5 seguintes /com manutenção de margens e crescimento igual à inflação do modelo. A seguir, a tabela apresenta o teste de <i>stress</i> com as premissas acima citadas que fariam a UGC ficar no limite de apresentar um indicativo de perda do valor recuperável do ágio:										
Segurança										
Facilities										
Alimentação										
Manutenção										
Logística										
Segurança eletrônica										
Recursos Humanos										
2021										
2022										
WACC										
Cresc. EBITDA										
Segurança										
WACC										
Cresc. EBITDA										
Segurança eletrônica										
WACC										
Cresc. EBITDA										
Logística										
WACC										
Cresc. EBITDA										
1,99%										
7,31%										
15,30%										
14,94%										
2,48%										
5,69%										
15,30%										
14,94%										
7,31%										
0,90%										
15,30%										
14,94%										
4,42%										
(2,93%)										
15,30%										
14,94%										
1,99%										
7,31%										
Emissão										
Série										
Única										
Início										
Vencimento										
DI + Spread a.a.										
Quantidade de títulos										
Valor nominal unitário										
Valor total emitido										
Posição em 31/12/2022										
Primeira										
Única										
20/11/2019										
25/10/2026										
15,25%										
500.000										
1										
500.000										
410.875										
Segunda										
Única										
27/12/2021										
25/10/2028										
15,80%										
750.000										
1										
750.000										
771.167										
Terceira										
Única										
28/12/2022										
18/10/2029										
15,80%										
1.500.000										
1										
1.500.000										
1.502.646										
Total										
2.750.000										
1										
2.750.000										
2.684.688										
Emissão										
Série										
Única										
Início										
Vencimento										
DI + Spread a.a.										
Quantidade de títulos										
Valor nominal unitário										
Valor total emitido										
Posição em 31/12/2021										
Primeira										
Única										
20/11/2019										
25/10/2026										
10,36%										
500.000										
1										
500.000										
508.995										
Segunda										
Única										
27/12/2021										
25/10/2028										
10,91%										
750.000										
1										
750.000										
751.621										
Total										
1.250.000										
1										
1.250.000										
1.260.616										
continua ...										

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 07/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

Vencimento	31/12/2022		Consolidado		Controladora	31/12/2021		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021		31/12/2022	31/12/2021		
2024	250.001				516.682	399.675	517.031	399.748	
2025	250.000				(517.471)	(399.464)	-	-	
2026	625.000				(789)	211	517.031	399.748	
2027	524.999				(223)	89	256.641	169.720	
2028	525.000				(1.012)	300	773.672	569.468	
2029	375.000				344	(102)	(263.048)	(193.619)	
Total	2.550.000				(68)	(15)	(1.124)	960	
b. Cláusulas contratuais restritivas (covenants) A escritura das debêntures contém <i>covenants</i> , que são acompanhados tempestivamente e estabelecem que ao final de cada exercício, o montante de dívida líquida financeira dividido pelo EBITDA do exercício respectivo deve ser menor ou igual a 2,5 vezes, observando-se que, em caso de alavancagem operacional comprovadamente gerada por aquisições em determinado exercício, o índice financeiro correspondente ao mesmo exercício, exclusivamente, deverá ser menor ou igual a 3,5 vezes.									
c. Movimentação dos saldos									
		Consolidado				Controladora		Consolidado	
		2022	2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Em 1º de janeiro		1.252.207	503.246						
Emissão		1.500.000	750.000						
Custos incorridos com a emissão		(16.864)	(8.409)						
Apropriação de custo incorrido com emissão de debêntures		1.787	-						
Juros e encargos provisionados		167.260	31.393						
Créditos a compensar com lucros tributáveis futuros									
Prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social									
Efeitos de combinação de negócios									
Parcela fiscalmente amortizada do ágio sobre rentabilidade futura									
Amortização contábil da alocação de mais valia com vida útil definida antes da Lei 11.638/07									
Amortização da alocação de mais valia com vida útil definida									
Amortização alocação de carteira de clientes, marcas e ativo fixo									
Ajuste a valor justo - dívida de aquisição									
Diferenças temporárias									
Constituição de provisão para perda esperada dos serviços faturados e a faturar									
Constituição de provisão para perda de crédito de retenção contratual									
Provisão para perdas de créditos fiscais									
Provisão para acordo ou execução trabalhista									
Provisão para acordo ou execução tributária									
Provisão para acordo ou execução cível									
Ativo indenizatório Graber (veja nota explicativa nº 24 (d))									
Indébito da Selic sobre atualização do IRPJ e CSLL									
Provisão para remuneração variável									
Instrumentos derivativos - swap a realizar									
Tributos <i>sub judice</i>									
Outras diferenças temporárias									
Base para cálculo									
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo (34%)									
Total de imposto diferido ativo									
Total de imposto diferido passivo									
Imposto diferido ativo líquido									
O prejuízo fiscal e a base de cálculo negativa da contribuição social não têm prazos prescricionais, estando sua compensação limitada a 30% das bases de cálculo a serem apuradas em cada exercício-base futuro. Os impostos diferidos passivos referem-se à amortização fiscal dos ágios de rentabilidade futura relacionados às controladas incorporadas e somente se realizarão contabilmente em caso de alienação do investimento ou baixa por <i>impairment</i> .									
b. Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos (Consolidado)									
		Saldo em 31 de dezembro de 2022				Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo líquido em 1º de janeiro de 2022		1.305	1.371	446.089	396.226	1.305	1.371	1.972.700	960.284
Reconhecido no resultado		(96)	(1.158)	(9.206)	8.825	(96)	(1.158)	1.972.700	960.284
Reconhecido no patrimônio líquido		1.209	213	1.482.705	1.182.839	1.209	213	1.482.705	1.182.839
Adquiridas M&A		411	72	504.120	402.165	411	72	504.120	402.165
Outras		444	466	621.363	514.250	444	466	621.363	514.250
Valor líquido		(33)	(394)	(117.243)	(112.085)	(33)	(394)	(117.243)	(112.085)
Ativo fiscal diferido		411	72	504.120	402.165	411	72	504.120	402.165
Passivo fiscal diferido		444	466	621.363	514.250	444	466	621.363	514.250
Créditos a compensar com lucros tributáveis futuros									
Prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social									
Efeitos de combinação de negócios									
Parcela amortizada do ágio sobre rentabilidade futura									
Amortização contábil da alocação de mais valia com vida útil definida antes da Lei 11.638/07									
Amortização da alocação de mais valia com vida útil definida									
Amortização alocação de carteira de clientes, marcas e ativo fixo									
Ajuste a valor justo - dívida de aquisição									
Diferenças temporárias									
Provisão para perda esperada dos serviços faturados e a faturar									
Provisão para perda de crédito de retenção contratual									
Provisão para perdas de crédito fiscais									
Provisão para acordo ou execução trabalhista									
Provisão para acordo ou execução tributária									
Provisão para acordo ou execução cível									
Ativo indenizatório Graber									
Indébito da Selic sobre atualização do IRPJ e CSLL									
Provisão para remuneração variável									
Instrumentos derivativos - swap a realizar									
Tributos <i>sub judice</i>									
Outras diferenças temporárias									
Imposto líquido ativo (passivo)									
Saldo em 31 de dezembro de 2021									
Saldo líquido em 1º de janeiro de 2021		1.305	1.371	446.089	396.226	1.305	1.371	1.972.700	960.284
Reconhecido no resultado		(96)	(1.158)	(9.206)	8.825	(96)	(1.158)	1.972.700	960.284
Reconhecido no patrimônio líquido		1.209	213	1.482.705	1.182.839	1.209	213	1.482.705	1.182.839
Adquiridas M&A		411	72	504.120	402.165	411	72	504.120	402.165
Outras		444	466	621.363	514.250	444	466	621.363	514.250
Valor líquido		(33)	(394)	(117.243)	(112.085)	(33)	(394)	(117.243)	(112.085)
Ativo fiscal diferido		411	72	504.120	402.165	411	72	504.120	402.165
Passivo fiscal diferido		444	466	621.363	514.250	444	466	621.363	514.250
Créditos a compensar com lucros tributáveis futuros									
Prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social									
Efeitos de combinação de negócios									
Parcela amortizada do ágio sobre rentabilidade futura									
Amortização contábil da alocação de mais valia com vida útil definida antes da Lei 11.638/07									
Amortização da alocação de mais valia com vida útil definida									
Amortização alocação de carteira de clientes, marcas e ativo fixo									
Ajuste a valor justo - dívida de aquisição									
Diferenças temporárias									
Provisão para perda esperada dos serviços faturados e a faturar									
Provisão para perda de crédito de retenção contratual									
Provisão para perdas de crédito fiscais									
Provisão para acordo ou execução trabalhista									
Provisão para acordo ou execução tributária									
Provisão para acordo ou execução cível									
Ativo indenizatório Graber									
Indébito da Selic sobre atualização do IRPJ e CSLL									
Provisão para remuneração variável									
Instrumentos derivativos - swap a realizar									
Tributos <i>sub judice</i>									
Outras diferenças temporárias									
Imposto líquido ativo (passivo)									
Saldo em 31 de dezembro de 2021									
Saldo líquido em 1º de janeiro de 2021		1.305	1.371	446.089	396.226	1.305	1.371	1.972.700	960.284
Reconhecido no resultado		(96)	(1.158)	(9.206)	8.825	(96)	(1.158)	1.972.700	960.284
Reconhecido no patrimônio líquido		1.209	213	1.482.705	1.182.839	1.209	213	1.482.705	1.182.839
Adquiridas M&A		411	72	504.120	402.165	411	72	504.120	402.165
Outras		444	466	621.363	514.250	444	466	621.363	514.250
Valor líquido		(33)	(394)	(117.243)	(112.085)	(33)	(394)	(117.243)	(112.085)
Ativo fiscal diferido		411	72	504.120	402.165	411	72	504.120	402.165
Passivo fiscal diferido		444	466	621.363	514.250	444	466	621.363	514.250
Créditos a compensar com lucros tributáveis futuros									
Prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social									
Efeitos de combinação de negócios									
Parcela amortizada do ágio sobre rentabilidade futura									
Amortização contábil da alocação de mais valia com vida útil definida antes da Lei 11.638/07									
Amortização da alocação de mais valia com vida útil definida									
Amortização alocação de carteira de clientes, marcas e ativo fixo									
Ajuste a valor justo - dívida de aquisição									
Diferenças temporárias									
Provisão para perda esperada dos serviços faturados e a faturar									
Provisão para perda de crédito de retenção contratual									
Provisão para perdas de crédito fiscais									
Provisão para acordo ou execução trabalhista									
Provisão para acordo ou execução tributária									
Provisão para acordo ou execução cível									
Ativo indenizatório Graber									
Indébito da Selic sobre atualização do IRPJ e CSLL									
Provisão para remuneração variável									
Instrumentos derivativos - swap a realizar									
Tributos <i>sub judice</i>									
Outras diferenças temporárias									
Imposto líquido ativo (passivo)									
Saldo em 31 de dezembro de 2021									
Saldo líquido em 1º de janeiro de 2021		1.305	1.371	446.089	396.226	1.305	1.371	1.972.700	960.284
Reconhecido no resultado		(96)	(1.158)	(9.206)	8.825	(96)	(1.158)	1.972.700	960.284
Reconhecido no patrimônio líquido		1.209	213	1.482.705	1.182.839	1.209	213	1.482.705	1.182.839
Adquiridas M&A		411	72	504.120	402.165	411	72	504.120	402.165
Outras		444	466	621.363	514.250	444	466	621.363	514.250
Valor líquido		(33)	(394)	(117.243)	(112.085)	(33)	(394)	(117.243)	(112.085)
Ativo fiscal diferido		411	72	504.120	402.165	411	72	504.120	402.165
Passivo fiscal diferido		444	466	621.363	514.250	444	466	621.363	514.250
Créditos a compensar com lucros tributáveis futuros									
Prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social									
Efeitos de combinação de negócios									
Parcela amortizada do ágio sobre rentabilidade futura									
Amortização contábil da alocação de mais valia com vida útil definida antes da Lei 11.638/07									
Amortização da alocação de mais valia com vida útil definida									
Amortização alocação de carteira de clientes, marcas e ativo fixo									
Ajuste a valor justo - dívida de aquisição									
Diferenças temporárias									
Provisão para perda esperada dos serviços faturados e a faturar									
Provisão para perda de crédito de retenção contratual									
Provisão para perdas de crédito fiscais									
Provisão para acordo ou execução trabalhista									
Provisão para acordo ou execução tributária									
Provisão para acordo ou execução cível									
Ativo indenizatório Graber									
Indébito da Selic sobre atualização do IRPJ e CSLL									
Provisão para remuneração variável									
Instrumentos derivativos - swap a realizar									
Tributos <i>sub judice</i>									
Outras diferenças temporárias									
Imposto líquido ativo (passivo)									
Saldo em 31 de dezembro de 2021									
Saldo líquido em 1º de janeiro de 2021		1.305	1.371	446.089	396.226	1.305	1.371	1.972.700	960.284
Reconhecido no resultado		(96)	(1.158)	(9.206)	8.825	(96)	(1.158)	1.972.700	960.284
Reconhecido no patrimônio líquido		1.209	213	1.482.705	1.182.839	1.209	213	1.482.705	1.182.839
Adquiridas M&A		411	72	504.120	402.165	411	72	504.120	402.165
Outras		444	466	621.363	514.250	444	466	621.363	514.250
Valor líquido		(33)	(394)	(117.243)	(112.085)	(33)	(394)	(117.243)	(112.085)
Ativo fiscal diferido		411	72	504.120	402.165	411	72	504.120	402.165
Passivo fiscal diferido		444	466	621.363	514.250	444	466	621.363	514.250
Créditos a compensar com lucros tributáveis futuros									
Prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social									
Efeitos de combinação de negócios									
Parcela amortizada do ágio sobre rentabilidade futura									
Amortização contábil da alocação de mais valia com vida útil definida antes da Lei 11.638/07									
Amortização da alocação de mais valia com vida útil definida									
Amortização alocação de carteira de clientes, marcas e ativo fixo									
Ajuste a valor justo - dívida de aquisição									
Diferenças temporárias									
Provisão para perda esperada dos serviços faturados e a faturar									
Provisão para perda de crédito de retenção contratual									
Provisão para perdas de crédito fiscais									
Provisão para acordo ou execução trabalhista									
Provisão para acordo ou execução tributária									
Provisão para acordo ou execução cível									
Ativo indenizatório Graber									
Indébito da Selic sobre atualização do IRPJ e CSLL									
Provisão para remuneração variável									
Instrumentos derivativos - swap a realizar									
Tributos <i>sub judice</i>									
Outras diferenças temporárias									
Imposto líquido ativo (passivo)									
Saldo em 31 de dezembro de 2021									
Saldo líquido em 1º de janeiro de 2021		1.305	1.371	446.089	396.226	1.305	1.371	1.972.700	960.284
Reconhecido no resultado		(96)	(1.158)	(9.206)	8.825	(96)	(1.158)	1.972.700	960.284
Reconhecido no patrimônio líquido		1.209	213	1.482.705	1.182.839	1.209	213	1.482.705	1.182.839
Adquiridas M&A		411	72	504.120	402.165	411	72	504.120	402.165
Outras		444	466	621.363	514.250	444	466	621.363	514.250
Valor líquido		(33)	(394)	(117.243)	(112.085)	(33)	(394)	(117.243)	(112.085)
Ativo fiscal diferido		411	72	504.120	402.165	411	72	504.120	402.165
Passivo fiscal diferido		444	466	621.363	514.250	444	466	621.363	514.250
Créditos a compensar com lucros tributáveis futuros									
Prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social									
Efeitos de combinação de negócios									
Parcela amortizada do ágio sobre rentabilidade futura									
Amortização contábil da alocação de mais valia com vida útil definida antes da Lei 11.638/07									
Amortização da alocação de mais valia com vida útil definida									
Amortização alocação de carteira de clientes, marcas e ativo fixo									
Ajuste a valor justo - dívida de aquisição									
Diferenças temporárias									
Provisão para perda esperada dos serviços faturados e a faturar									
Provisão para perda de crédito de retenção contratual									
Provisão para perdas de crédito fiscais									
Provisão para acordo ou execução trabalhista									
Provisão para acordo ou execução tributária									
Provisão para acordo ou execução cível									
Ativo indenizatório Graber									
Indébito da Selic sobre atualização do IRPJ e CSLL									
Provisão para remuneração variável									
Instrumentos derivativos - swap a realizar									
Tributos <i>sub judice</i>									
Outras diferenças temporárias									
Imposto líquido ativo (passivo)									
Saldo em 31 de dezembro de 2021									

... continuação

estimado pelos assessores jurídicos com base nos resultados dos processos judiciais atuais e esperados. **Perdas possíveis não provisionadas no balanço:** As ações envolvendo risco de perda classificado pelo Grupo como possível, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída em 31 de dezembro de 2022, totalizam R\$ 865.794, sendo R\$ 389.270 tributários, R\$ 132.149 cíveis e R\$ 344.376 trabalhistas (R\$ 479.583 em 31 de dezembro de 2021, sendo R\$ 168.567 tributários, R\$ 85.726 cíveis e R\$ 225.290 trabalhistas). As naturezas dessas ações são as mesmas descritas no item "(a.) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas".

b. Tributos sub judice

Controladora		Consolidado	
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
PIS e COFINS (i)	-	29.038	31.351
Tributos municipais	-	10.130	7.473
Tributos federais (ii)	1.305	1.371	335.269
Tributos estaduais (iii)	-	732	3.231
Riscos trabalhistas e previdenciários (iv)	-	70.921	68.205
Total	1.305	1.371	446.089

(i) Com o início da sistemática da não cumulatividade na apuração do PIS (Lei nº 10.637/02) e da COFINS (Lei nº 10.833/03), o Grupo passou a aplicar as referidas regras, bem como a questionar, a partir de 2008, ao Poder Judiciário, a ampliação da base de cálculo dessas contribuições, bem como a apropriação de créditos não admitidos pela legislação. O saldo refere-se a parcela não recolhida, calculada consoante a sistemática da não cumulatividade e acrescida de juros e multa. A partir de 1º de janeiro de 2011, o Grupo optou por efetuar os recolhimentos referentes aos débitos de PIS e COFINS, de acordo com a sistemática da não cumulatividade, até que a matéria tenha um acórdão com trânsito em julgado no Supremo Tribunal Federal; (ii) Tributos federais: sendo em sua totalidade advindos das companhias adquiridas. Tais saldos são constituídos para cobertura de riscos fiscais não provisionados pela Administração anterior e estão relacionados principalmente a débitos federais com exigibilidade suspensa; (iii) Tributos estaduais: referem-se principalmente a tomada de crédito de ICMS sobre mercadorias cujo respectivo imposto já havia sido retido na operação anterior pela sistemática de substituição tributária; e (iv) Riscos trabalhistas e previdenciários: tal provisão foi efetuada para cobertura de riscos trabalhistas advindos das empresas adquiridas por não aderência a alguns aspectos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Tais riscos referem-se principalmente ao não recolhimento do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) em anos anteriores sobre as contribuições previdenciárias, falta de recolhimento de INSS sobre cesta básica, complemento de salário por nota fiscal e ausência de inscrição no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). A movimentação dos tributos sub judice pode ser assim resumida:

Controladora		Consolidado	
2022	2021	2022	2021
Em 1º de janeiro	1.371	1.261	396.226
Atualização monetária	-	30.054	9.003

Provisão incorporada - Comau (b)	-	18.167	-
Provisão incorporada - Force (b)	-	35.697	-
Provisão incorporada - Ormec (b)	-	4.956	-
Provisão incorporada - Sulzer (b)	-	7.562	-
Provisão incorporada - Evertical (b)	-	5.233	-
Provisão incorporada - Motus (b)	-	5.408	-
Provisão incorporada - Global Empregos (b)	-	25.403	-
Provisão incorporada - Global (b)	-	26.089	-
Provisão incorporada - Vivante (b)	-	12.977	-
Provisão incorporada - Loghis (b)	-	5.729	-
Provisão incorporada - Allis (b)	-	134.943	-
Provisão incorporada - Única (b)	-	26.565	-
Provisão incorporada - Rudder (b)	-	7.151	-

Consolidado		31/12/2020		Adições		Baixas		31/12/2021		Adições		Baixas		31/12/2022	
Fortaleza	256	-	(133)	123	-	-	-	123	-	-	-	-	-	123	-
Grabber	19.560	919	-	20.479	-	-	-	20.479	-	-	-	-	-	20.479	-
Poliservice	517	182	-	535	-	-	-	535	-	-	-	-	-	535	-
RZF	2.572	-	(879)	1.693	-	(274)	-	1.419	-	-	-	-	-	1.196	-
Magnus	2.796	-	(1.600)	1.196	-	-	-	1.196	-	-	-	-	-	1.196	-
Proteg	407	92	(279)	220	-	-	-	220	-	-	-	-	-	220	-
Jam	3.289	1.297	(15)	4.571	-	(24)	-	4.547	-	-	-	-	-	4.547	-
Servis	5.755	974	-	6.729	178	-	-	6.907	-	-	-	-	-	6.907	-
Polonorte	26	-	(26)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gol	2.261	-	(552)	1.709	-	-	-	1.709	-	-	-	-	-	1.709	-
BC2	549	-	(44)	505	-	(505)	-	557	-	-	-	-	-	557	-
Sunset	557	-	-	557	-	-	-	557	-	-	-	-	-	557	-
Luandre	1.868	153	(172)	1.849	-	(4)	-	1.845	-	-	-	-	-	1.845	-
Loghis	-	830	-	830	-	-	-	830	-	-	-	-	-	830	-
Rudder	-	30.000	-	30.000	1.946	(18.985)	(i)	12.961	-	-	-	-	-	12.961	-
Comau	-	-	-	11.614	-	-	-	11.614	-	-	-	-	-	11.614	-
Ormec	-	-	-	4.956	-	-	-	4.956	-	-	-	-	-	4.956	-
Motus	-	-	-	32	-	-	-	32	-	-	-	-	-	32	-
Evertical	-	-	-	403	-	-	-	403	-	-	-	-	-	403	-
Global Empregos	-	-	-	6.370	-	-	-	6.370	-	-	-	-	-	6.370	-
Total	40.413	34.447	(3.864)	70.996	25.499	(19.792)		76.703						76.703	

(i) Em 11 de março de 2022 foi efetuado o pagamento da multa penalidades e proibições impostas em processo administrativo.

25. Aquisição de controladas - O Grupo por meio das combinações de negócios registra as opções de compras das participações remanescentes das quotas de capitais das investidas, além das parcelas contingentes contratuais. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a composição desses passivos financeiros estava assim registrada:

Controladora		Consolidado	
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Servtec	2.976	2.976	-
Proevi	1.301	1.274	-
Sempre	1.050	1.050	-
Grabber (i)	52.823	51.842	-
JAM	1.718	19.393	-
Gol	-	3.916	-
BC2	-	7.203	-
Luandre	7.071	35.239	-
Sunset (ii)	43.985	31.334	-
Loghis	-	7.214	-
Única	-	12.652	-
Comau (iii)	33.515	-	-
Ormec (iv)	52.013	-	-
Evertical (v)	68.626	-	-
Motus	14.181	-	-
Outros valores de aquisições	2.876	2.808	-
Total	281.085	176.901	
Circulante	96.749	85.295	
Não circulante	184.336	91.606	

(i) Refere-se ao "preço retido" da contraprestação transferida na aquisição, inicialmente prevista para quitação em 3 parcelas, com vencimento para 20, 40 e 60 meses da data da combinação de negócios, 31 de maio de 2017. Considerando que as partes estão em negociação com relação as deduções de contingências materializadas e/ou indenizações do preço retido, estas parcelas deverão ser liquidadas até 31 de maio de 2025 conforme previsão em Contrato de Compra e Venda (CCV). Tais parcelas são corrigidas pela variação acumulada do CDI e serão ajustadas, subtraído-se as eventuais perdas materializadas e/ou indenizações correspondentes às ocorrências descritas no CCV,

Controladora		Consolidado	
2022	2021	2022	2021
Provisão riscos fiscais (a)	-	167	775
Reconciliação de saldo de adquiridas	-	-	(263)
Complemento de provisão	-	-	5.153
Reversão FAP adquiridas (c)	-	-	(10.339)
Reversão de atualização monetária	-	-	(20.531)
Reversão de provisão	(66)	(57)	(57.412)
Em 31 de dezembro	1.305	1.371	446.089

(a) Refere-se ao INSS sobre o 1/3 de férias gozadas, do período de outubro de 2020 a abril de 2021. O STF, no julgamento do Tema nº 985 com repercussão geral, publicou acórdão em 02 de outubro de 2020, em análise de constitucionalidade que pode alterar o entendimento firmado anteriormente pelo STJ (Tema repetitivo nº 479), onde em sede de análise da legalidade, fixou a tese reconhecendo a não incidência do INSS sobre o terço de férias gozadas, data a sua natureza indenizatória/compensatória. Sobre o acórdão proferido pelo STF em 10/2020, foram opostos 06 (seis) embargos de declaração que aguardam julgamento e, dentre as questões suscitadas nos embargos, os contribuintes indagam se: (i) a matéria sobre a incidência é de ordem constitucional e, em caso positivo, se haverá a aplicação da modulação dos efeitos a contar da data da publicação do acórdão; (ii) estamos diante de discussão de ordem infraconstitucional, sendo, portanto, mantida a decisão do STJ. Por segurança, até que tenhamos o provimento definitivo, em maio de 2021 houve a retomada do recolhimento do INSS sobre o terço de férias gozadas, logo, ainda que a modulação dos efeitos passe a ser computada a contar da data da publicação do acórdão em 02/10/2020, observada a irretroatividade e o princípio da noventena fixados pelo STF no julgamento dos Temas 881 e 885, o período de eventual cobrança compreenderia entre fevereiro a abril de 2021, os quais estão provisionados. (b) Para maiores detalhes, veja nota explicativa nº 3. (c) Refere-se a reversão de provisão advinda da empresa adquirida Conbrás. A mesma possuía risco provisionado referente a possíveis questionamentos de adequação do FAP (Fator Acidentário de Prevenção) em determinados contratos com clientes. O Grupo, após o processo de estabilização operacional e integração, entende que em 2022 este risco não é mais aplicável, uma vez que os contratos atrelados a eles eram anteriores a 2017, não cabendo mais reclamações por prescrição. Além disso, tais clientes tiveram seus contratos repactuados no decorrer do período pós aquisição. **c. Depósitos judiciais:** Representam ativos restritos do Grupo e estão relacionados às quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas. Os depósitos judiciais mantidos pelo Grupo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão assim representados:

Controladora		Consolidado	
2022	2021	2022	2021
Depósitos judiciais trabalhistas	75.217	61.697	-
Depósitos judiciais não trabalhistas	84.704	59.547	-
Atualização monetária	31.964	15.458	-
Total	191.885	136.702	

A movimentação dos depósitos judiciais pode ser assim resumida:

Controladora		Consolidado	
2022	2021	2022	2021
Em 1º de janeiro	136.702	116.216	
Atualização monetária	13.502	3.962	-
Adições	34.628	19.697	-
Baixas	(19.855)	(10.711)	-
Advindo de aquisição de empresas	26.908	7.538	-
Em 31 de dezembro	191.885	136.702	

d. Ativo indenizatório: O Grupo possui retenção de pagamentos como parcela contingente e ativo indenizável conforme posição pactuada e descrita nos contratos de compra e venda.

Controladora		Consolidado	
2022	2021	2022	2021
Grupo Grabber	58.350	55.040	-
Grupo Onseg	930	930	-
Alocação de ativo indenizatório	76.703	70.996	-
Total	135.983	126.966	

A movimentação da alocação do ativo indenizatório pode ser assim resumida:

Controladora		Consolidado	
2022	2021	2022	2021
Grupo Grabber	58.350	55.040	-
Grupo Onseg	930	930	-
Alocação de ativo indenizatório	76.703	70.996	-
Total	135.983	126.966	

Controladora		Consolidado	
2022	2021	2022	2021
Depósitos judiciais trabalhistas	75.217	61.697	-
Depósitos judiciais não trabalhistas	84.704	59.547	-
Atualização monetária	31.964	15.458	-
Total	191.885	136.702	

A movimentação da alocação do ativo indenizatório pode ser assim resumida:

Controladora		Consolidado	
2022	2021	2022	2021
Grupo Grabber	58.350	55.040	-
Grupo Onseg	930	930	-
Alocação de ativo indenizatório	76.703	70.996	-
Total	135.983	126.966	

na data da liquidação; (ii) O Grupo possui opção de compra dos 45% remanescentes do Grupo Sunset, que poderá ser exercida de forma integral e apenas uma vez, durante o prazo de 90 dias contados a partir da entrega do balanço anual de 31 de dezembro de 2023. O preço do exercício, seja opção de compra ou opção de venda, será definido por fórmula indicada em contrato, que considera o múltiplo aplicável (de acordo com o tipo de opção exercida) x EBITDA. Em 13 de maio de 2022, foi efetuado o pagamento do valor adicional (earn-out) no montante de R\$ 15.835, calculado com base no EBITDA apurado no período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2022, R\$ 43.985 registrado equivale a contraprestação em aberto, referente a adoção do método de aquisição antecipada; (iii) Refere-se a ativos supervenientes, decorrentes de tributos a recuperar ("créditos tributários"), referente ao período de competência dos vendedores, que serão reembolsados pelo Grupo a medida que os referidos créditos tributários forem utilizados, mediante pedido de compensação e/ou crédito do pedido de restituição; (iv) Refere-se ao "valor adicional" da contraprestação transferida na aquisição, que será calculada com base no EBITDA que superar o montante de R\$ 17.210, multiplicado pelo múltiplo de 5,5 e que será apurado no período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, limitado a 12% da Receita Líquida desse período. Desse valor será acrescido ou subtraído a variação da Dívida Bruta, Caixa e Equivalentes e do Capital de Giro, apurado entre o Balanço de Fechamento (31 de janeiro de 2022) e o balanço de 31 de dezembro de 2022; e (v) Refere-se ao valor adicional (earn-out), mensurado a valor justo, a ser pago até 150 dias após o encerramento do exercício de 2022, de acordo com cláusulas contratuais estabelecendo os critérios a serem cumpridos pelas partes (com base em múltiplos de EBITDA apurado no período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022). O Grupo possui ainda opção de compra dos 45% remanescentes do Grupo Evertical, que poderá ser exercida de forma integral e apenas uma vez, durante o prazo de 90 dias contados a partir da entrega do balanço anual de 31 de dezembro de 2024. O preço do exercício, seja opção de compra ou opção de venda, será definido por fórmula indicada em contrato, que considera o

múltiplo aplicável (de acordo com o tipo de opção exercida) x EBITDA. Em 31 de dezembro de 2022, R\$ 50.501 registrado equivale a contraprestação em aberto, referente a adoção do método de aquisição antecipada.

a. Movimentação do passivo de aquisição de controladas

31/12/2021	Registro de aquisição	Atualização opção	Baixa de earn-out	Atualização earn-out	Ajustes	Atualização monetária	Pagamento exercício de opção de compra e parcela adicional de aquisição	Pagamento de preço de aquisição	Pagamentos de anos anteriores	31/12/2022
2.976	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.976
1.274	-	-	-	-	27	-	-	-	-	1.301
1.050	-	-	-	(1.050)	-	-	-	-	-	-
51.842	-	-	-	-	981	-	-	-	-	52.823
19.393	-	3.696	-	(182)	400	122	(21.711)	-	-	1.718
3.916	-	46	-	-	(315)	144	(3.791)	-	-	-
7.203	-	(6.954)	-	(249)	-	-	-	-	-	-
35.239	-	17.869	-	2.582	(53)	217	(48.783)	-	-	7.071
31.334	-	20.657	-	8.251	(390)	(32)	(15.835)	-	-	43.985
7.214	-	-	-	15.512	(2.724)	(320)	(19.682)	-	-	-
12.652	-	-	-	(12.652)	-	-	-	-	-	-
-	136.935	-	-	2.117	-	-	-	-	(105.537)	33.515
-	26.187	-	-	-	-	-	-	-	(26.187)	-
-	109.512	-	-	5.693	-	-	-	-	(63.192)	52.013
-	42.461	-	-	-	-	-				

... continuação

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

capital correspondem às transações com os sócios que não transitam pelo resultado da Controladora. Reflete os eventos que afetam as controladas e indiretamente a controladora por meio de transações de capital. A composição da mutação do exercício refere-se aos itens abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Dividendos pagos aos não controladores (i)	–	(7.145)
Outros ajustes	–	693
Total	–	(6.452)

(i) Devido ao método de aquisição antecipada, os dividendos pagos aos acionistas não controladores são tratados como transação de capital. **1. Ajustes de avaliação patrimonial:** Ajustes de avaliação patrimonial incluem, principalmente, as variações líquidas do valor justo de contraprestação contingente de contratos de opções de compra e outras contraprestações contingentes, especificadas no contrato de compra e venda na data de aquisição, as quais são atualizadas a cada período de reporte, as movimentações detalhadas estão divulgadas na nota explicativa nº 25 (a). Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos/passivos a que elas se referem.

	31/12/2022	31/12/2021
Valor justo	4.948	50.845
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.682)	(17.287)
Total	3.266	33.558

A movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial pode ser assim resumida:

	Em 1º de janeiro	Em 31 de dezembro
Valor justo	33.558 (71.400)	45.897 159.028
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.605 (54.070)	3.266 33.558

27. Instrumentos financeiros – a. Classificação contábil e valores justos: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Ativos consolidados	Valor contábil			Valor justo
	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros ao custo amortizado	Total	
31 de dezembro de 2022				
Ativos financeiros mensurados a valor justo				
Aplicações financeiras (i)	10 e 11	2.606.874	– 2.606.874	2.606.874
Instrumentos financeiros derivativos (iii)	27 (c)	10.203	– 10.203	10.203
Total		2.617.077	– 2.617.077	2.617.077

Ativos consolidados	Valor contábil			Valor justo
	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros ao custo amortizado	Total	
31 de dezembro de 2022				
Ativos financeiros não mensurados a valor justo				
Caixa e bancos (i)	10	93.065	93.065	93.065
Contas a receber	12	2.022.126	2.022.126	2.022.126
Empréstimos a receber (ii)	15.3	30.877	30.877	30.877
Outras contas a receber	–	243	243	243
Total		2.146.311	2.146.311	2.146.311

(i) Em caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras o valor justo é uma aproximação razoável do valor contábil uma vez que todas as aplicações do Grupo possuem liquidez diária e, portanto, o saldo apresentado pelo banco é exatamente o saldo disponível para utilização. (ii) Em empréstimos a receber o valor justo é uma aproximação razoável do valor contábil uma vez que todos os contratos possuem prazo de recebimento e índice de correção efetuado mensalmente. (iii) Os contratos de swap foram designados à contabilidade de hedge.

Passivos consolidados	Valor contábil			Valor justo
	Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total	
31 de dezembro de 2022				
Passivos financeiros mensurados a valor justo				
Instrumentos financeiros derivativos (i)	27 c	(10.344)	– (10.344)	(10.344)
Aquisição de controladas	25	(281.085)	– (281.085)	(281.085)
Total		(291.429)	– (291.429)	(291.429)

Passivos consolidados	Valor contábil			Valor justo
	Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total	
31 de dezembro de 2022				
Passivos financeiros não avaliados a valor justo				
Fornecedores	–	(124.732)	(124.732)	(124.732)
Empréstimos	–	(634.924)	(634.924)	(750.578)
Debêntures	20	(2.661.200)	(2.661.200)	(3.647.099)
Arrendamentos a pagar	–	(69.895)	(69.895)	(69.895)
Outras contas a pagar	–	(32.937)	(32.937)	(32.937)
Total		(3.523.688)	(3.523.688)	(4.625.241)

(i) Os contratos de swap foram designados à contabilidade de hedge.

Ativos consolidados	Valor contábil			Valor justo
	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros ao custo amortizado	Total	
31 de dezembro de 2021				
Ativos financeiros mensurados a valor justo				
Aplicações financeiras (i)	10 e 11	1.548.713	1.548.713	1.548.713
Instrumentos financeiros derivativos (iii)	27 c	28.918	– 28.918	28.918
Total		1.577.631	– 1.577.631	1.577.631

Ativos consolidados	Valor contábil			Valor justo
	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros ao custo amortizado	Total	
31 de dezembro de 2021				
Ativos financeiros não mensurados a valor justo				
Caixa e bancos	10	91.499	91.499	91.499
Contas a receber	12	1.438.687	1.438.687	1.438.687
Empréstimos a receber (ii)	15.3	25.448	25.448	25.448
Outras contas a receber	–	4.394	4.394	4.394
Total		1.560.028	1.560.028	1.560.028

(i) Em caixa e equivalentes de caixa o valor justo é uma aproximação razoável do valor contábil uma vez que todas as aplicações do Grupo possuem liquidez diária e, portanto, o saldo apresentado pelo banco é exatamente o saldo disponível para utilização. (ii) Em empréstimos a receber o valor justo é uma aproximação razoável do valor contábil uma vez que todos os contratos possuem prazo de recebimento e índice de correção efetuado mensalmente. (iii) Os contratos de swap foram designados à contabilidade de hedge.

Passivos consolidados	Valor contábil			Valor justo
	Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total	
31 de dezembro de 2021				
Passivos financeiros mensurados a valor justo				
Aquisição de controladas	25	(176.901)	– (176.901)	(176.901)
Total		(176.901)	– (176.901)	(176.901)

Passivos consolidados	Valor contábil			Valor justo
	Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total	
31 de dezembro de 2021				
Passivos financeiros não avaliados a valor justo				
Fornecedores	–	(100.877)	(100.877)	(100.877)
Empréstimos	–	(812.698)	(812.698)	(821.699)
Debêntures	20	(1.252.207)	(1.252.207)	(1.250.422)
Arrendamentos a pagar	–	(41.945)	(41.945)	(41.945)
Outras contas a pagar	–	(25.529)	(25.529)	(25.529)
Total		(2.233.256)	(2.233.256)	(2.240.472)

Nível 1 – O valor justo dos ativos negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes) é baseado nos preços de mercado cotados na data do balanço patrimonial. Os ativos incluídos no Nível 1 compreendem principalmente os investimentos patrimoniais do IBOVESPA 50 classificados como títulos para negociação ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **Nível 2** – O valor justo de ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado usando técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele será incluído no Nível 2. **Nível 3-SE** uma ou mais informações relevantes não forem baseadas em dados adotados pelo mercado, como investimentos em ações ou dívidas não cotadas, o ativo ou passivo é incluído no Nível 3. **b. Mensuração do valor justo:** (i) **Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis:** As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 e 3 para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados. Os processos de avaliação estão descritos na nota explicativa nº 8.4. **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo**

Tipo	Técnicas de Avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Swap	Modelos de swap: o valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós-fixadas são baseadas em taxas cotadas de swap, preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa de referência interbancária relevante utilizada pelo participante do mercado para esta finalidade ao precificar swaps de taxa de juros. A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito que reflete o risco de crédito do Grupo e da contraparte, calculado com base nos spreads de crédito derivados de credit default swaps ou preços atuais de títulos negociados.	Não aplicável.	Não aplicável.

Tipo	Técnicas de Avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Passivo de aquisições de controladas – Opções de compra	Fluxo de Caixa Descontado: o modelo de avaliação utiliza projeção de até 10 anos, embora o vencimento das opções se dê entre 1 e 4 anos. Os fluxos de caixa são descontados utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco. Adicionalmente a esta metodologia, foi adotado o <i>Scenario Based Model</i> , no qual há uma projeção de cenário base, um cenário otimista e um cenário pessimista, sendo considerado o valor médio das opções desses cenários. O cálculo é anual, com base no mês de junho, e é corrigido trimestralmente pela taxa de desconto utilizada no cálculo.	Crescimento da receita período inicial: (2022: 16,0% a 2,0%, média 8,9%; 2021: 31,5% a 21,0%, média 15%). Margem EBITDA projetada: (2022: 12,7% a 3,4%, média 8,5%; 2021: 6,0% a 1,7%, média 3,5%). Taxa de desconto ajustada ao risco: (2022: 11,94%, média 11,94%; 2021: 10,95%, média 10,95%).	O valor justo das opções subirá (cairá) se: A estimativa de crescimento da receita fosse maior (menor) A estimativa de margem EBITDA fosse maior (menor) A taxa de desconto fosse menor (maior)
Passivo de aquisições de controladas – earn-outs	Fluxo de Caixa Descontado: o modelo de avaliação utiliza projeção de até 10 anos, embora o vencimento dos earn-outs se dê entre 1 e 5 anos. Os fluxos de caixa são descontados utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco. Adicionalmente a esta metodologia, foi adotado o <i>Scenario Based Model</i> , no qual há uma projeção de cenário base, um cenário otimista e um cenário pessimista, sendo considerado o valor médio das opções desses cenários. O cálculo é anual, com base no mês de junho, e é corrigido trimestralmente pela taxa de desconto utilizada no cálculo.	Crescimento da receita período inicial: (2022: 16,0% a 2,0%, média 8,9%; 2021: 31,5% a 21,0%, média 15%). Margem EBITDA projetada: (2022: 12,7% a 3,4%, média 8,5%; 2021: 6,0% a 1,7%, média 3,5%). Taxa de desconto ajustada ao risco: (2022: 11,94%, média 11,94%; 2021: 10,95%, média 10,95%).	O valor justo dos earn-outs subirá (cairá) se: A estimativa de crescimento da receita fosse maior (menor) A estimativa de margem EBITDA fosse maior (menor) A taxa de desconto fosse menor (maior)

c. Gerenciamento dos riscos financeiros: O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito (veja (c)(ii)); • Risco de liquidez (veja (c)(iii)); e • Risco de mercado (veja (c)(iv)). **(i) Estrutura de gerenciamento de risco:** As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os empregados tenham consciência de suas atribuições e obrigações. **(ii) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco do Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo. Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito. **Contas a receber:** A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Detalhes sobre a concentração de receita estão na nota explicativa nº 9. O Grupo limita a sua exposição ao risco de crédito do contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de um e três meses para clientes individuais e corporativos, respectivamente. O Grupo não exige garantias com relação ao contas a receber de clientes e outros recebíveis. O Grupo não tem contas a receber de clientes e ativos de contrato para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia. Em 31 de dezembro de 2022, o valor contábil do cliente mais relevante do Grupo (uma petroquímica) é de R\$ 144.641. Em 31 de dezembro de 2021 era R\$ 64.400 (uma mineradora). **Avaliação da perda esperada de crédito de clientes: a. Ativos financeiros contratuais:** O Grupo utiliza a abordagem simplificada do CPC 48/IFRS 9 para mensuração do valor recuperável do contas a receber de clientes pelas suas características de não conterem componentes significativos de financiamento, desta forma, o cálculo é baseado numa matriz de riscos para a mensuração da perda de crédito esperada com o contas a receber de clientes. As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de "rolagem" com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplência até a baixa completa. As taxas de rolagem são calculadas separadamente para exposições em clientes em diferentes situações tais como aqueles que estão em recuperação judicial, ação judicial ou falência. Levamos em conta o rating, para clientes que divulgam tal informação, e percentuais mais conservadores para aqueles que não divulgam o rating. A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para o contas a receber de clientes e ativos contratuais para clientes individuais em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Em 31 de dezembro de 2022	Taxa média ponderada de perda estimada		Saldo contábil bruto		Provisão para perda estimada	
A vencer	0,84%	1.045.598	–	(8.783)		
Vencido de 1-30 dias	5,46%	112.834	–	(6.161)		
Vencido de 31-60 dias	16,14%	19.261	–	(3.109)		
Vencido de 61-90 dias	25,01%	11.940	–	(2.986)		
Vencido de 91-180 dias	42,55%	10.572	–	(4.498)		
Vencido de 181-360 dias	57,36%	8.313	–	(4.768)		
Mais de 360 dias	58,54%	75.689	–	(44.307)		
Total		1.284.207		(74.612)		

Em 31 de dezembro de 2021	Taxa média ponderada de perda estimada		Saldo contábil bruto		Provisão para perda estimada	
A vencer	0,97%	770.199	–	(7.435)		
Vencido de 1-30 dias	5,60%	55.250	–	(3.092)		
Vencido de 31-60 dias	22,98%	11.092	–	(2.548)		
Vencido de 61-90 dias	31,66%	4.237	–	(1.341)		
Vencido de 91-180 dias	58,64%	6.679	–	(3.917)		
Vencido de 181-360 dias	40,37%	8.403	–	(3.393)		
Mais de 360 dias	62,95%	55.793	–	(35.122)		
Total		911.665		(56.848)		

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos sete anos. Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão do Grupo sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis. **b. Ativos financeiros não contratuais:** O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (veja notas explicativas nº 10 e 11). As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado. O "caixa e equivalentes de caixa" e "aplicações financeiras" são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre BB- e AAA, baseado nas agências de rating de crédito Fitch e Moody's. O Grupo adota como premissas para determinação da perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiro não contratuais as seguintes: • Um ativo financeiro não tem risco de crédito quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento" ou que tenha o mesmo grau de risco que a República Federativa do Brasil. O Grupo considera que esta seja baa3 ou superior pela agência de rating de crédito moody's ou bbb- ou superior pela agência de rating de crédito fitchs; • Para os ativos financeiro com risco dentro da definição de classificação de risco de crédito globalmente aceita de "grau especulativo", o Grupo adota uma matriz escalonada de 0,1% a 58,54% a ser aplicada sobre o saldo dos ativos financeiros; e

Proteção de dívida	Moeda	Valor nominal		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos					
(i) Resolução Bacen nº 3844	R\$	–	6.250	–	10.768
(ii) Resolução Bacen nº 4131	R\$	154.450	193.841	164.521	231.234
Subtotal				164.521	242.002
Passivos					
(i) Resolução Bacen nº 3844	R\$	–	6.250	–	6.416
(ii) Resolução Bacen nº 4131	R\$	154.450	193.841	164.662	206.668
Subtotal				164.662	213.084
Total				(141)	28.918

As operações com swap efetuadas pelo Grupo visam à proteção dos empréstimos pactuados em moeda estrangeira quanto ao risco de flutuações cambiais e em taxas de juros internacionais, convertendo a totalidade da operação a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), acrescido de juros entre 2% a 3% ao ano, seguindo assim critérios de gestão de riscos demonstrados no quadro abaixo:

	Consolidado		Em 1º de janeiro
	31/12/2022	31/12/2021	
Operações líquidas com swap – Ativo	10.203	28.918	(Perda) ganho reconhecido no resultado
Operações líquidas com swap – Passivo	(10.344)	–	(i)
Total	(141)	28.918	(32.807) 457
Ativo circulante	7.519	5.178	Ganho reconhecido no ORA
Ativo não circulante	2.684	23.740	1.495 8.294
Passivo circulante	(10.344)	–	Recursos provenientes da liquidação de derivativos
			2.253 (23.209)
			(141)
			28.918

(i) O Grupo optou por designar a partir de 1º de abril de 2021 a contabilidade de hedge de acordo com o CPC 48/IFRS 9. **Designação da contabilidade de hedge:** O Grupo optou por designar a partir de 1º de abril de 2021 a contabilidade de hedge de acordo com o CPC 48/IFRS 9. O Grupo documenta a relação de proteção, o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para o hedge, identificando o instrumento, o item protegido, a natureza do risco que está sendo protegido e avalia se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de hedge. Isso exige que o Grupo assegure que as relações de hedge estejam



... continuação

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

alinhadas com seus objetivos e estratégias de gestão de risco que visam proteger o fluxo de caixa e o patrimônio do Grupo contra oscilações de taxas de câmbio e de juros. O Grupo utiliza contratos de swap para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa. A ponta ativa do Grupo considera "variação cambial USD + taxa USD Libor 3 meses (ou taxa prefixada)" e a ponta passiva do Grupo sendo "100% do CDI + taxa prefixada ao ano", com o objetivo de proteger o Grupo de oscilações de câmbio e juros em moeda estrangeira oriundas de uma dívida contratada em dólar. A parcela efetiva das variações no valor justo dos instrumentos de hedge é acumulada em uma reserva de hedge de fluxo de caixa como componente separado dentro do patrimônio líquido (ORA). De acordo com o CPC 48/IFRS 9, tais valores são reclassificados para o resultado no mesmo período em que os fluxos de caixa esperados afetam o resultado como um ajuste de reclassificação. O Grupo realiza uma avaliação qualitativa de efetividade do hedge, que é determinada por meio de avaliações periódicas prospectivas para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge. O Grupo contrata swaps com termos críticos que são idênticos ao item protegido, como taxa de referência, datas de redefinição, datas de pagamento, vencimentos e valor de referência. Como existe correspondência de todos os termos essenciais durante o período, a relação econômica foi 100% eficaz e, portanto, não apresentou parcela inefetiva a ser reconhecida no resultado. A gestão da exposição é realizada pela tesouraria do Grupo. **Garantias:** A política da Controladora é fornecer garantias financeiras somente obrigações das suas controladas. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Controladora havia emitido garantias para certos bancos em relação às linhas de crédito concedidas a suas controladas (veja nota explicativa nº 15.6). **(iii) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo. O Grupo busca manter o nível de seu "Caixa e equivalentes de caixa" e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto "Fornecedores") para os próximos 30 dias. O Grupo monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do "Contas a receber de clientes e outros recebíveis" em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à "Fornecedores e Salários e encargos". **Exposição ao risco de liquidez:** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras consolidadas. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Consolidado	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa financeiro	Valor contábil
Em 31 de dezembro de 2022						
Fornecedores	124.732	-	-	-	124.732	124.732
Outras contas a pagar	31.387	1.550	-	-	32.937	32.937
Empréstimos	260.020	388.062	161.038	-	809.120	634.924
Debêntures	449.013	1.207.566	1.608.473	1.042.000	4.307.052	2.661.200
Arrendamento a pagar	33.463	25.810	9.008	5.510	73.791	69.895
Aquisições de controladas	105.613	135.789	82.853	-	324.255	281.085
Total	1.004.228	1.758.777	1.861.372	1.047.510	5.671.887	3.804.773
Consolidado	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa financeiro	Valor contábil
Em 31 de dezembro de 2021						
Fornecedores	100.877	-	-	-	100.877	100.877
Outras contas a pagar	23.913	1.616	-	-	25.529	25.529
Empréstimos	238.120	433.194	266.944	42.840	981.098	812.698
Debêntures	216.033	574.499	626.406	336.949	1.753.887	1.252.207
Arrendamento a pagar	19.436	19.211	3.752	14	42.413	41.945
Aquisições de controladas	88.234	95.665	8.595	-	192.494	176.901
Total	686.613	1.124.185	905.697	379.803	3.096.298	2.410.157

Os fluxos de entradas/(saídas), divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros não derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 19 e 20, o Grupo tem empréstimos bancários e debêntures que contêm cláusula contratual restritiva (*covenant*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que o Grupo pague o empréstimo antes da data indicada na tabela acima. A cláusula contratual restritiva é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Os pagamentos de juros sobre empréstimos a uma taxa de juros pós-fixada e os títulos de dívida incluídos na tabela acima refletem as taxas de juros de mercado a termo na data do balanço e estes montantes podem mudar na medida em que as taxas de juros pós-fixadas mudem. **(iv) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. **Risco cambial:** O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional do Grupo. O risco cambial decorre da exposição do Grupo a variações do dólar dos Estados Unidos em função de empréstimos captados em tal moeda (nota explicativa nº 19 (a) (i)). A política de gestão de risco é realizar hedge de 100% de sua exposição cambial por meio de instrumento financeiro derivativo adequado, a ser realizado pela tesouraria do Grupo. Desta forma, os empréstimos celebrados em moeda estrangeira estão integralmente protegidos por swap cambial e que equipara estes instrumentos financeiros a outros expostos à variação do CDI. A Administração julga que qualquer reflexo de variação cambial sobre a exposição do Grupo à variação cambial não geraria efeitos materiais para suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Por isso, não divulgou a análise de sensibilidade decorrente desse assunto. Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo detinha os seguintes instrumentos para cobrir exposições a alterações nas taxas de câmbio:

Risco Cambial	Vencimento 1 a 6 meses	6 a 12 meses	Mais de um ano
Contratos de Empréstimos			
Exposição líquida (em milhares de reais)	19.143	19.143	119.172
Risco de Taxa de Juros			
Swap de taxa de juros			
Média da taxa (Libor +)	1,98	1,98	1,98

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo detinha os seguintes instrumentos para cobrir exposições a alterações nas taxas de câmbio:

Risco Cambial	Vencimento 1 a 6 meses	6 a 12 meses	Mais de um ano
Contratos de Empréstimos			
Exposição líquida (em milhares de reais)	40.767	24.702	168.407
Risco de Taxa de Juros			
Swap de taxa de juros			
Média da taxa (Libor +)	1,97%	1,97%	1,97%

(v) Risco de taxa de juros: O risco associado é oriundo da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentariam as despesas financeiras relativas a passivos captados no mercado. As taxas de juros sobre empréstimos estão mencionadas na nota explicativa nº 19. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas nas notas explicativas nº 10 e 11. O Grupo não pactua contratos de derivativos para fazer hedge contra o risco de taxa de juros que envolvam CDI, todavia, monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Exposição à taxa CDI	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Certificados de depósito bancário	2.606.874	1.548.713
Passivo		
Empréstimos para capital de giro	(459.242)	(551.719)
Operações com swap	(159.379)	(234.818)
Notas comerciais	(16.303)	(26.161)
Debêntures	(2.661.200)	(1.252.207)
Exposição líquida	(689.250)	(516.192)

Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos contratados pelo Grupo, bem como de suas aplicações financeiras. Existem também os contratos de mútuos que são atrelados ao CDI no montante de R\$ 30.877, os quais não evidenciamos a análise de sensibilidade por entender que o efeito não é relevante.

Operação	Montantes	Risco	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Capital de giro sujeito à variação do CDI	(459.242)	Alta do CDI	(56.257)	(58.553)	(60.850)
Operações com swap sujeitas à variação do CDI	(159.379)	Alta do CDI	(19.524)	(20.321)	(21.118)
Notas comerciais sujeitas à variação do CDI	(16.303)	Alta do CDI	(1.997)	(2.079)	(2.160)
Debêntures sujeitas à variação do CDI	(2.661.200)	Alta do CDI	(325.997)	(339.303)	(352.609)
Subtotal	(403.775)		(420.256)	(436.737)	
Aplicações sujeitas à variação do CDI	2.606.874	Baixa do CDI	319.342	332.376	345.411
Subtotal			319.342	332.376	345.411

Exposição líquida	(689.250)	(84.433)	(87.880)	(91.326)
Indexador	Queda de 100 bps	Queda de 50 bps	Cenário provável	Aumento de 50 bps
CDI	11,25%	11,75%	12,25%	12,75%

(i) Juros calculados com base no Relatório Focus do Banco Central do Brasil, de 30 de dezembro de 2022 (com base na mediana agregada das expectativas para a taxa referencial – Selic – para o final de 2022). (ii) Juros calculados considerando aumento de 50 bps na variação do CDI – com base nos últimos ajustes do Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil (cuja moda da que está na base recorrente corresponde a 50 bps). (iii) Juros calculados considerando aumento de 100 bps na variação do CDI – com base nos últimos ajustes do Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil (que consideraria dois ajustes consecutivos de base de 50 bps – conforme item (ii), acima).

28. Receita líquida dos serviços prestados e mercadorias vendidas – Conforme descrito na nota explicativa nº 1, o Grupo gera receita operacional principalmente pela prestação de serviços de segurança patrimonial, higienização e de limpeza, logística indoor, segurança eletrônica, implantação, operação e manutenção predial, hotelaria marítima. Adicionalmente são geradas receitas em menor volume oriundas de serviços de cozinha, venda de refeições e manutenção de rodovias. **a. Fluxo de receitas e desagregação:** Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta		
Receita bruta de serviços	9.776.617	7.029.477
Receita bruta de vendas	272.036	174.913
Subtotal	10.048.653	7.204.390
Impostos sobre a receita		
ISS	(374.819)	(268.752)
COFINS (i)	(361.551)	(254.547)
PIS (i)	(77.947)	(55.200)
ICMS	(15.653)	(10.636)
Subtotal	(829.970)	(589.135)
Receita líquida	9.218.683	6.615.255

(i) Os valores de PIS e COFINS são apresentados em valores líquidos dos créditos de insumos do regime não cumulativo.

b. Receitas líquidas por tipo de serviço

Facilities	31/12/2022	31/12/2021
Segurança	3.888.205	2.941.119
Manutenção e serviços industriais	2.715.454	2.087.829
Logística indoor	2.001.687	1.185.694
Outros	613.263	400.456
	74	157
Receita líquida	9.218.683	6.615.255

c. Receitas líquidas por operações

	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida de operações orgânicas	4.099.867	3.076.940
Receita líquida de operações inorgânicas (i)	5.118.816	3.538.315
Receita líquida	9.218.683	6.615.255

(i) As receitas das operações inorgânicas correspondem a todos os acordos com clientes celebrados em conjunto com as empresas adquiridas, sem prazo definido. Nesse sentido, os novos contratos assinados após a data de aquisição são considerados "orgânicos". A abertura da receita líquida de operações inorgânicas por safras, que incluem os contratos com clientes celebrados em conjunto com as empresas adquiridas, sem prazo definido:

	31/12/2022	31/12/2021
Antes de 2018	995.195	979.473
2018	161.579	182.871
2019	493.250	513.683
2020	1.144.566	1.450.944
2021	1.329.592	411.344
2022	994.634	-
Receita líquida	5.118.816	3.538.315

d. Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita: A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente, como segue:

Tipo de produto/serviço	A natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita
Serviços em geral*	Os contratos são assinados geralmente com base no número acordado de horas por mês de determinados serviços prestados por determinadas equipes. Os contratos são geralmente de 12 meses e podem ou não ser renovados. O pagamento deve ser efetuado mensalmente. As medições dos serviços prestados são efetuadas e suas receitas reconhecidas no final do mês, no momento em que o serviço foi prestado. As faturas para os serviços são emitidas posteriormente e pagas normalmente no máximo em 30 dias. Serviços adicionais são considerados em contrato.	Os serviços sob um único contrato serão alocados com base em seus preços de venda individuais em cada período. A receita é reconhecida durante o tempo em que o serviço é prestado. O estágio de conclusão determina o montante da receita a ser reconhecida e é avaliado com base na medição do trabalho realizado. Se o serviço sob um contrato específico é prestado em diferentes períodos de reporte então a consideração é alocada com base no estágio da medição. Para consideração variável, o serviço prestado até a data de reporte é monitorado, medido e faturado ao cliente.

(* Os serviços em geral referem-se a: (i) segurança patrimonial; (ii) higienização e serviços de limpeza (facilities); (iii) logística indoor; (iv) serviços de segurança eletrônica, implantação, operação e manutenção predial; (v) serviço de hotelaria marítima (em plataformas petrolíferas); e (vi) serviços de cozinha e venda de refeições (quando eles não abrangem a venda de refeições). **29. Custos dos serviços prestados, despesas gerais e administrativas, outras receitas e despesas operacionais**

O Grupo optou por apresentar a abertura dos gastos, em seu consolidado, por natureza: **a. Gastos por natureza**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021
Custos com pessoal	(45)	(6.776.584)
Benefícios a empregados (i)	(168.816)	(124.957)
Provisão para bônus	(128.978)	(100.788)
Prêmio do plano de opção de compra de ações (iv)	(3.326)	-
Custo das mercadorias vendidas	(151.652)	(92.354)
Manutenções e serviços de terceiros	(358)	(632)
Locações (iii)	(214.741)	(164.728)
Materiais e insumos	(266.999)	(189.208)
Provisão para contingências trabalhistas	(3.905)	(15.594)
Provisão para contingências não trabalhistas	(454)	(1.337)
Pagamentos ações não trabalhistas	(2.265)	(6.675)
Pagamentos ações trabalhistas	(95.989)	(58.685)
Provisão riscos fiscais (ii)	(167)	(775)
Impostos e taxas	(27)	(48.627)
Reversão de tributo sub judice	66	57.412
Reversão FAP adquiridas	-	10.339
(Constituição) reversão de débito tributário	-	(4.390)
Indébito da Selic sobre atualização do IRPJ e CSLL	-	-
Perdas com clientes	-	(41.567)
(Provisão) reversão para perda esperada dos serviços faturados	-	(3.325)
Provisão para perda esperada dos serviços a faturar (v)	-	(6.869)
Depreciação de ativos	-	(86.022)
Amortização – carteira de clientes, marcas, acordo de não-concorrência e mais valia de ativo fixo	-	(105.241)
Atualização e baixas de ativos indenizatórios e passivos contingentes (vi)	-	68.517
Conta gráfica de dívida de aquisição	-	-
Atualização earn-out	-	(28.747)
Baixa earn-out	-	6.954
Resultado com alienação de investimento	-	-
Despesas com aquisição de controladas	-	(9.237)
Conciliação de saldos a receber	(1.439)	(2.033)
Despesas com telefonia e viagem	-	(19.905)
Conciliação de saldos de adquiridas	-	16.307
Outros	(251)	(1)
Total	(2.009)	(845)
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(635)	(286)
Despesas gerais e administrativas	(286)	(630.250)
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	-	(10.194)
Outras receitas operacionais	66	19
Outras despesas operacionais	(1.440)	(578)
Total	(2.009)	(845)

(i) São considerados benefícios a empregados valores relacionados a: vale-alimentação, vale-refeição, vale-transporte e assistência médica e odontológica. (ii) Veja nota explicativa nº 24 (b). (iii) Veja nota explicativa nº 32. (iv) Veja nota explicativa nº 8.13. (v) Veja nota explicativa nº 12 (a). (vi) Refere-se substancialmente à atualizações e baixas de passivos contingentes identificados no momento da aquisição de controladas, com prognóstico de realização possível, sendo as reavaliações efetuadas de acordo com o novo posicionamento dos assessores legais do Grupo e de acordo com a prescrição dos riscos tributários. A principal baixa de contingência e riscos tributários foi da adquirida "Grupo ISS", com a extinção de execuções fiscais mediante conversão de depósitos judiciais em renda e com a prescrição de riscos referente aos anos de 2016 e 2017.

30. Resultado financeiro

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	-	156.487
Atualização monetária de ativos	1.051	1.181
Resultado com swap	-	-
Variação cambial	-	52.947
Reversão de juros sobre tributos sub judice	-	20.531
Outras receitas financeiras	1	23
Total	1.052	1.204

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	-	(77.091)
Juros sobre debêntures	-	(167.260)
Despesas bancárias	-	(4.497)
Resultado MTM (i)	-	(32.807)
Variação cambial (i)	-	(38.131)
Juros sobre tributos sub judice	-	(30.054)
Juros sobre Sistema "S"	-	(30.411)
Juros sobre dívidas de aquisições	-	(1.207)
Juros sobre arrendamentos a pagar	-	(3.428)
Juros sobre parcelamentos	(5)	(8.314)
Apropriação de custo incorrido com emissão de debêntures	-	(1.787)
Outras despesas financeiras	(50)	(59)
Total	(55)	(59)

(i) O Grupo possui operações de empréstimo em moeda estrangeira denominado em US\$ (Dólar), mas com swap em montante condizente com o fluxo de caixa futuro estimado, eliminando a variação de moeda estrangeira e convertendo a totalidade da operação a 100% da remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), acrescido de juros de 1,96% a 2,47% ao ano, obedecendo aos critérios de gestão de riscos. As operações com derivativos, a partir de 1º de abril de 2021, tiveram a designação para a contabilidade de hedge. Tal mudança gerou, de abril de 2021 em diante, nos efeitos mensais, o efeito líquido em resultado do CDI mais spread pactuado por contrato. Toda a volatilidade passa a figurar e ser demonstrada em Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido (nota explicativa nº 27 (c)).

31. Lucro por ação – O cálculo do lucro por ação básico é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. A seguir

... continuação

GPS Participações e Empreendimentos S.A.					Controladora		Consolidado			
Data base	Lucro líquido atribuído aos detentores das ações ordinárias	Média ponderada de ações	Lucro por ação		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		
31/12/2022	516.682	669.052.537	0,77	Dividendos desproporcionais nas controladas – transação de capital na Controladora	1.400	7.145	-	-		
31/12/2021	399.675	646.488.201	0,62	Atualização de contingência em contrapartida a ativo indenizatório	-	-	15.676	6.940		
32. Arrendamentos operacionais – a. Arrendamentos como arrendatário: O Grupo arrenda uma série de veículos e máquinas para operação, alocadas em contrato, sob arrendamentos operacionais. Esses contratos de arrendamentos operacionais não transferem riscos e recompensas ao usuário dos ativos e foram excluídos da aplicação do CPC 06 (R2)/IFRS 16. Os pagamentos de arrendamentos são reajustados anualmente para refletir os valores de mercado. Para certos arrendamentos operacionais, o Grupo é impedido de entrar em qualquer contrato de subarrendamento. O aluguel pago ao arrendador é ajustado de acordo com os preços de mercado, em intervalos regulares, e o Grupo não participa no valor residual dos bens arrendados. Consequentemente, foi determinado que basicamente todos os riscos e benefícios dos ativos são do arrendador. (j) Pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos: Em 31 de dezembro de 2022, os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos não canceláveis são como segue:										
Menos de um ano										
Entre um e cinco anos										
Total										
33. Transações que não afetam o caixa – A seguir, relacionamos as transações do exercício que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:										
				Controladora		Consolidado				
				31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			
Resultado líquido sobre hedge				1.833	(8.294)	1.833	(8.294)			
Ajuste ao valor justo de call options de aquisições (i)				45.897	(159.027)	45.897	(159.027)			
Dividendos a receber				122.899	-	-	-			
Declaração dos Diretores										
Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, os Diretores Estatutários da Companhia declaram que (a) revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GPS Participações e Empreendimentos S.A. referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e (b) revisaram, discutiram e concordaram com a opinião apresentada no relatório de auditoria da KPMG Auditores Independentes Ltda., emitido em 02 de março de 2023, sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.										
Diretoria										
Luis Carlos Martinez Romero – Presidente			Guilherme Nascimento Robortella – Diretor Financeiro			Anderson Nunes da Silva – Controller CRC 1SP 232.030/O-9				
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas										
<p>ao Conselho de Administração e Acionistas da GPS Participações e Empreendimentos S.A. São Paulo-SP</p> <p>Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GPS Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da GPS Participações e Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e o seu de seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> ("IASB"). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinação dos valores justos da contraprestação transferida, dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em combinações de negócios: Veja Notas Explicativas nº 3 e 8.1(a) das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Principais assuntos de auditoria: A Companhia, por meio de determinadas controladas, adquiriu participações societárias que resultou na obtenção do controle de diversas entidades atuantes nos variados segmentos operacionais do Grupo. Na contabilização inicial dessas combinações de negócios, o Grupo, com o apoio de consultorias especializadas contratadas, aplicou diversos julgamentos, estimativas e premissas significativas para determinação dos valores justos da contraprestação transferida, dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos naquelas transações, tais como: (i) Contraprestação transferida: preponderantemente preço de aquisição e passivos financeiros representados por opções de compra de participações societárias remanescentes, além de contraprestações contingentes, cujas premissas consistem na probabilidade de eventos futuros; (ii) Ativos adquiridos: preponderantemente carteiras de clientes e marcas, cujas premissas consistem na estimativa do valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes e valor presente dos rendimentos futuros a serem gerados durante a vida útil remanescente de um determinado ativo; e (iii) Passivos assumidos: Em sua maioria passivos contingentes oriundos de processos judiciais, cujas principais premissas consistem na probabilidade e magnitude das saídas de recursos. Diante das incertezas relacionadas as premissas e estimativas destacadas, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como em suas divulgações, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria. Como nossa auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação da competência, habilidade e objetividade dos especialistas contratados pelo Grupo para assessorá-lo na avaliação da determinação dos valores justos das contraprestações transferidas, dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em combinações de negócios; – Inspeção e leitura dos documentos que formalizaram as combinações de negócios; – Avaliação, com auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das principais premissas e estimativas utilizadas na determinação dos valores justos dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e da contraprestação transferida vinculada à metas futuras a serem atingidas pelas entidades adquiridas; e – Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. No decorrer de nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram a mensuração e a divulgação dos valores justos dos ativos identificáveis adquiridos em combinações de negócios. Os ajustes materiais que impactavam apenas reclassificação entre as linhas dos ativos identificáveis adquiridos e do ativo foram registrados e divulgados. Com base nas evidências obtidas, por meio do conjunto de procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos</p>										

aceitável a determinação dos valores justos da contraprestação transferida, dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em combinações de negócios, bem como as divulgações correspondentes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Redução ao valor recuperável de unidades geradoras de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura:** Veja Notas Explicativas nº 8.9 e 18(d) das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** A Companhia, por meio de determinadas controladas, mantém em seu balanço patrimonial valores relevantes de ágios por expectativa de rentabilidade futura apurados em combinações de negócios que devem ser testados com relação à redução ao valor recuperável, pelo menos uma vez ao ano, conforme norma contábil em vigor. A determinação do valor em uso das unidades geradoras de caixa é baseada em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, que envolve estimativas e premissas significativas, tais como: (i) a margem LAJIDA (Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) e a respectiva taxa de crescimento anual; (ii) a taxa de desconto baseada no custo médio ponderado de capital (WACC); (iii) crescimento médio da receita líquida; e (iv) capital de giro em relação a parcela correspondente da receita líquida. Devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o valor em uso das unidades geradoras de caixa, que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como em suas divulgações, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria. **Como nossa auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: Avaliação da competência, habilidade e objetividade dos especialistas contratados pelo Grupo para assessorá-lo na avaliação anual da recuperabilidade dos ativos; Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das principais estimativas e premissas utilizadas para projeção dos fluxos de caixa futuros estimados, tais como: margem LAJIDA e a respectiva taxa de crescimento anual; taxa de desconto baseada no custo médio ponderado de capital; crescimento médio da receita líquida; capital de giro, e consequente recálculo dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, determinados pela Companhia e suas controladas; e Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o valor em uso das unidades geradoras de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações individual e consolidada do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando

aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 02 de março de 2023.

KPMG KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC 2SP 027.685/O-0 F° SP

Marcos A. Boscolo
Contador
CRC 1SP 198.789/O-0

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 07/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS